



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

CYNTIA SANTOS DALTRO ALVES

FORMAS ESPACIAIS RECENTES DA URBANIZAÇÃO NA AMAZÔNIA:
a dinâmica socioespacial do Município de Castanhal em face do processo de
dispersão metropolitana de Belém

BELÉM/PA
2012



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

CYNTIA SANTOS DALTRO ALVES

FORMAS ESPACIAIS RECENTES DA URBANIZAÇÃO NA AMAZÔNIA:

a dinâmica socioespacial do Município de Castanhal em face do processo de dispersão metropolitana de Belém

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Pará, para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Área de Concentração: Organização e Gestão do Território

Orientador: Prof. Dr. Saint-Clair Cordeiro da Trindade Jr.

BELÉM/PA
2012

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

(Biblioteca de Pós-Graduação do IFCH/UFPA, Belém-PA)

Alves, Cyntia Santos Daltro

Formas espaciais recentes da urbanização na Amazônia: a dinâmica socioespacial do Município de Castanhal em face do processo de dispersão metropolitana de Belém / Cyntia Santos Daltro Alves; orientador, Saint-Clair Cordeiro da Trindade Jr. - 2012.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Belém, 2012.

1. Urbanização. 2. Crescimento urbano. 3. Planejamento urbano. 4. Castanhal (PA). 5. Belém, Região Metropolitana de (PA). I. Título.

CDD - 22. ed. 307.76098115

NOME: CYNTIA SANTOS DALTRO ALVES

TÍTULO: FORMAS ESPACIAIS RECENTES DA URBANIZAÇÃO NA AMAZÔNIA: a dinâmica socioespacial do Município de Castanhal em face do processo de dispersão metropolitana de Belém

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Pará, para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Aprovado em: ____/____/____.

Banca Examinadora

Prof. Dr. Saint-Clair Cordeiro da Trindade Júnior (Orientador - PPGEU/UFPA)

Assinatura: _____

Prof^a. Dr^a. Helena Lúcia Zagury Tourinho (Examinadora Externa – PPGDMAU/UNAMA)

Assinatura: _____

Prof. Dr. José Júlio Ferreira Lima (Examinador Interno - PPGEU/UFPA)

Assinatura: _____

Dedico esse trabalho primeiramente a Deus e a minha querida família. Em especial a meu esposo, que tem sido um grande amigo. A todos, obrigada por tudo. Amo vocês.

Agradecimentos

Esse sem dúvida é um dos momentos mais importantes da elaboração de um trabalho científico, pois é nessa ocasião que reconhecemos que nada somos e que nada temos sem que pessoas maravilhosas estejam ao nosso lado.

Primeiramente agradeço a Deus, pelo que sou e pelo que tenho, pois sei que tudo é obra de suas mãos. A conclusão dessa importante etapa de minha vida só foi possível graças à misericórdia que se renova a cada dia na vida de seus filhos. Obrigada por tua palavra, pois elas me sustentaram firmes nos momentos de fraqueza, quando lia dentre tantas maravilhas que: só Tu és Deus, que o homem pode fazer planos, porém a resposta certa dos lábios vem do Senhor, que o Senhor é nosso refúgio e fortaleza, socorro presente nas tribulações.

Aos meus pais agradeço, não só pela formação profissional, mas também pela formação para vida. Muito obrigada por serem meus pais e por me proporcionarem a oportunidade de concluir mais essa importante etapa em minha vida.

Aos meus queridos irmãos, cunhados e sobrinhos (Enzo, Dodo, Nandinha, Edinho e Nicole), muito obrigada pela compreensão em relação aos momentos em que não pude estar tão presente, mais saibam que todos, de forma direta ou indireta, contribuíram para a realização deste trabalho. De maneira muito especial, lembro-me de uma pessoa que, com certeza, estaria muito feliz por mim, a Tia Jane, minha tia de coração, que sempre se mostrou muito carinhosa e que torcia pela realização e pelas conquistas de seus sobrinhos. Oro a Deus para que em breve, quando Jesus retornar, possamos nos encontrar.

Aos meus queridos sogros e cunhados (Leandro e Evelin), muito obrigada pelo apoio e oportunidade que vocês me deram ao longo desses pelo menos sete anos de convivência. Vocês sem dúvida também fazem parte e têm grande parcela de contribuição na realização desta etapa. Muito Obrigada.

A você Leonardo, muito obrigada por ser meu esposo, meu amigo, meu companheiro, por tudo o que você fez para que eu pudesse chegar até aqui. Obrigada por tudo. Agradeço todos os dias a Deus pelo esposo que me deu.

Ao meu orientador, Prof. Saint-Clair, muito obrigada pela oportunidade e pelo privilégio de ser sua orientanda. Obrigada pelo crescimento acadêmico que o senhor me proporcionou. Admiro seu trabalho, seu empenho e sua dedicação.

Nesse pouco tempo de convivência percebi que ser um profissional de qualidade faz a diferença. E o senhor fez a diferença na vida de sua orientanda, muito obrigada. Que Deus possa continuar lhe abençoando.

Aproveito também para agradecer à minha banca de qualificação, a Prof^a. Dr^a. Sandra Lencioni e ao Prof. Dr. José Júlio Ferreira Lima, pelas observações que contribuíram para o desenvolvimento deste trabalho.

Aos meus amigos e professores da UFPA, que desde a graduação, sem dúvida, colaboraram para o nosso enriquecimento acadêmico, muito obrigada. Em especial, agradeço aos amigos que cooperaram para a realização desta dissertação: Flávia, Isabela e Carlos.

Aos meus amigos da Igreja, em especial à Classe de Estudos Bíblicos (João e Nazaré Barros) e aos amigos do pequeno grupo, obrigada pela amizade de vocês e pelas orações que, sem dúvida, foram fundamentais para o meu enriquecimento físico, mental e espiritual. Agradeço também pelas orações e pelo apoio dos meus amigos e alunos do IAGP.

Muito obrigada a todos que direta ou indiretamente contribuíram para a elaboração deste trabalho. Deus abençoe a todos vocês.

A metropolização dos espaços não é um processo isolado. Esse processo condiciona e produz a história urbana atual e consiste numa determinação do momento histórico contemporâneo, comumente referido como globalização, que, a despeito de ter na financeirização da riqueza seu sentido, tem na reestruturação do capital produtivo seu fundamento.

Sandra Lencioni

RESUMO

ALVES, C. S. D. **FORMAS ESPACIAIS RECENTES DA URBANIZAÇÃO NA AMAZÔNIA:** a dinâmica socioespacial do Município de Castanhal em face do processo de dispersão metropolitana de Belém. 2012. 151 f. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2012.

A dinâmica metropolitana que caracteriza o atual contexto amazônico acarreta a conformação de novos arranjos espaciais urbanos, que necessitam ser considerados a partir de uma leitura dialética da realidade. No caso belenense, percebe-se que essa metrópole apresenta um caráter disperso, ao mesmo tempo em que se desconcentra, amplia-se ao criar novos vetores de expansão para além de sua área oficialmente considerada metropolitana. Nesse sentido, o presente trabalho tem por objetivo analisar a dinâmica socioespacial do Município de Castanhal em face do processo de dispersão metropolitana de Belém, haja vista a notória articulação existente entre ambos. Com o intuito de alcançar esse objetivo três variáveis foram consideradas para efeito de análise: a produção de espaços de moradia, a produção industrial e a acesso a serviços básicos. Para tanto, utilizou-se como instrumental teórico-metodológico o método de interpretação baseado no materialismo histórico-dialético, onde as relações de produção são analisadas como produto sociohistórico. Sendo assim, o processo de metropolização e de dispersão urbana devem ser compreendidos a partir do movimento dialético das práticas espaciais da sociedade. Com relação ao instrumental técnico-empírico, ressalta-se que a natureza da presente pesquisa está pautada em uma perspectiva qualitativa e quantitativa. Na perspectiva quantitativa algumas técnicas foram empregadas a saber: a quantificação da expansão urbana de Castanhal a partir de uma análise das imagens de satélite dos anos de 1984, 1994 e 2008, utilizando o software de geoprocessamento ARCGIS 9.3, bem como a construção de gráficos, tabelas e quadros a partir da sistematização de dados obtidos junto a órgãos oficiais, a exemplo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, buscando identificar estaticamente a intensidade das relações entre a Região Metropolitana de Belém (RMB) e Castanhal. Quanto à natureza qualitativa, utilizou-se técnicas como levantamento e análise bibliográfica, levantamento e análise documental e realização de entrevistas semiestruturadas com representantes das principais indústrias e distribuidoras de Castanhal, com intuito de analisar a produção industrial desse Município e sua relação com o processo de dispersão metropolitana de Belém. A partir dos dados levantados e analisados constatou-se que as práticas espaciais urbanas existentes no Município de Castanhal, voltadas aos espaços de assentamentos residenciais e industriais e serviços, promovem uma relação de interdependência com a RMB. Infere-se que tal relação seja fruto de uma nova configuração metropolitana, com base em uma dinâmica de fluxos que aponta para a existência de uma unidade urbana mais ampliada, fragmentada, dispersa e descontínua. Ratifica-se, portanto, a necessidade de se estudar o fenômeno metropolitano para além de sua forma institucionalizada, mas confirma a importância de se compreender o processo de urbanização, que imprime a determinados espaços características consideradas metropolitanas.

Palavras-Chave: Metrópole. Metropolização. Dispersão Urbana. Região Metropolitana de Belém. Castanhal.

ABSTRACT

ALVES, C. S. D. **RECENT SPACIAL URBANIZATION SHAPES IN AMAZON:** The City of Castanhal's socio-spatial dynamics against the sprawl process in Belém. 2012. 151 p. Dissertation (Master's degree) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2012.

The metropolitan dynamics that characterize the current amazon context, lead to an urban spatial reshape that need to be considered, based on a dialectical reading of this reality. In Belém, it is noted that the metropolis shows a dispersed mold. As it decentralizes, it expands, creating new expansion arrays beyond the considered legal metropolis' borders. In this sense, this paper's objective is to analyse the city of Castanhal's socio-spatial dynamics against the sprawl process in Belém, considering the notorious link between them. In order to achieve this goal, three variables were considered: the providing of residential areas, industrial production and access to basic services. Therefore, the interpretation method based on the historical and dialectical materialism was used as theoretical-methodological tool, where the relations of production are analyzed as a social-historical consequence. That said, the metropolization process and urban sprawl must be realized from the dialectical movement of society's spatial using. About the technical and empirical instruments, it must be said that this research's nature is approached in a qualitative and quantitative perspective. In the quantitative perspective, some techniques were applied: the urban expansion quantification of Castanhal made from an analysis of satellites images from 1984, 1994 e 2008, using a software called ARCGIS 9.3, as well as the making of graphics and tabs using gathered data from official bodies, such as the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE), in order to statistically identify the relations force between Castanhal and Metropolitan Region of Belém (RMB). For the qualitative perspective, techniques such as survey and bibliographic analysis were used, as well as documental analysis and survey, and the making of interviews with representatives of the main Castanhal's industries and distributors, in order to examine this city's industrial production and its link to the metropolitan sprawl in Belém. Based on gathered and analyzed data, it was found that the urban spatial use in Castanhal dedicated to residences, industries and the third sector, create an interdependency link with RMB. One could infer that such relation is created by a new metropolitan configuration, based on flux dynamics that leads to the existence of an more amplified, disperse and discontinuous urban unity, confirming the need to study such metropolitan phenomenon beyond its institutionalized borders, and the importance of understanding the urbanization process that leads to metropolitan considered features on certain areas.

Key words: Metropolis. Metropolization. Urban sprawl. Metropolitan Region of Belém. Castanhal.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - POPULAÇÃO URBANA E RURAL NA REGIÃO NORTE (1940-2010)	31
Tabela 2 - CRESCIMENTO POPULACIONAL URBANO NO BRASIL E NA REGIÃO NORTE (1940/2010)	32
Tabela 3 - CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO URBANA NOS MUNICÍPIOS COM MAIOR NÚMERO DE POPULAÇÃO NO ESTADO DO PARÁ	46
Tabela 4 - ESTADO DO PARÁ: LOTES URBANIZADOS E UNIDADES HABITACIONAIS PRODUZIDAS PELA COHAB (1997-2009)	59
Tabela 5 - RMB: LOTES URBANIZADOS E UNIDADES HABITACIONAIS PRODUZIDAS PELA COHAB (1997-2009)	60
Tabela 6 - ESTADO DO PARÁ: LOTES URBANIZADOS PELA COHAB ENTRE 1997-1999	64
Tabela 7 - ESTADO DO PARÁ: LOTES URBANIZADOS PELA COHAB ENTRE 2000-2009	65
Tabela 8 - ESTADO DO PARÁ: UNIDADES HABITACIONAIS CONSTRUÍDAS PELA COHAB ENTRE 1990-1999	66
Tabela 9 - ESTADO DO PARÁ: UNIDADES HABITACIONAIS CONSTRUÍDAS PELA COHAB NO ENTRE 2000 E 2009	67
Tabela 10 - ESTADO DO PARÁ: NÚMERO DE DECRETOS DE DESAPROPRIAÇÕES EFETUADOS PELA COHAB (1991-2008)	70
Tabela 11 - NÚMERO DE DECRETOS DE DESAPROPRIAÇÕES EFETUADOS PELA COHAB E PELAS PREFEITURAS DOS MUNICÍPIOS DA RMB E DE CASTANHAL (1991-2008)	73
Tabela 12 - ESTADO DO PARÁ: NÚMERO DE CONTRATOS REGISTRADOS NO CREA-PA VOLTADOS À CONSTRUÇÃO CIVIL (1993-2012)	78
Tabela 13 - CASTANHAL: BASE ECONÔMICA DO MUNICÍPIO (1999-2009) - VALORES EM R\$ MIL/%	88
Tabela 14 - CASTANHAL: ESTOQUE DE EMPREGO SEGUNDO SETOR DE ATIVIDADE ECONÔMICA (1999-2010)	89
Tabela 15 - CASTANHAL: NÚMERO DE REGISTROS E DESLOCAMENTOS PARA CASTANHAL EM BUSCA DE SERVIÇOS DE SAÚDE POR MUNICÍPIO DE RESIDÊNCIA (JAN/08 A AGO/11)	108

Tabela 16 - RMB, CASTANHAL, MARABÁ E SANTARÉM: TIPOS DE ESTABELECEMENTOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE (2011)	110
---	-----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - ESTRUTURA URBANA DE CASTANHAL-PA DE 1870 AOS DIAS ATUAIS	42
Quadro 2 - ESTADO DO PARÁ: CONJUNTOS HABITACIONAIS DE FINANCIAMENTO POPULAR CONCLUÍDOS E COMERCIALIZADOS PELA COHAB-PA (1968-1993)	55
Quadro 3 - ESTADO DO PARÁ: CONJUNTOS HABITACIONAIS DE FINANCIAMENTO POPULAR CONCLUÍDOS E EM FASE DE CONCLUSÃO COMERCIALIZADOS PELA COHAB-PA (1997-2009)	57
Quadro 4 - CASTANHAL: EMPRESAS DO MERCADO IMOBILIÁRIO ATUANTES EM CASTANHAL E SEUS PRINCIPAIS EMPREENDIMENTOS RESIDENCIAIS	80

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - CASTANHAL: MAPA DE LOCALIZAÇÃO	2
Mapa 2 - MAPA DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM	34
Mapa 3 - CASTANHAL: LOCALIZAÇÃO DA ANTIGA ESTAÇÃO FERROVIÁRIA	41
Mapa 4 - CASTANHAL: LOCALIZAÇÃO DA RUA BARÃO DO RIO BRANCO	45
Mapa 5 - CASTANHAL: ÁREA URBANA - 1984	48
Mapa 6 - CASTANHAL: ÁREA URBANA - 1994	48
Mapa 7 - CASTANHAL: ÁREA URBANA - 2008	48
Mapa 8 - CASTANHAL: LOCALIZAÇÃO DOS BAIRROS	50
Mapa 9 - CASTANHAL: LOCALIZAÇÃO DAS PRINCIPAIS INDÚSTRIAS LIGADAS AO SETOR ALIMENTÍCIO	91
Mapa 10 - CASTANHAL: LOCALIZAÇÃO DAS PRINCIPAIS INDÚSTRIAS LIGADAS AO SETOR METALÚRGICO E MOBILIÁRIO	95
Mapa 11 - CASTANHAL: LOCALIZAÇÃO DE UMA FILIAL DE UMA INDÚSTRIA NACIONAL	100

Mapa 12 - CASTANHAL: LOCALIZAÇÃO DA DISTRIBUIDORA PANTANAL	103
Mapa 13 - CASTANHAL: DESLOCAMENTO DA POPULAÇÃO DE CASTANHAL EM BUSCA DE SERVIÇOS DE SAÚDE NA RMB (JAN/08 A AGO/11)	111
Mapa 14 - CASTANHAL: DESLOCAMENTO DA POPULAÇÃO DA RMB EM BUSCA DE SERVIÇOS DE SAÚDE NO MUNICÍPIO DE CASTANHAL (JAN/08 A AGO/11)	114
Mapa 15 - MAPA DE DESLOCAMENTO DA POPULAÇÃO DO ESTADO DO PARÁ EM BUSCA DE SERVIÇOS DE SAÚDE NO MUNICÍPIO CASTANHAL, QUE APRESENTARAM REGISTROS DE ATENDIMENTOS ACIMA DE 843 (JAN/08 A AGO/11)	116

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - POPULAÇÃO BRASILEIRA TOTAL, URBANA E RURAL (1940-2010)	29
Gráfico 2 - PARAUAPEBAS: PORCENTAGEM DE REGISTROS E DESLOCAMENTOS PARA OS MUNICÍPIOS PARAENSES EM BUSCA DE SERVIÇOS DE SAÚDE (JAN/08 A AGO/11)	118
Gráfico 3 - BREJO GRANDE DO ARAGUAIA: PORCENTAGEM DE REGISTROS E DESLOCAMENTOS PARA OS MUNICÍPIOS PARAENSES EM BUSCA DE SERVIÇOS DE SAÚDE (JAN/08 A AGO/11)	119
Gráfico 4 - ORIXIMINÁ: PORCENTAGEM DE REGISTROS E DESLOCAMENTOS PARA OS MUNICÍPIOS PARAENSES EM BUSCA DE SERVIÇOS DE SAÚDE (JAN/08 A AGO/11)	119
Gráfico 5 - ALENQUER: PORCENTAGEM DE REGISTROS E DESLOCAMENTOS PARA OS MUNICÍPIOS PARAENSES EM BUSCA DE SERVIÇOS DE SAÚDE (JAN/08 A AGO/11)	120
Gráfico 6 - SÃO MIGUEL DO GUAMÁ: PORCENTAGEM DE REGISTROS E DESLOCAMENTOS PARA OS MUNICÍPIOS PARAENSES EM BUSCA DE SERVIÇOS DE SAÚDE (JAN/08 A AGO/11)	121
Gráfico 7 - IGARAPÉ-AÇÚ: PORCENTAGEM DE REGISTROS E DESLOCAMENTOS PARA OS MUNICÍPIOS PARAENSES EM BUSCA DE SERVIÇOS DE SAÚDE (JAN/08 A AGO/11)	121

LISTA DE FOTOS

Foto 1 - ESTAÇÃO DA ESTRADA DE FERRO EM CASTANHAL	41
Foto 2 - DESATIVAÇÃO DA ESTAÇÃO FERROVIÁRIA DE CASTANHAL	41
Foto 3 - RUA BARÃO DO RIO BRANCO EM CASTANHAL, DÉCADA 1980	45
Foto 4 - RUA BARÃO DO RIO BRANCO EM CASTANHAL, NA PRIMEIRA DÉCADA DO SÉCULO XXI	45
Foto 5 - CONDOMÍNIO CAMPO BELO: CONDOMÍNIO RESIDENCIAL HORIZONTAL CLASSE A EM CASTANHAL	82
Foto 6 - HILÉIA INDÚSTRIA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS S/A	91
Foto 7 - INDÚSTRIA MARIZA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DA AMAZÔNIA LTDA	91
Foto 8 - I C MELO E CIA LTDA – FLAMBOYANT	91
Foto 9 - PRODUTOS ALIMENTÍCIOS PANTERAS LTDA	91
Foto 10 - CERÂMICA TROPICAL	95
Foto 11 - TELHAÇO LTDA	95
Foto 12 - OYAMOTA DO BRASIL S/A	95
Foto 13 - ISOESTE	100
Foto 14 - EMPRESA PANTANAL DISTRIBUIDORA	103

LISTA DE SIGLAS

BASA - BANCO DA AMAZÔNIA

COHAB - COMPANHIA DE HABITAÇÃO

CREA - CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

IDESP - INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL E AMBIENTAL DO PARÁ

INPE - INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS

FIIPA - FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO PARÁ

PIB - PRODUTO INTERNO BRUTO

PIN - PLANO DE INTEGRAÇÃO NACIONAL

PSDB - PARTIDO DA SOCIAL - DEMOCRACIA DO BRASIL

RMB - REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM

SEPOF - SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E FINANÇAS

SESPA - SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO PARÁ

SPEVEA - SUPERINTENDÊNCIA DO PLANO DE VALORIZAÇÃO ECONÔMICA DA AMAZÔNIA

SUDAM - SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	01
CAPÍTULO 1 - CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS SOBRE DISPERSÃO URBANA E METROPOLIZAÇÃO	08
1.1 - Produção do espaço urbano: uma perspectiva histórico-dialética	08
1.2 - Diferentes configurações espaciais urbanas: centralidade sub-regional e sub-centralidade metropolitana	15
1.3 - Metropolização e a forma dispersa	22
CAPÍTULO 2 - FORMAS RECENTES DE URBANIZAÇÃO NA AMAZÔNIA: UMA ANÁLISE ESPACIAL	28
2.1 - O processo de urbanização recente na Amazônia	28
2.2 - Dispersão metropolitana de Belém e sua dinâmica espacial	33
2.3 - Produção socioespacial do Município de Castanhal (PA) em face do processo de dispersão metropolitana de Belém	39
CAPÍTULO 3 - DINÂMICA URBANA DE CASTANHAL E O PROCESSO DE DISPERSÃO METROPOLITANA: A EXPANSÃO DA FRONTEIRA URBANO-IMOBILIÁRIA	52
3.1 - Dispersão metropolitana a partir dos assentamentos habitacionais: a relação entre a RMB e Castanhal	53
3.1.1 - A dinâmica dos assentamentos habitacionais: uma análise temporal e espacial	63
3.1.1.1 - Distribuição espacial dos lotes urbanizados pela COHAB no Estado do Pará (1997 a 2009)	63
3.1.1.2 - Distribuição espacial das unidades habitacionais construídas pela COHAB no Estado do Pará (1990 a 2009)	65
3.2 - Dispersão metropolitana a partir dos assentamentos “espontâneos”: a relação entre a RMB e Castanhal	67
3.3 - Dispersão metropolitana a partir da ação da iniciativa privada na área da construção civil: a relação entre a RMB e Castanhal	75

CAPÍTULO 4 - AS RELAÇÕES ESTABELECIDAS ENTRE A DINÂMICA URBANA DE CASTANHAL A PARTIR DA ATIVIDADE INDUSTRIAL E O ESPAÇO METROPOLITANO DE BELÉM	85
4.1 - A importância da atividade industrial na organização do espaço urbano	85
4.2 - A produção industrial de Castanhal e sua relação com a metrópole Belém	89
CAPÍTULO 5 - DINÂMICA DE FLUXOS SOCIOESPACIAIS VOLTADOS A SERVIÇOS DE SAÚDE: A RELAÇÃO ENTRE CASTANHAL E A RMB	107
5.1 - As relações estabelecidas entre a dinâmica urbana de Castanhal e a RMB a partir dos serviços de saúde	108
5.2 - O papel de Castanhal no contexto regional: dinâmica de fluxos socioespaciais voltados a serviços de saúde	115
5.3 - Dinâmica de fluxos socioespaciais voltados à saúde em cidades médias: Marabá e Santarém	118
CONSIDERAÇÕES FINAIS	123
REFERÊNCIAS	128
APÊNDICE	133

INTRODUÇÃO

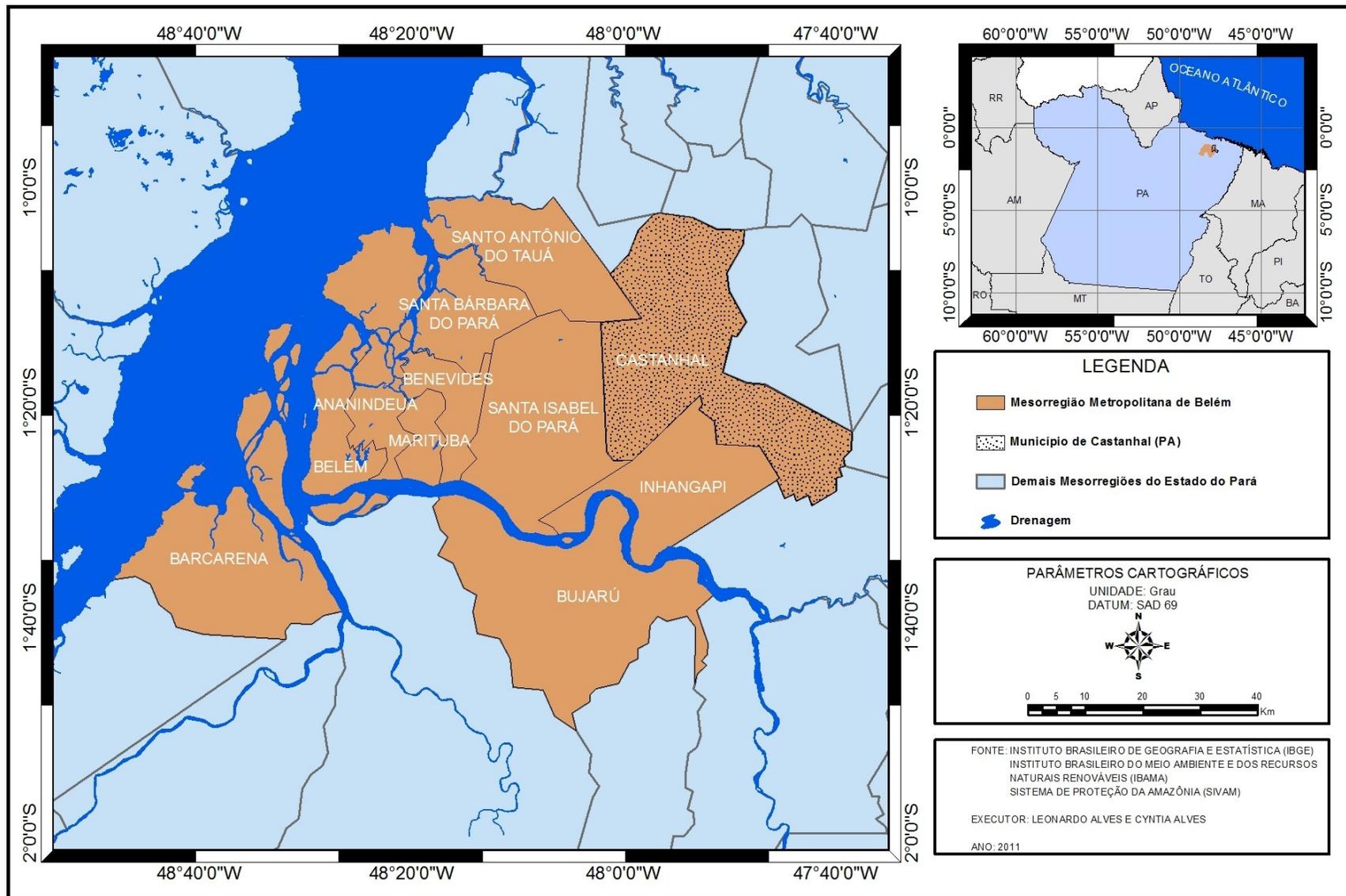
Analisar a transformação metropolitana do espaço nacional e/ou da realidade amazônica requer um amplo esforço teórico e prático, haja vista que o desdobramento de sua dinâmica se efetua a partir da práxis socioespacial que, por sua vez, causam múltiplas modificações no espaço geográfico urbano (LEFÈBVRE, 2002).

Nesse sentido, considerando o processo de urbanização no atual contexto amazônico e, incluindo sua dinâmica metropolitana, percebe-se que este apresenta, no caso belenense, um caráter disperso (TRINDADE JR., 1998), acarretando consigo a conformação de novos arranjos espaciais urbanos que necessitam ser considerados a partir de uma lógica contraditória de formação do espaço geográfico regional.

Tal processo de dispersão metropolitana se dá a partir de fluxos de integração socioespaciais que ultrapassam, inclusive, os limites institucionalizados, como é o caso do Município de Castanhal (PA), que se localiza a 69 Km da capital, na região Nordeste Paraense (mapa 1), e que não compõe oficialmente a Região Metropolitana de Belém (RMB)¹, mas que apresenta relação com a mesma a ponto de se supor uma certa unidade metropolitana.

Vislumbra-se, portanto, a necessidade de se compreender esse atual processo de reestruturação que ocorre na realidade da metrópole belenense, considerando, dessa forma, as mudanças e as permanências que caracterizam o espaço amazônico.

¹ A Região Metropolitana de Belém é formada atualmente por seis Municípios (Belém, Ananindeua, Marituba, Santa Bárbara, Benevides e Santa Izabel do Pará).



Mapa 1 - Castanhal: mapa de localização.

Sendo assim, tem-se como objeto de estudo o processo de metropolização e a dispersão urbana, buscando-se como questão principal analisar a dinâmica socioespacial do Município de Castanhal em face do processo de dispersão metropolitana de Belém, haja vista a notória articulação existente entre ambos a partir de atividades voltadas aos espaços de assentamentos residenciais e industriais e de fluxos socioespaciais em busca de serviços.

Com o intuito de discutir tal problemática se fez necessário o desdobramento de algumas questões norteadoras que foram indispensáveis para o desenvolvimento da pesquisa. Essas estão elencadas a seguir:

- quais os principais elementos responsáveis pela atual configuração espacial urbana de Castanhal?
- qual a relação existente entre a dinâmica urbana de Castanhal e o processo de dispersão metropolitana de Belém a partir dos espaços de assentamentos residenciais e industriais e serviços?
- a relação entre Castanhal e o espaço metropolitano de Belém oficialmente reconhecido revela uma unidade espacial, definida pelo processo de metropolização em curso?

Para tanto, foi necessário, o desdobramento de objetivos mais específicos elencados a seguir: (a) identificar os principais elementos responsáveis pela configuração urbana recente de Castanhal, (b) analisar a relação entre as práticas espaciais urbanas voltadas aos espaços de assentamentos residenciais e industriais que se configuram em Castanhal e o processo de dispersão metropolitana de Belém, bem como identificar e caracterizar a intensidade dos fluxos socioespaciais em busca de serviços entre a RMB e o Município de Castanhal; e, por fim, (c) analisar a relação entre as práticas espaciais urbanas, voltadas aos espaços de assentamentos residenciais e industriais e serviços com o processo de metropolização dispersa de Belém.

Para a realização dessa pesquisa, utilizou-se como instrumental teórico-metodológico, o método de interpretação baseado no materialismo histórico-dialético, no qual as relações de produção são analisadas como produto sociohistórico. Sendo assim, o processo de metropolização e de dispersão urbana devem ser compreendidos a partir do movimento dialético das práticas espaciais da sociedade, na qual o espaço é considerado produto, condição e meio de (re)produção das relações sociais (LEFÈBVRE, 1973).

Apresenta-se, portanto, o desafio de se compreender a dinâmica atual do processo de reprodução social do espaço urbano e suas contradições, considerando uma análise que vai além da materialidade dos sistemas de objetos dispostos no espaço, mas que também permite pensar no movimento, na fluidez, que acompanha o processo de produção socioespacial.

Com relação ao instrumental técnico-empírico, ressalta-se que a natureza da presente pesquisa envolveu uma perspectiva qualitativa e quantitativa. Com relação à natureza quantitativa, os dados foram consultados junto a: bibliotecas públicas, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), Companhia de Habitação do Estado Pará (COHAB-PA), Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Estado do Pará (CREA-PA), Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças (SEPOF), Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Pará (IDESP) e Secretaria de Estado de Saúde do Pará (SESPA-PA).

Com os dados do Censo Demográfico 2010 do IBGE foi possível quantificar o crescimento da população, bem como o levantamento da população urbana residente no Município. Os dados adquiridos junto ao INPE (imagens de satélite dos anos de 1984, 1994 e 2008 através dos produtos de sensoriamento remoto do satélite LANDSAT 5 da RMB e de Castanhal) foram importantes, pois, a partir deles, foi realizada uma análise da expansão urbana de Castanhal, utilizando o software de geoprocessamento ARCGIS 9.3. Optou-se por tal periodização em virtude da disponibilidade das imagens.

Na COHAB-PA foram coletadas fotografias aéreas da malha digital urbana de Castanhal em formato vetorial. Essas bases cartográficas auxiliaram na elaboração dos mapas de expansão urbana de Castanhal. Também foram coletados dados que possibilitaram mensurar a quantidade dos conjuntos habitacionais e lotes urbanizados concluídos e em fase de conclusão comercializados pela COHAB no Estado do Pará entre 1997 e 2009, bem como mensurar também a quantidade de decretos de desapropriações efetuados pela COHAB no Estado entre 1991 e 2008. Tais dados foram importantes para se analisar a dinâmica imobiliária no Pará.

Para se compreender a dinâmica da ação da iniciativa privada no Estado do Pará, os dados do CREA-PA foram indispensáveis. Nesse órgão foram coletados dados referentes à quantidade de contratos (dividido por ano e município) assinados

no Estado com relação à contratação de serviços voltados à construção civil entre a década de 1990 e início do ano 2012.

Os dados obtidos junto ao SEPOF e ao IDESP forneceram informações referentes ao Produto Interno Bruto dos setores da economia (serviços, indústria e agropecuária) de Castanhal, que possibilitaram uma quantificação do(s) setor(es) que apresentam maior representatividade na economia deste Município. Por fim, foram coletados dados junto à SESP/PA com relação ao número de registros e o sentido dos deslocamentos para fins de saúde (serviços ambulatoriais e de internação) da população de Castanhal em direção aos municípios paraenses, realizados no período de janeiro de 2008 a agosto de 2011. Tais dados foram importantes para se analisar a intensidade dos fluxos socioespaciais existentes entre Castanhal e a RMB.

Quanto à natureza qualitativa da pesquisa, destacaram-se algumas técnicas: levantamento e análise bibliográfica, levantamento e análise documental e realização de entrevistas semiestruturadas². As entrevistas foram realizadas com representantes das principais indústrias e distribuidoras de Castanhal com o intuito de analisar a relação existente entre a dinâmica urbana desse Município, a partir da atividade industrial, e sua relação com o espaço metropolitano belenense. A proposta com a realização dessas entrevistas foi compreender: a) por que essas empresas se instalaram em Castanhal? b) se a atual localização corresponde às expectativas da empresa? c) se a proximidade com Belém ou com os municípios da RMB contribui ou interfere para o bom funcionamento dessas empresas? d) outras cidades que hoje são classificadas como em franca expansão (como Marabá, Santarém) estão sendo alvo de futuros investimentos dessas empresas?

A relação entre esses espaços também foi realizada a partir da dinâmica dos espaços de assentamentos residenciais e de fluxos socioespaciais voltados a serviços básicos, neste caso, foi considerado como amostragem, o serviço de saúde³.

² As entrevistas semiestruturadas são, segundo May (2004), compostas por perguntas já especificadas pelo entrevistador. No entanto, este pode ficar livre para fazer outras interrogações necessárias ao longo da entrevista, podendo, assim, estabelecer um diálogo mais aberto com o entrevistado.

³ Inicialmente foram escolhidas, além da produção habitacional e industrial, variáveis ligadas ao setor comercial e de serviços (tais como: educação nível médio/ superior, transportes e saúde) para melhor se compreender a relação entre Castanhal e a metrópole Belém. Todavia em decorrência da dificuldade de acesso a esses dados e ao tempo disponível para a realização da pesquisa, elegeu-se trabalhar com os serviços de saúde por este ter apresentado maior facilidade de acesso.

A dissertação, quanto à sua estruturação, é composta por cinco capítulos seguidos das considerações finais, e antecidos por esta introdução.

O primeiro capítulo, intitulado “Considerações teóricas sobre dispersão urbana e metropolização”, foi desenvolvido a partir de levantamentos e revisão bibliográfica, tendo como teoria de base a produção social do espaço de Lefèbvre (1973). Esse capítulo tem como propósito a elaboração do embasamento teórico-metodológico da pesquisa com o intuito de analisar, a partir de uma perspectiva teórico-conceitual dialética, a dinâmica urbana no contexto amazônico, considerando suas particularidades e suas contradições no espaço geográfico regional atual. Busca ressaltar o conceito de espaço geográfico e sua dimensão urbana, a ideia de centralidade sub-regional e de sub-centralidade metropolitana e discutir os conceitos de metrópole, metropolização e dispersão metropolitana.

O segundo capítulo, intitulado “Formas recentes de urbanização na Amazônia: uma análise espacial”, tem por objetivo contextualizar empiricamente a dinâmica metropolitana amazônica, buscando destacar as formas espaciais recentes que se configuram nessa realidade, com o intuito de compreender a realidade socioespacial de Castanhal neste contexto. Para tanto, torna-se necessário compreender as implicações socioespaciais, decorrentes do processo de urbanização recente na Amazônia, bem como analisar a dinâmica espacial de Belém decorrente de seu processo de metropolização, considerando seu caráter disperso e, por fim, analisar, diante do contexto de dispersão metropolitana de Belém, o processo de reprodução socioespacial de Castanhal.

O terceiro capítulo, intitulado “Dinâmica urbana de Castanhal e o processo de dispersão metropolitana: a expansão da fronteira urbano-imobiliária”, tem por propósito discutir a atual tendência do processo de dispersão metropolitana de Belém e sua relação com produção habitacional de Castanhal. Esse processo de dispersão metropolitana foi analisado a partir da expansão dos assentamentos residenciais, dos assentamentos “espontâneos” e da ação da iniciativa privada na área da construção civil. Tal variável ligada à questão da habitação torna-se imprescindível para a realização da presente pesquisa, uma vez que já se constatou através de outros estudos que o processo de dispersão dos assentamentos residenciais possui íntima relação com o processo de reestruturação urbana através do avanço da fronteira urbano-imobiliária, podendo ultrapassar os limites metropolitanos institucionais a partir da dispersão da metrópole belenense.

O quarto capítulo, intitulado “As relações estabelecidas entre a dinâmica urbana de Castanhal a partir da atividade industrial e o espaço metropolitano de Belém”, tem por objetivo analisar as relações existentes entre Castanhal e a RMB a partir da atividade industrial, uma vez que a dinâmica industrial do Município de Castanhal se torna uma importante variável para se compreender, a atual configuração socioespacial desse Município, sua importância no contexto regional e nacional, bem como para se analisar sua relação com o espaço metropolitano belenense.

Analisar os espaços de assentamentos ligados à atividade industrial é indispensável, pois esta desempenha importante papel na organização espacial das cidades. E, atualmente, Castanhal representa um expressivo polo industrial no Pará, mantendo estreita ligação com a metrópole e com o Estado, abastecendo-os, bem como comercializando com o restante do País.

O quinto e último capítulo, intitulado “Dinâmica de fluxos socioespaciais voltados a serviços de saúde: a relação entre Castanhal e a RMB”, tem por propósito, analisar a relação entre Castanhal e a RMB a partir dos fluxos socioespaciais em busca de serviços. Sendo assim, elegeu-se os serviços ligados à saúde pela maior facilidade de acesso a esses dados em detrimento de outros tipos de serviços.

Por fim, nas considerações finais, foi elaborada uma síntese dos capítulos da dissertação, a fim de promover a sistematização das principais conclusões presentes ao longo da mesma, dentre as quais, constatar a hipótese de que as práticas espaciais urbanas do Município de Castanhal, voltadas aos espaços de assentamentos residenciais e industriais e aos fluxos socioespaciais em busca de serviços, revelam uma relação de intensa interdependência com a metrópole Belém, o que pode sugerir um caráter de subcentralidade ao mesmo, fruto de uma nova configuração metropolitana, com base em uma dinâmica de fluxos que aponta para a existência de uma unidade urbana mais ampliada, fragmentada, dispersa e descontínua.

CAPÍTULO 1: CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS SOBRE DISPERSÃO URBANA E METROPOLIZAÇÃO

O processo de urbanização tem no espaço a condição e o meio indispensáveis para a reprodução das relações sociais de produção. Sendo assim, o fenômeno urbano deve ser compreendido à luz de uma leitura dialética da realidade, para que, assim, se possa compreender as contradições e as múltiplas interfaces que acompanham o processo da urbanização no contexto amazônico, considerando sua complexidade e suas particularidades.

1.1 - Produção do espaço urbano: uma perspectiva histórico-dialética

Compreender a dinâmica socioespacial do Município de Castanhal em face do processo de dispersão metropolitana de Belém é importante, pois, faz-se necessário analisar a dinâmica desses espaços. Sendo assim, propõe-se uma discussão teórica a respeito de espaço geográfico urbano, metrópole, metropolização e dispersão metropolitana. Trata-se, portanto, de uma análise espacial, com base em uma leitura Lefebvriana (1973), que considera o espaço como produto, condição e meio de (re)produção das relações sociais. Tal reflexão possibilita o pensar no movimento, na fluidez, que acompanha o processo de (re)produção socioespacial e que caracteriza a relação de interdependência entre os espaços.

Analisar a dinâmica socioespacial do Município de Castanhal em face do processo de dispersão metropolitana de Belém a partir de uma perspectiva da produção social do espaço, torna-se pertinente pois permite entender como as concepções de Lefèbvre contribuíram para uma nova forma de pensar o materialismo histórico e dialético, sobretudo, buscando valorizar a dimensão espacial.

Soja (1993, p.62) ao analisar a contribuição teórica de Lefèbvre no âmbito do materialismo, destaca que esse autor é “[...] o mais importante teórico espacial do marxismo ocidental e o defensor mais vigoroso da reafirmação do espaço na teoria social crítica”, o que abriu caminhos para outras tentativas de espacialização, para além de um historicismo reducionista.

Neste sentido, o referido autor, ao discutir a reafirmação do espaço na teoria social crítica, ressalta a importância de uma teoria que se desdobre de forma a considerar as relações entre tempo e espaço, História e Geografia. Trata-se de uma crítica ao historicismo exacerbado e não de uma crítica e/ou desconsideração com a história, possibilitando refletir sobre um materialismo necessariamente histórico e geográfico.

[...] não nos esqueçamos de que essa espacialização do pensamento crítico, não tem que projetar uma anti-história simplista. Tal como acontece em Foucault, a reafirmação do espaço na teoria social crítica não requer a subordinação antagônica do tempo e da história, uma substituição e uma reposição simplistas. Ela constitui, ao contrário, a convocação a um equilíbrio interpretativo adequado entre o espaço, o tempo e o ser social, ou aquilo que agora é possível denominar, mais explicitamente, de criação das geografias humanas, construção da história e constituição da sociedade (SOJA, 1993, p. 33).

O autor supracitado, ao analisar as proposições de Lefèbvre, destaca a premissa básica da dialética socioespacial desse materialismo histórico e geográfico, o qual afirma que “[...] as relações sociais e espaciais são dialeticamente inter-reativas, interdependentes; que as relações sociais de produção são formadoras do espaço” (SOJA, 1993, p. 103). A produção do espaço, portanto, deve ser considerada enquanto um processo social⁴.

O espaço é um produto material relacionado com outros elementos – entre outros, os homens, que entram, eles próprios, em determinadas relações sociais, que conferem ao espaço (e aos outros elementos da combinação) uma forma, uma função e uma significação social. Ele não é, portanto, uma mera oportunidade à disposição da estrutura social, mas uma expressão concreta de cada conjunto histórico em que uma sociedade é especificada (CASTELLS, 1977, p. 115 apud SOJA, 1993, p. 105).

Portanto, analisar o espaço urbano a partir de uma dialética socioespacial é importante, pois apresenta o desafio de se entender a dinâmica histórica do processo de reprodução social do/no espaço. Nesse sentido, faz-se necessário

⁴ As análises urbanas pautadas em uma abordagem marxista, com o intuito de explicar os eventos de origem urbana, surgem, segundo Gottdiener (1993), a partir da segunda Guerra Mundial como reação às limitações das formulações tidas como convencionais, a saber: as abordagens da ecologia, da geografia e da economia urbana. Sendo assim, este autor destaca duas teorias que buscam fazer relação entre a organização espacial e social para a compreensão efetiva da realidade: a de Manuel Castells (a partir de uma leitura althusseriana da ciência urbana vinculada ao estruturalismo marxista) e a abordagem dialética socioespacial, de Henri Lefèbvre, sustentada na teoria da produção do espaço.

examinar os processos que configuram as formas e os conteúdos do espaço urbano do Município de Castanhal, com o intuito de se constatar os processos espaciais que o envolvem, bem como analisar sua dinâmica socioespacial em face do contexto de metropolização belenense, fruto de um processo social.

Sendo assim, o espaço urbano não é um mero palco onde a realidade se dá, mas é considerado produto, condição e meio indispensável para a reprodução das relações sociais (LEFÈBVRE, 2002). De acordo com Santos (2004a, p. 109): “é a sociedade, isto é, o homem, que anima as formas espaciais, atribuindo-lhes um conteúdo, uma vida. Só a vida é passível desse processo infinito que vai do passado ao futuro, só ela tem o poder de transformar tudo amplamente”.

O urbano é, para Lefèbvre (2002), o ponto de encontro, da simultaneidade, formado por diferentes conteúdos complementares e contraditórios, manifestados nas formas urbanas. Trata-se de uma abstração que se concretiza na práxis socioespacial. Martins (1996, p. 22), destaca que: “[...] no vivido, a práxis é contraditória. Ela reproduz relações sociais. Mas, Lefèbvre observa, não há reprodução de relações sociais sem uma certa produção de relações, não há repetição sem uma certa inovação”⁵.

Nesse sentido, busca-se analisar os diferentes conteúdos complementares e contraditórios que possibilitam entender por meio das formas urbanas a atual dinâmica socioespacial de Castanhal em face do perfil de metropolização belenense, que se configura a partir de uma abstração concretizada na práxis socioespacial⁶.

Do ponto de vista teórico e prático a análise espacial deve ser compreendida para além da ideia de localização (receptáculo), somando-se a esta a “função da ordem social” (GOTTDIENER, 1993, p.126), o que possibilita pensar na natureza multifacetada do espaço defendida por Lefèbvre.

⁵ Martins (1996), ao dissertar sobre o método regressivo – progressivo defendido por Henri Lefèbvre que o dividiu em três momentos metodológicos diferentes, afirma que esse filósofo reconhece a realidade social como complexa e dual (ou seja, vertical e horizontal), e que essa deve ser descrita com o intuito de se recuperar a coexistência de diferentes temporalidades sócio-espaciais, trata-se, portanto, da primeira fase do método: a descritiva, que é seguida pela segunda fase: a analítico-regressiva, e por fim apresenta a última fase: a regressivo-progressiva classificada como histórico-genética. Martins (1996) destaca que neste último momento as contradições refletem conflitos sociais históricos “[...] e não se reduzem a confrontos de interesses entre diferentes categorias sociais. Ao contrário, na concepção lefebvriana de contradição, os desencontros são também desencontros de tempos e, portanto, de possibilidades” (MARTINS, 1996, p. 22).

⁶ De acordo com Gottdiener (1993), Lefèbvre desenvolve pautado em uma perspectiva marxista, uma teoria do espaço que se expressaria a partir da práxis socioespacial e defendia o ideário de uma transformação da sociedade a partir de “[...] uma ‘revolução urbana’ – na forma de uma revolução do *design* espacial organizado em torno da vida cotidiana desalienada, além da transformação econômica exigida pela maioria dos marxistas” (GOTTDIENER, 1993, p. 126).

[...] o lugar da reprodução das *relações* de produção, (que se sobrepõe à reprodução dos meios de produção), é simultaneamente ocasião e instrumento de uma planificação (ordenamento do território), de uma lógica do crescimento. A prática social do capitalismo implica e contém saber, lógica (busca da coerência), uma ideologia da coesão e das contradições à escala global (LEFÈBVRE, 1973, p. 17)⁷.

Lefèbvre (2002) afirma que o conteúdo urbano vai além da ideia de consumo, e interfere tanto na produção quanto nas relações de produção. O fenômeno urbano, por sua vez, é por ele considerado uma realidade global imbuída de uma racionalidade dialética.

A natureza e o significado de espaço geográfico devem ser considerados, dentro de tal análise, como fator social e não somente como um reflexo social, acompanhado de suas múltiplas dimensões e em constante processo de transformação, o que aponta para a ideia de conflito, mas também a possibilidade de mudança. É esta perspectiva histórico-dialética que está sendo considerada na presente pesquisa, onde as relações de produção são analisadas como produto sociohistórico. Sendo assim, o processo de metropolização e de dispersão urbana serão analisados a partir do movimento dialético das práticas espaciais da sociedade.

Neste sentido, Santos (2006) afirma ser necessário considerar a relação dialética entre os elementos que são indispensáveis e indissociáveis para a compreensão de uma realidade objetiva e totalizante da produção e organização social do espaço. Para esse autor, o espaço deve ser concebido enquanto um sistema indissociável de objetos e ações.

Sistema de objetos e sistemas de ações interagem. De um lado, os sistemas de objetos condicionam a forma como se dão as ações e, de outro lado, o sistema de ações leva à criação de objetos novos ou realiza sobre objetos preexistentes. É assim que o espaço encontra sua dinâmica e se transforma (SANTOS, 2006, p. 63).

Carlos (2007) ressalta que a análise do processo de (re)produção espacial, para além do reflexo social, possibilita uma compreensão que considera outras esferas capazes de ultrapassar o plano do econômico, o que é fundamental para a realização de um debate holístico e integrador.

⁷ Corrêa (1995, p. 17), explica que, para Lefèbvre, “o espaço é concebido como *lòcus* da reprodução das relações sociais de produção, isto é, reprodução da sociedade”. Segundo Lefèbvre (1973, p. 6), o conceito de reprodução das relações sociais de produção “[...] designa um processo complexo que arrasta consigo contradições e não só as repete, as re-duplica, mas também as desloca, as modifica, as amplifica”.

A noção de produção tal qual proposta por Marx aponta, por sua vez, para a reprodução e evidencia a perspectiva de compreensão de uma totalidade que não se restringe ao plano do econômico, mas abre-se para o entendimento da sociedade em seu movimento mais amplo, o que pressupõe uma totalidade mais ampla e muda os termos da análise espacial [...] para estender-se ao plano do habitar, ao lazer, à vida privada, guardando o sentido do dinamismo das necessidades e dos desejos que marcam a reprodução da sociedade (CARLOS, 2007, p. 4).

Segundo Santos (2004a), a realidade deve ser compreendida a partir da inter-relação dos conceitos gerais de forma, estrutura, processo e função, não devendo ser consideradas em separado para se poder chegar ao movimento da totalidade espacial e dos processos que as envolvem, pois:

Os movimentos da totalidade social modificando as relações entre os componentes da sociedade, alteram os processos, incitam a novas funções. Do mesmo modo, as formas geográficas se alteram ou mudam de valor; e o espaço se modifica para atender às transformações da sociedade (SANTOS, 2004b, p. 55).

Sendo assim, verifica-se que para se analisar a produção do espaço é imprescindível considerar sua relação com a sociedade, com a totalidade social, que se desdobra ao longo do tempo a partir de um processo dialético entre as formas, a estrutura e a função. Segundo Santos (1985), as formas são dotadas do presente e do passado. Este último precisa ser considerado para que se compreendam as diferentes funções que os objetos espaciais assumem/assumiram ao longo do tempo, fruto de processos passados e presentes. Logo, percebe-se que forma e função estão diretamente justapostas. Todavia, ainda segundo o autor, a análise da forma também não pode se dar separada do entendimento da estrutura, que “implica a inter-relação de todas as partes de um todo; o modo de organização ou de construção” (SANTOS, 1985, p 50).

Estudar uma realidade a partir da compreensão da forma espacial urbana requer uma análise que revele as múltiplas temporalidades que envolvem tal dinâmica urbana. Ressalta-se que essas múltiplas temporalidades existentes nas formas são dotadas de conteúdos, expressos pela sociedade, já que para Santos (2006), a essência do espaço é social. Para esse autor:

A ideia de forma-conteúdo une o processo e o resultado, a função e a forma, o passado e o futuro, o objeto e o sujeito, o natural e o social. Essa ideia também supõe o tratamento analítico do espaço como um conjunto

inseparável de sistemas de objetos e sistemas de ações (SANTOS, 2006, p.103).

Os diferentes períodos históricos de construção socioespacial de Castanhal, revelam que suas formas foram sendo desconstruídas e se modificaram, trazendo consigo novas funções eminentemente urbanas. Essas funções, por sua vez, também apresentam modificações ao longo de seu estabelecimento, produzindo outros padrões espaciais urbanos, principalmente após a desativação da Estrada de Ferro Belém-Bragança⁸, na década de 1960.

[...] o espaço urbano é um reflexo da sociedade e que, portanto, [...] a ação dos agentes modeladores gera mudanças de conteúdo e/ou das formas das diversas áreas, de modo que novos padrões de fragmentação do espaço urbano emergem, desfazendo total ou parcialmente os antigos e criando novos padrões no que diz respeito à forma e ao conteúdo (CORRÊA, 1997, p. 146).

A complexa dinâmica urbana do Município de Castanhal, apresentou ao longo da história, diferentes paisagens que demonstraram mudanças nas formas espaciais que compunham/compõem esse Município atribuindo-lhe novas funções que lhe configuraram modificações em sua paisagem, a partir de novos objetos e de novas dinâmicas espaciais. Para tanto, e no intuito de verificar essas novas formas-conteúdos de caráter urbano, faz-se necessário entender os diferentes processos pelos quais passou/passa a história desse Município, bem como as diferentes estruturas as quais o envolveram/envolve, já que, conforme Santos (2006, p. 99), “[...] a forma nos dá um ponto de partida, mas está longe de nos dar um ponto de chegada, sendo insuficiente para oferecer, sozinha, uma explicação”.

Nesse sentido, analisar a dinâmica socioespacial de Castanhal em face do perfil de metropolização belenense, torna-se imprescindível, uma vez que se deve considerar a relação dialética que movimenta esses espaços, bem como as relações sociais de produção que os caracterizam.

A integração entre espaços define a essência do urbano, pois, segundo Lefèbvre (2002, p.114), “[...] o urbano define-se também como justaposições e superposições de *redes*, acúmulo e reunião dessas redes, constituídas umas em

⁸ Segundo Penteado (1967), a Estrada de Ferro Belém-Bragança começou a ser construída em 1883, com início em Belém (no atual bairro de São Brás). Passava pelos municípios de Ananindeua, Marituba, Benevides, Santa Izabel do Pará, Castanhal, São Francisco do Pará, Igarapé-Açu, Nova Timboteua, Peixe-Boi, Capanema, Tracuateua, chegando em 1908, a Bragança, seu destino final. Somava 240 Km de ferrovia entre Belém e Bragança. A inauguração da Estação Ferroviária de Castanhal ocorreu em 1904.

função do território, outras em função da indústria, outras ainda em função de outros centros no tecido urbano”.

Análises de tal natureza são de suma importância, pois permitem pensar novas configurações espaciais inseridas no contexto amazônico recente, principalmente de cunho urbano, o que ratifica o caráter dinâmico e dialético que deve acompanhar o estudo geográfico urbano.

1.2 - Diferentes configurações espaciais urbanas: centralidade sub-regional e subcentralidade metropolitana

Segundo Catalão (2008), o urbanismo do século passado e do atual vem ganhando novas configurações espaciais, demarcando diferentes realidades, o que vem chamando a atenção de vários estudiosos.

O autor acima referido, ao estudar a dispersão urbana, ora chamada de espraiamento urbano pelos americanos, ora de periurbanização pelos franceses, destaca a importância de se analisar as práticas espaciais urbanas e seus respectivos fenômenos, inclusive em escala global, pois, só assim, é possível compreender as dinâmicas socioespaciais locais sem desconsiderar o contexto mais amplo, haja vista que o fenômeno da dispersão urbana atinge diversas realidades em diferentes escalas. Analisa, entre outros autores, Monclús (1999), afirmando que este discute conceitos como periferização, periurbanização e suburbanização e relaciona esse último com o processo de dispersão urbana. Segundo Monclús (1999 apud CATALÃO, 2008, p. 29) a dispersão urbana “[...] é o resultado do processo de ampliação do fenômeno de suburbanização, que ele entende no sentido mais genérico de crescimento urbano das periferias, tal como se aceita comumente nos Estados Unidos e na Europa”.

No entanto, o autor supracitado, considerando as particularidades da urbanização do Brasil como um todo, e de Brasília mais especificamente, acredita que o conceito mais adequado para se relacionar com o fenômeno da dispersão seria o de periferização. Para o caso de Brasília, afirma que: “[...] a dispersão atual de seu tecido urbano resulta do processo de periferização vislumbrado já desde o final da década de 1950 com a criação de núcleos urbanos periféricos distante do centro planejado” (CATALÃO, 2008, p. 30). Ainda baseado nos estudos de Monclús (1999), esse autor afirma que:

[...] um dos principais responsáveis pela dispersão na escala metropolitana é a migração das populações do núcleo metropolitano para as franjas periféricas. No Brasil isso é notado pelo grande crescimento apresentado nos últimos anos pelas cidades dos entornos metropolitanos em comparação aos núcleos (MONCLÚS, 1999 apud CATALÃO, 2008, p. 33).

O fenômeno da dispersão metropolitana, que assume diversas proporções e em diferentes escalas, possibilita uma complexa análise a respeito das novas configurações espaciais urbanas que surgem associadas a esse fenômeno. Destacam-se nesse trabalho os novos (re)arranjos espaciais surgidos no contexto da urbanização na Amazônia, evidenciando-se o Município de Castanhal, com intuito

de compreender as relações entre as práticas espaciais urbanas existentes em Castanhal, voltadas aos espaços de assentamentos residenciais e industriais e serviços e a metrópole Belém.

Tal análise possibilita uma reflexão para além da forma espacial (a metrópole), buscando compreender os processos espaciais (metropolização) que envolvem os estudos urbanos e que podem ultrapassar os limites metropolitanos institucionalizados, uma vez que Castanhal oficialmente não pertence a RMB, daí a importância de se compreender tais fenômenos urbanos para além de suas formas institucionalizadas.

Trindade Jr. (2010), ao tratar sobre a dinâmica de dispersão da malha urbana no espaço belenense afirma a existência de duas malhas metropolitanas: a malha socioespacial “espontânea” e a malha de caráter político-administrativa, sendo a primeira

[...] configurada por um sistema de objetos e de ações definidos pelo mercado e pelas demandas/necessidades sociais cotidianas, e outra de caráter político-administrativa, definida pelos recortes político-administrativos (bairros, municípios, distritos etc.). A primeira, de caráter mais fluido, desenvolve-se de maneira espontânea e muitas vezes a despeito dos territórios instituídos pelos recortes municipais, ainda que às vezes tenha que se adequar a eles. Decorre da própria necessidade de crescimento da estrutura urbana e de expansão da fronteira urbanoimobiliária. Inclui fluxos de pessoas, de mercadorias e de capitais, que, em grande parte, buscam se ajustar à fluidez e a funcionalidade da vida metropolitana. Configurase a partir de demandas de mercado, como no caso da expansão da habitação como mercadoria, ou das necessidades de sobrevivência que criam demandas sociais, apenas parcialmente satisfeitas (TRINDADE JR., 2010, p. 332).

Villaça (1998), ao discutir os espaços intraurbanos do Brasil, ressalta a necessidade de haver estudos espaciais voltados às metrópoles brasileiras, estudos esses que tratem não somente da cidade (município) central das áreas metropolitanas, mas que também considerem a escala intraurbana em sua totalidade e complexidade. Villaça (1998, p. 17) afirma que “[...] pouco se avançou nas investigações sobre o conjunto da cidade e sobre a articulação entre suas várias áreas funcionais, ou seja, sobre a estrutura intraurbana”. Análises dessa natureza são de fundamental importância para a compreensão dos (re)arranjos espaciais que surgem nesse movimento dialético de produção do espaço urbano, principalmente os voltados ao processo de dispersão metropolitana.

Para Villaça (1998), o espaço intraurbano é

[...] estruturado fundamentalmente pelas condições de deslocamento do ser humano, seja enquanto portador da mercadoria força de trabalho – como no deslocamento casa/trabalho -, seja enquanto consumidor – reprodução da força de trabalho, deslocamento casa-compras, casa-lazer, escola, etc. Exatamente daí vem, por exemplo, o enorme poder estruturador intraurbano das áreas comerciais e de serviços, a começar pelo próprio centro urbano. Tais áreas, mesmo nas cidades industriais, são as que geram e atraem a maior quantidade de deslocamentos (viagens), pois acumulam os deslocamentos de força de trabalho – os que ali trabalham – com os de consumidores – os que ali fazem compras e vão aos serviços (VILLAÇA, 2001, p. 20).

Tal perspectiva é fundamental diante da problemática desenvolvida na presente pesquisa, pois se considerou, dentre outros aspectos, a intensidade dos fluxos de deslocamentos existentes entre a RMB e Castanhal voltados à busca por serviços, com o intuito de se compreender a atual dinâmica socioespacial de Castanhal.

As proposições de Villaça (1998) com relação aos elementos estruturadores⁹ do espaço intraurbano, que se configuram a partir do centro principal da metrópole, dos sub centros de comércio e serviços, dos bairros residenciais e das áreas industriais, também são relevantes. Para este autor o sub centro “[...] consiste, portanto, numa réplica em tamanho menor do centro principal, com o qual concorre em parte sem, entretanto, a ele se igualar. Atende aos mesmos requisitos apenas para uma parte da cidade, e o centro principal cumpre-os para toda a cidade” (VILLAÇA, 1998, p. 12).

No entanto, no contexto amazônico existe a necessidade de se compreender esses novos (re)arranjos espaciais a partir do par dialético dispersão-concentração.

Essa combinação de dispersão e concentração é que configura o espaço da metrópole contemporânea. [...] Seja qual for a configuração metropolitana, quer seja um espaço mais denso ou mais disperso, esse espaço é condição, processo e produto associado a urbanização, que tem na ideia de aglomeração um dos elementos centrais de sua definição. Portanto, o que é disperso é a sua forma (LENCIONI, 2008, p. 9).

Lencioni (2008) ressalta que a complexidade urbana deve ser analisada para além do espaço topográfico (a forma), mas chama a atenção para a dimensão do espaço topológico, que juntamente com o espaço topográfico deve compor o espectro multiescalar da análise metropolitana. Daí a importância de se

⁹ “Com apoio em Bastide (1971,1) chamaremos de estrutura um todo constituído de elementos que se relacionam entre si de tal forma que a alteração de um elemento ou de uma relação altera todos os demais elementos e todas as demais relações. As estruturas são dotadas de movimentos e o grande desafio intelectual reside em desvendar a fonte desse movimento” (VILLAÇA, 1998, p. 12).

compreender os fluxos de integração entre os espaços para além de sua forma. A configuração de uma metrópole dispersa, com base no raciocínio de Lencioni (2003), está associada à conformação de uma sub centralidade metropolitana.

Em contrapartida, o caráter de centralidade sub-regional está associado notadamente à conformação das cidades médias. Ao discutir sobre as pequenas e médias cidades, Sposito (2009) ressalta que tem que haver um esforço conceitual para diferenciar e/ou caracterizar o que ela chama de “cidades não metropolitanas” (p. 13) para além das adjetivações de pequenas e médias cidades, uma vez que se reconhece que tais cidades possuem tamanhos e conteúdos que são diversos e cujo nível de complexidade são inferiores ao metropolitano. Sobre essa discussão, a autora indaga: “[...] o que vem a ser cidades pequenas e médias? Será que essas duas expressões são boas para designar um tipo, um padrão, um conjunto de cidades que desempenham vários e diferentes papéis numa divisão de trabalho que se estabelece?” (SPOSITO, 2009, p. 14).

A referida autora destaca a necessidade de se analisar as pequenas e médias cidades considerando algumas articulações que são fundamentais para essa análise, a saber: a articulação entre o rural e o urbano, a relação entre a cidade e a natureza, a relação entre cidade e região, a relação entre continuidade e descontinuidade, o par de articulação concentração-dispersão (densidade-extensão) e, por fim, as articulações entre polarização e difusão.

Sposito (2009) afirma que não há como compreender cidades pequenas e médias sem levar em consideração a área de influência com relação ao entorno, através das relações econômicas e/ou sociais; portanto, a relação entre cidade e campo aparece como fundamental. Do mesmo modo, a relação entre cidade e natureza também deve ser considerada nos estudos sobre pequenas e médias cidades a partir da consideração de que a cidade é natureza, e que essa última tem muitas vezes sua dinâmica natural desconsiderada e/ou negligenciada pelo próprio processo de (re)produção do urbano. Essa relação é, segundo a autora, importante de ser analisada haja vista que, nas pequenas e médias cidades, há a possibilidade de um tratamento mais adequado da natureza, levando em conta seu tamanho.

A autora afirma ainda que, apesar da negligência por parte de alguns estudiosos com o conceito de região, não há como compreender a dinâmica das pequenas e médias cidades sem realizar a articulação com tal conceito.

[...] não há possibilidade de compreensão do que sejam cidades médias e pequenas sem o entendimento do que é região, porque a região é o próprio quadro de referências, é o próprio ambiente, socialmente construído, a partir das relações entre as cidades médias e pequenas (SPOSITO, 2009, p. 18-9).

Ao tratar sobre a articulação entre continuidade e descontinuidade, Sposito (2009), afirma que as cidades médias e pequenas se articulam com espaços descontínuos, para além das regiões as quais pertencem (espaço contínuo), graças à evolução cada vez mais acelerada do meio técnico-científico e informacional. Agora existe a necessidade de se analisar também as relações onde a distância passa a ser vista a partir de uma lógica virtual, proporcionada pela evolução da informática e comunicações.

No que concerne ao par de articulação concentração-dispersão, Sposito (2009) ressalta que nem toda rede urbana se limita ao processo de concentração. Soma-se dialeticamente o processo de dispersão (densidade-extensão).

Por fim, as pequenas e médias cidades também necessitam ser compreendidas à luz da articulação polarização-difusão, pois as cidades médias podem desempenhar papel polarizador dentro da rede urbana, difundindo diferentes fluxos de cunho econômico, social, político e cultural sobre as pequenas cidades.

Para a autora as cidades médias,

[...] são aquelas cidades que, na rede urbana, desempenham o papel de intermediação entre as pequenas e grandes, então são cidades que comandam uma região, que polarizam uma região, que crescem em detrimento da sua própria região ou crescem em função da sua própria região, as duas coisas acontecem. Cidades médias que ampliam seus papéis, porque diminuem os papéis das cidades pequenas a partir de uma série de mecanismos econômicos, ou cidades que, em função do tipo de atividade que têm, das lideranças que ali se encontram, são capazes de crescer e propor um projeto ou desempenhar um papel político, econômico e social de crescimento para toda uma região (SPOSITO, 2009, p. 19).

Para Sposito (2007), as cidades médias também devem ser analisadas para além do quantitativo populacional, uma vez que o tamanho demográfico não necessariamente revela a importância dessa cidade na rede urbana a qual está integrada. Ressalta que se deve levar em consideração o papel funcional que as cidades médias assumem no contexto regional. Essa autora trabalha com uma ideia qualitativa na conceituação de uma cidade média. Afirma que é necessário considerar alguns critérios para a definição de uma cidade média, a saber: o

distanciamento em relação as áreas metropolitanas, a sua situação geográfica, a sua importância no âmbito regional, bem como a oferta de bens, serviços e empregos que esta cidade proporciona.

Segundo Sposito (2001), algumas metodologias levam em conta apenas o tamanho demográfico. Neste sentido, considera-se atualmente como cidades médias aquelas cujo contingente de população urbana varia entre 100.000 e 500.000 habitantes. No entanto, a referida autora destaca que as cidades médias podem desempenhar papéis de significado e importância diferenciados em um determinado contexto regional. Afirma, portanto, que o aspecto demográfico é tão somente mais um elemento de análise que não pode ser considerado isoladamente. Daí a necessidade de se incorporar outras variáveis nas abordagens sobre as cidades médias que levem em consideração seu aspecto funcional inserido em um contexto regional mais amplo, para além de uma análise quantitativa.

Ao salientar sobre o critério de distanciamento das áreas metropolitanas na classificação das cidades médias, Sposito (2007) afirma que maior será a importância dessa cidade média quanto mais afastada estiver das maiores representações da hierarquia urbana, uma vez que poderão oferecer mais bens e serviços, influenciando mais intensamente seu entorno, aumentando, assim, seu grau de importância. Todavia, as cidades médias não se fecham em si mesmas, mantêm estreito grau de inter-relação com espaços próximos e distantes a ela. Há a necessidade, portanto, de se considerar o papel intermediário que as cidades médias estabelecem tanto com as cidades de menor porte, quanto com as áreas rurais.

(...) a importância de uma cidade média tinha, e ainda tem, relação direta com a área sobre a qual ela é capaz de exercer influência ou, em outras palavras, a área a partir da qual alguém está disposto a se deslocar até uma cidade média para nela ter acesso ao consumo de bens e serviços (SPOSITO, 2007, p. 37).

Sendo assim, deve-se analisar o papel que as cidades médias assumem na divisão do trabalho. Neste aspecto, as cidades médias cumprem um papel funcional do ponto de vista regional, sendo fundamental compreender a relação econômica que elas exercem com a região metropolitana, bem como com as pequenas cidades de seu entorno.

O processo de urbanização assume múltiplas dimensões, seja ela social, econômica, política e espacial. O espaço, para o processo de urbanização, é condição e meio para o desenvolvimento das relações sociais, cujos conteúdos se inserem na dinâmica urbana e se materializam na cidade. A consideração das múltiplas facetas que envolvem o processo de urbanização é fundamental para se analisar a economia do País que, segundo Santos (1994), não deve estar dissociada dessa análise espacial. Diante de tal complexidade, esse autor afirma que a urbanização exige um método que se torna fundamental para se compreender o processo de produção em escala global. Sendo assim, cabe à economia política da urbanização e à economia política da cidade cumprir esse papel. O autor, apesar de diferenciá-las, assume sua complementaridade.

Uma coisa é a economia política da urbanização, que leva em conta uma divisão social do trabalho, que dá, com a divisão territorial do trabalho, a repartição dos instrumentos de trabalho, do emprego e dos homens na superfície de um país. A economia política da cidade seria outra coisa diferente, porque seria a forma como a cidade, ela própria, se organiza, em face da produção e como os diversos atores da vida urbana encontram seu lugar, em cada momento, dentro da cidade (SANTOS, 1994, p. 118).

Quando se busca analisar a dinâmica socioespacial do Município de Castanhal em face do processo de dispersão metropolitana de Belém, não há como desconsiderar as articulações entre essas realidades socioespaciais, procurando compreender como os conteúdos se materializam na dinâmica desses espaços e como os sujeitos sociais se inserem nesse contexto, para que se possa verificar essa dinâmica à luz de uma verdadeira economia política da cidade cujas análises não se limitam às formas, mas considera os processos espaciais.

1.3 - Metropolização e a forma dispersa

Para a realização do estudo do fenômeno urbano existe a necessidade de se considerar os processos socioespaciais que o configuram para além da forma, buscando-se compreender as dinâmicas (os processos) que o envolvem. Apresenta o desafio de se entender a dinâmica atual de reprodução social do espaço urbano.

Sendo assim, definem-se alguns conceitos norteadores deste estudo como: metrópole, metropolização e dispersão metropolitana.

O entendimento de metrópole ganha complexidade na medida em que a configuração territorial de tais espaços se mostram, como assinala Santos (1993 apud SOUZA, 2006), de forma complexa e fragmentada, apresentando espaços luminosos (alto grau de modernização) em contraste com espaços opacos, onde a paisagem é composta por periferias e lugares sem o mesmo grau de modernização.

Lencioni (2006) apresenta cinco pontos em comum no entendimento dos elementos que possibilitam pensar nas características que compõem um espaço metropolitano.

[...] a metrópole se constitui numa forma urbana de tamanho expressivo, quer relativo ao número de sua população, quer em relação à sua extensão territorial; um segundo é que a metrópole tem uma gama diversa de atividades econômicas, destacando-se a concentração de serviços de ordem superior, um terceiro é que ela consiste num *locus* privilegiado de inovação; um quarto é que constitui um ponto de grande densidade de emissão e recepção dos fluxos de informação e comunicação, e um quinto é que a metrópole se constitui em um nó significativo de redes, sejam de transporte, informação, comunicação, cultura, inovação, consumo, poder ou, mesmo, de cidades (LENCIONI, 2006, p.45).

Apesar da complexidade e polissemia do conceito de metrópole, a autora supracitada, destaca que entre as diferentes concepções de metrópole a concentração de serviços públicos e privados é uma característica comum ante o atual contexto da globalização, uma vez que a reprodução do capital é garantida. A análise dessa concentração de serviços, bem como de outros fatores, é de fundamental importância no entendimento da relação entre a RMB e Castanhal, uma vez que se percebe a existência de fluxos de deslocamentos entre esses espaços que estão voltados a tais setores (comércio, serviços e indústrias).

A partir da perspectiva histórico-dialética considerada na presente pesquisa, a metrópole deve ser compreendida como produto sociohistórico resultante de um movimento dialético das práticas espaciais da sociedade. Essa, por sua vez, está inserida num contexto capitalista mais amplo, que, somados aos avanços

tecnológicos, propiciam o aparecimento de novas formas de configuração espacial urbana, caracterizada, dentre outras, pela dispersão de seu tecido urbano (CATALÃO, 2008).

Diante disso, entende-se que a metrópole apresenta um caráter dinâmico e polarizador em face das cidades do entorno. Para Lencioni (2003), analisar a metrópole, a região metropolitana ou o entorno, é pensar de acordo com uma perspectiva de região, visto que a metrópole não é um ente isolado. Sua dinâmica está integrada com o seu entorno e/ou área de influência. Sendo assim, a autora lança o conceito de cidade-região, pois

[...] mesmo examinando apenas a metrópole, o espectro da região aparece, porque ela em si, não é mais uma cidade isolada, mas uma cidade-região [...]. Essa cidade-região, como uma forma nova do processo de urbanização, é, vale repetir, um produto associado à reestruturação produtiva. Essa cidade-região está relacionada ao processo de metropolização do espaço, processo esse que imprime características metropolitanas aos territórios (LENCIONI, 2003, p.7).

Nesse sentido pode-se inferir que, resguardadas suas particularidades, Belém constitui uma cidade-região, uma vez que sua dinâmica urbana está intensamente relacionada com o entorno, como, por exemplo, com Castanhal (que oficialmente não pertence a RMB), mas que apresenta, através do processo de metropolização do espaço, relação com Belém a partir dos fluxos socioespaciais. Leva-se em consideração, portanto, que as relações metropolitanas são processuais e que, por isso, imprimem a espaços não metropolitanos características metropolitanas.

Dentro dessa análise é importante entender a diferença entre metrópole e metropolização, visto que, apesar de serem conceitos complementares, apresentam diferenças quanto ao seu significado e sua aplicação no estudo do espaço urbano. O conceito de metrópole se relaciona com a ideia de cidade, mais ligado à forma. Já a metropolização está ligada ao sentido de ação continuada, a um processo¹⁰.

A metropolização compreende, portanto, os processos socioespaciais que dota o espaço de características metropolitanas a partir de seus fluxos que, até então, eram específicos da metrópole, enquanto forma. Relaciona-se a um processo contínuo de transformação relativo ao espaço urbano, impregnando neste espaço

¹⁰ Quando falamos em metropolização, estamos falando de um processo socioespacial, de um processo que imprime ao espaço características metropolitanas; por exemplo, alta densidade, em termos relativos, de fluxos imateriais e frequentes e significativas relações com outras metrópoles, mormente as chamadas cidades globais (LENCIONI, 2006, p. 47).

características metropolitanas, inclusive em espaços não oficialmente institucionalizados enquanto metropolitanos.

O processo de metropolização dos espaços implica, portanto, um território no qual os fluxos de pessoas, de mercadorias ou de informações são múltiplos, intensos e permanentes. Aí é comum a presença de cidades conurbadas bem como a concentração das condições gerais necessárias às particulares condições da reprodução do capital nos dias atuais (LENCIONI, 2006, p. 47).

No entanto, torna-se importante ressaltar que nem todo processo de metropolização dos espaços define uma área conurbada. No caso da relação de interdependência da RMB com Castanhal, pressupõe-se que tal processo de metropolização se dê a partir de uma forma metropolitana dispersa que se define a partir da intensidade dos fluxos socioespaciais entre os espaços analisados.

O tema relacionado à expansão dos limites urbanos que ultrapassam a área metropolitana institucionalizada é pauta de análise no contexto urbano brasileiro, pois o que se percebe é que a reprodução do espaço urbano, atualmente, propiciou a expansão dos limites urbanos para além das delimitações legais onde as cidades (metrópoles) estão inseridas, formando, assim, aglomerações urbanas dotadas de características metropolitanas, sendo fundamental se compreender o contexto regional mais amplo.

Lencioni (2010), ao estudar o processo de urbanização paulista, afirma que:

A transformação dos arredores da cidade pela expansão urbana não se constitui num privilégio das metrópoles se fazendo presente em várias cidades, em especial nas maiores, mas, é importante observar que esse tipo de expansão não é exclusiva delas. Encontramos cidades com milhões ou mesmo milhares de habitantes que vêm expandindo sua área urbana, em grande parte relacionada à produção de moradias, mas também ao desenvolvimento de novas localizações para abrigar as atividades econômicas, tais como indústrias, shoppings-centers, comércio e serviços. Essa expansão pode ou não vir acompanhada de novas centralidades e denunciam a importância que vem assumindo a dispersão territorial das atividades econômicas relativas ao processo de reestruturação sócio-espacial que vão imprimindo opacidade aos limites territoriais das cidades (LENCIONI, 2010, p.1).

No estudo de Lencioni (2008), sobre as relações socioespaciais no contexto da metrópole contemporânea, expõe-se a combinação entre dispersão e concentração desse espaço. Para a autora,

A metrópole coesa, como “grande cidade”, é a forma clássica da metrópole. O seu espraiamento por um extenso território e seus limites imprecisos pode levar a entender que o que é disperso não é o aglomerado, mas o novo patamar da urbanização. Trata-se apenas de uma aparência, pois o que é disperso é a forma que assume a aglomeração. Seja qual for a configuração metropolitana, quer seja um espaço mais denso ou mais disperso, esse espaço é condição, processo e produto associado à urbanização, que tem na idéia de aglomeração um dos elementos centrais de sua definição. Portanto, o que é disperso é sua forma (LENCIONI, 2008, p.9).

Trindade Jr. (1998), afirma que a criação da forma metropolitana se deve ao modo de produção capitalista no contexto da modernidade, onde novas estruturas espaciais urbanas são estabelecidas, o que acarreta alterações econômicas, políticas, sociais e também no plano cotidiano da vida, tendo assim uma dimensão social e mental.

[...] a forma urbana e, por conseguinte, a forma metropolitana é a exteriorização espacial de processos, por meio de objetos ou conjunto ordenado de objetos (residências, indústrias, áreas de lazer, comércio, etc.) no território, obedecendo a uma determinada racionalidade e exteriorizando a dimensão espacial de uma dada sociedade (TRINDADE JR., 1998, p. 23).

Ao tratar da metrópole belenense, o autor supracitado afirma que esta

se define pela existência ainda do primado metropolitano no contexto regional e pela primazia do núcleo metropolitano, responsável por conformar a metrópole dispersa. Portanto, o espaço metropolitano se desenvolve não só através de um maior adensamento, mas também se estendendo e se expandindo, configurando, portanto, a cidade dispersa. Aqui, os limites administrativos têm pouco a ver com a dinâmica socioespacial verificada (TRINDADE JR., 1998, p. 353).

Inserida no contexto de expansão da fronteira econômica da Amazônia oriental, verifica-se que há uma relativização quanto à importância de Belém, culminando com o aparecimento de outros núcleos urbanos importantes (pequenas e médias cidades), com o surgimento de novas formas espaciais urbanas:

[...] Duas tendências advêm desse processo [processo de urbanização amazônico]. A primeira delas é a maior importância adquirida pelas cidades médias, que cada vez mais apresentam dimensões bem maiores, sendo esta uma tendência que acompanha a dinâmica urbana brasileira. [...] A segunda tendência é que passa a ocorrer um reforço à concentração espacial metropolitana, não mais nos limites antes definidos, mas a partir de uma ampliação do espaço metropolitano, configurando uma reprodução do espaço e do capital numa grande periferia de expansão (TRINDADE JR., 1998, p. 59).

Trindade Jr. (1998) afirma que a forma espacial caracterizada pela dispersão espacial presente no espaço urbano nacional, configura-se também no contexto amazônico e é possível ser visualizada na metrópole de Belém, guardada as suas devidas características locais. Destaca que a natureza metropolitana belenense está voltada para as atividades comerciais, de serviços, residenciais e industriais.

A metrópole hoje toma uma forma dispersa, e o foco político das áreas de baixadas se relativiza. Se antes essas áreas tinham o papel principal de serem espaços de reprodução das camadas sociais de menor poder aquisitivo, hoje, o que se vê é uma gradativa alteração das mesmas no contexto da divisão social do espaço urbano. As baixadas continuam evidentemente, e em grande parte, a desempenhar esse papel, mas este perde importância, em termos relativos, para os novos espaços que vão aparecendo como fronteira urbanoimobiliária e o foco político e as tensões também parecem se deslocar para esses novos espaços de assentamentos, na área de expansão do próprio Município de Belém e nos Municípios vizinhos (TRINDADE JR., 2005, p. 4).

Os pares dialéticos dispersão e concentração marcam a dinâmica amazônica, caracterizada também pela desconcentração. Segundo o referido autor, o desenvolvimento do espaço urbano de Belém não se deu tão somente pelo maior adensamento e pelo processo de verticalização, mas também pela dispersão, para além dos limites administrativos. Para este autor, a noção de concentração não se limita a ideia de uma única mancha urbana, mas considera também a intensidade de fluxos entre os espaços. Sendo assim, procurou-se com a presente pesquisa compreender a atual dinâmica socioespacial de Castanhal diante desse contexto de dispersão, considerando as práticas espaciais urbanas voltadas aos espaços de assentamentos residenciais e industriais, bem como a intensidade dos fluxos de deslocamento socioespaciais em busca de serviços.

O entendimento do processo de metropolização (ou seja, dos processos urbanos que envolvem as áreas analisadas) é fundamental, pois, apesar de o Município de Castanhal não pertencer oficialmente à RMB, percebe-se que os processos urbanos que interligam esses espaços demonstram uma relação de interdependência e unidade, com a RMB, a partir dos fluxos socioespaciais.

Tal análise ratifica a importância de se discutir os processos regionais recentes que configuram o atual espaço amazônico, e que, conseqüentemente, altera antigos padrões existentes. Deve-se considerar, portanto, o caráter dinâmico e complexo que envolve a ação de agentes locais importantíssimos e que interferem

na dinâmica espacial regional e local, seja através de investimentos econômicos e/ou ações governamentais diversas.

Convém salientar que essa forma dispersa da metrópole não é definida simplesmente pela ação de agentes locais. Sua gênese tem um significado mais amplo que tem a ver com o esquema de reprodução social capitalista, que pressupõe a existência da metrópole como condição à realização do padrão urbano industrial, responsável por fazer do espaço uma força produtiva importante para o processo de reprodução do capital no território brasileiro. As ações locais são responsáveis por ratificar, redefinir ou, quem sabe, recriar e subverter esse espaço concebido (TRINDADE JR., 2005, p. 4).

Discutindo a dinâmica de dispersão metropolitana na Amazônia, mais especificamente o caso da cidade de Belém, esse autor, afirma que o processo de dispersão se dá em dois eixos que estão diretamente ligados às redes viárias Augusto Montenegro e BR-316. O eixo rodoviário da BR-316 é de fundamental importância para o presente estudo, visto que é a partir deste que o Município de Castanhal se integra à RMB.

CAPÍTULO 2: FORMAS RECENTES DE URBANIZAÇÃO NA AMAZÔNIA: UMA ANÁLISE ESPACIAL

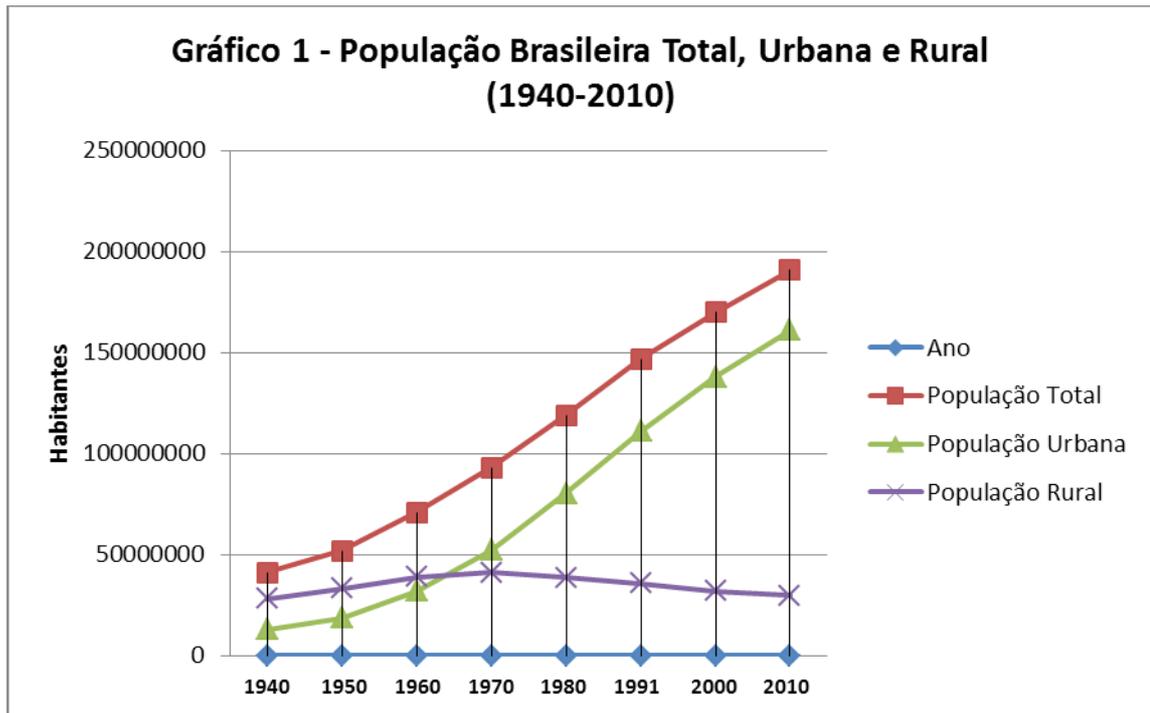
2.1 - O processo de urbanização recente na Amazônia

O processo de urbanização da Amazônia está intimamente relacionado com o desenvolvimento da industrialização no Brasil. Essa interrelação se justifica pela necessidade de se buscar recursos para atender à dinâmica mundial e regional vigente, exercendo importante papel de fronteira econômica do capital nacional (BECKER, 2001).

A urbanização do espaço amazônico está inserida em um processo complexo de urbanização do espaço brasileiro em que se vivencia uma transformação de uma urbanização da sociedade, de caráter mais simples, para uma urbanização do território.

O século XX é marcado pela modificação no Brasil do local de residência da população nacional de predominantemente rural para urbana, como se pode verificar no gráfico 1. Em 1940 a população urbana brasileira representava 31% do total de 41.169.321 habitantes e em 2010 o Censo Demográfico do IBGE contou 190.732.694 habitantes dos quais 84% fazem parte da população urbana. Essa mudança se deu em virtude do processo de industrialização e modernização da agricultura no Brasil a partir da década de 1960. A população brasileira deixou de ser predominantemente rural no período 1960-1970 para se tornar majoritariamente urbana.

[...] os anos 60 marcam um significativo ponto de inflexão. Tanto no decênio entre 1940 e 1950, quanto entre 1950 e 1960, o aumento anual da população urbana era, em números absolutos, menor que o da população total do País. Nos anos 1960-1970, os dois números se aproximam. E, na década 1970-1980, o crescimento numérico da população urbana já é maior que a da população total. O processo de urbanização conhece uma aceleração e ganha novo patamar, consolidado na década seguinte (SANTOS, 2009, p. 32-33)



Fonte: IBGE (2010).
Organização: Cyntia Alves.

Na região amazônica, a urbanização e a configuração de sua rede urbana são fenômenos recentes, surgindo no final do século XIX, período da economia da borracha, estendendo-se de forma relativamente estável até meados do século XX, apresentando traços característicos do século pretérito (MACHADO, 1995).

No processo de ocupação do espaço amazônico, o Estado tem um papel fundamental, visto que foi o principal agente indutor de ocupação para a região, principalmente a partir do surgimento do Estado Novo (1930) e, conseqüente, efetivação do moderno aparelho de Estado, de caráter intervencionista na economia e no território. A partir da década de 1930 até a década de 1960 ocorreu a abertura da região via o discurso de unificação do mercado nacional e do desenvolvimento da industrialização. Do ponto de vista da ação intensiva, esse período ficou no plano do discurso, todavia apresentou significativo avanço em relação aos fluxos, em virtude da construção das rodovias Belém-Brasília e Brasília-Acre (BECKER, 2001).

A partir de 1966 há a efetivação da ação geopolítica do Estado na região, seja por meio de planos de desenvolvimento, seja por investimentos em infraestrutura. Para Becker (1999, 2001), neste momento histórico, o Estado brasileiro desenvolveu políticas de integração nacional, buscando, a partir de um projeto de

desenvolvimento nacional (projeto de Brasil Potência), adequar a estrutura territorial à nova etapa da industrialização.

[...] O projeto geopolítico se apoiou, sobretudo, em estratégias territoriais que implementaram a ocupação regional, num caso exemplar do que Henri Lefèbvre conceituou como “a produção do espaço” pelo Estado (Lefèbvre, 1978). Segundo esse autor, após a construção do território, fundamento concreto do Estado, este passa a produzir um espaço político – o seu próprio espaço – para exercer o controle social, constituído de normas, leis, hierarquias. Para tanto, impõe sobre o território uma malha de duplo controle – técnico e político – constituída de todos os tipos de conexões e redes, capaz de controlar fluxos e estoques, e tendo as cidades como base logística para a ação. Essa malha, que denominamos “malha programada”, foi implantada entre 1965-85, no estado brasileiro da Amazônia, visando completar a apropriação física e o controle do território (BECKER, 2001, p.137).

Nesse contexto, são criados instrumentos jurídico-políticos e econômicos para a efetivação dessa política, tais como: a Operação Amazônia (1966), que culminou com as transformações do antigo Banco de crédito da Borracha em Banco da Amazônia (BASA); da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA) em Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM); a criação da Zona Franca de Manaus (1967); o Plano de Integração Nacional (PIN) em 1970. Assim sendo, percebe-se a prioridade de integração da Amazônia ao restante do território nacional, que, por sinal, deu-se de forma rápida e violenta, conferindo à região um papel de grande fronteira de recursos nacional e internacional (BECKER, 2001).

Esse processo contribuiu para o desenvolvimento da urbanização na região, visto que impulsionou o fluxo de mercadorias e pessoas e, conseqüentemente, contribuiu para o crescimento das cidades existentes e surgimento de novas:

o atual processo de urbanização, isto é, o aparecimento de novas cidades e a alteração do tamanho das cidades, iniciado com a construção da Belém-Brasília, se acentuaram nas décadas seguintes, com o aumento de intensidade dos fluxos de mercadorias (bens e serviços), energia (trabalho/imigração) e informação (inovações, comunicações) que perpassam o sistema regional. De fato, a “fronteira urbana” na Amazônia talvez seja o traço mais extraordinário da ocupação recente. Se é verdade que a história regional mostra que a concentração da população em poucas localidades foi a regra e não a exceção, nada no seu passado prenunciava o grau de dinamismo da urbanização atual (MACHADO, 1995, p. 99).

Esse processo de urbanização da região amazônica é confirmado por meio dos dados do IBGE sobre a população urbana e rural. A partir da década de 1940 se

verifica um crescimento contínuo da população urbana em relação à rural, como pode ser observado na tabela 1. Esse crescimento populacional nas cidades proporcionou uma dinâmica de produção do espaço amazônico, atribuindo-lhe um novo papel no cenário nacional. Segundo Becker (1999, p.30), “[...] a Amazônia, como o Brasil, não permaneceu a mesma dos anos 1960. Urbanizou-se e industrializou-se [...]”. Atualmente, a partir dos dados do Censo Demográfico 2010 do IBGE, 73,51% dos seus 15.865.678 habitantes residem na área urbana, cenário significativamente diferente se comparado a década de 1940, quando a população urbana representava 26,18%.

TABELA 1 - POPULAÇÃO URBANA E RURAL NA REGIÃO NORTE (1940-2010)

Ano	População Total	População Urbana	População Rural	Índice de Urbanização - %
1940	1.632.917	427.479	1.205.438	26,18
1950	2.048.696	607.164	1.441.532	29,64
1960	2.930.005	1.041.213	1.888.792	35,54
1970	4.188.313	1.784.223	2.404.090	42,60
1980	6.767.249	3.398.897	3.368.352	50,23
1991	10.257.266	5.931.567	4.325.699	57,83
2000	12.893.561	9.002.962	3.890.599	69,83
2010	15.865.678	11.663.184	4.202.494	73,51

Fonte: IBGE, 2010.

Comparando-se o índice de urbanização da região Norte, de aproximadamente 74% (tabela 1), com o índice total do Brasil, de 84%, percebeu-se que este último apresentou percentuais mais elevados de populações residentes na cidade com relação ao total de habitantes. Todavia, como assinala Trindade Jr. (1998), é importante destacar o ritmo que ocorreu/ocorre a urbanização na região, como pode ser verificado na tabela 2.

TABELA 2 - CRESCIMENTO POPULACIONAL URBANO NO BRASIL E NA REGIÃO NORTE (1940/2010)

Período	Cresc. Pop. Urbana (Brasil)	Taxa de Cresc. Pop. Urbana - % (Brasil)	Cresc. Pop. Urbana (Região Norte)	Taxa de Cresc. Pop. Urbana - % (Região Norte)
1940-1950	5.905.244	45,86	179.685	42,03
1950-1960	13.220.457	70,39	434.049	71,49
1960-0970	20.093.912	62,79	743.010	71,36
1970-1980	28.340.067	54,4	1.614.674	90,5
1980-1991	30.553.663	37,98	2.532.670	74,51
1991-2000	26.934.248	24,27	3.071.395	51,78
2000-2010	22.954.470	16,64	2.660.222	29,55
1940-2010	148.002.061	1.149,29	11.235.705	2.628,36

Fonte: IBGE, 2010.

Pode-se verificar que a partir do período de 1950-1960 a taxa de crescimento da população urbana na região Norte sempre foi superior ao quadro nacional, principalmente no período de 1970-1980, quando houve um aumento de 91% da população urbana na região e 54% no Brasil (tabela 2). Neste período a atuação geopolítica do Estado se encontrava em destaque na região. Essa conjuntura demonstra a complexidade do processo de urbanização da mesma. Além do crescimento da população, houve, também, o crescimento numérico e espacial dos núcleos urbanos na região.

O que se verifica nisso tudo é que a urbanização recente repercutiu numa profunda reestruturação urbana e regional, implicando também numa reestruturação do modo de vida que, por sua vez, vem acompanhando o movimento de transformação da economia amazônica, não só refletindo os efeitos de processos mais gerais do desenvolvimento capitalista na região, como também se tornando meio e condição para a existência daqueles ao nível do espaço amazônico (TRINDADE JR., 1998, p.53).

Portanto, ao se analisar a urbanização na Amazônia é de fundamental importância entender o processo de construção do espaço dessa fronteira urbana, tendo em vista o grande papel do Estado Brasileiro como agente dinamizador da ocupação da região, que proporcionou uma significativa reestruturação urbana e regional.

Compreender a dinâmica urbana no contexto amazônico é imprescindível para a presente pesquisa, visto que esta tem por propósito discutir a forma metropolitana dispersa inserida nesse contexto, considerando os diferentes rearranjos socioespaciais que a configuram. Sendo assim, torna-se necessário

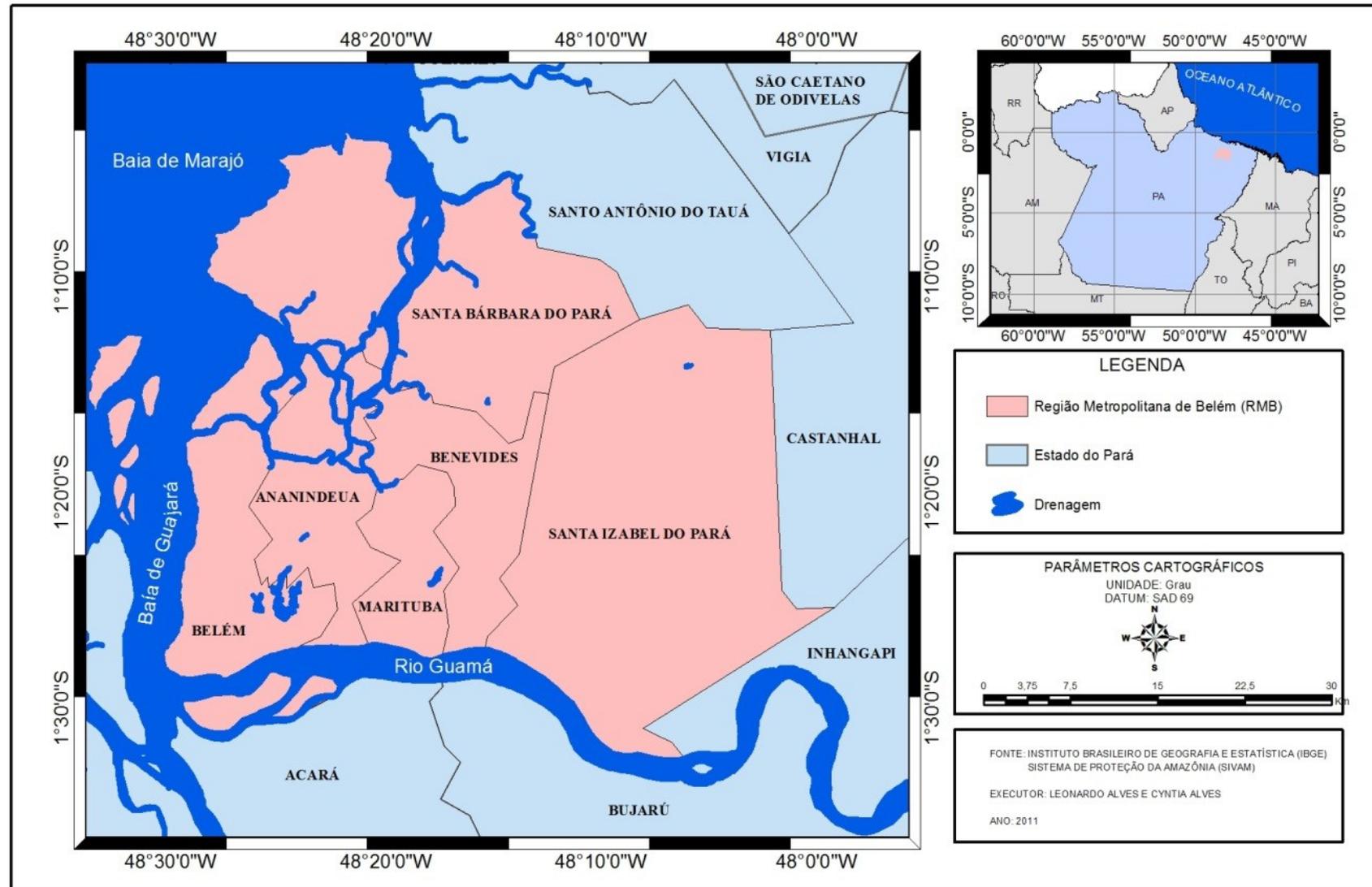
analisar como se deu o processo de urbanização de Belém com o intuito de entender sua dinâmica espacial, bem como analisar os novos padrões socioespaciais inseridos no atual processo de dispersão metropolitana.

2.2 - Dispersão metropolitana de Belém e sua dinâmica espacial

Compreender a dinâmica metropolitana belenense e sua relação com o seu entorno se torna um desafio, na medida em que se percebe uma intensificação de fluxos socioespaciais para além da área institucionalmente considerada metropolitana, concomitante o aparecimento de novos padrões de organização socioespaciais.

A Região Metropolitana de Belém foi criada em 1973, com a Lei Complementar de número 14 (no dia 8 de junho) (CATALÃO, 2008). Atualmente a RMB é formada pelos Municípios de Ananindeua, Belém, Benevides, Marituba, Santa Bárbara do Pará e Santa Izabel do Pará, como pode ser verificado no mapa 2.

De acordo com Trindade Jr. (1999), apesar de a urbanização da Amazônia estar relacionada com o processo de industrialização nacional, Belém não teve esse setor - o industrial - como a mola propulsora de seu processo de metropolização; o que, inclusive, influenciou para um quadro belenense caracterizado pelo empobrecimento do ponto de vista da força de trabalho urbano. O setor secundário se apresentava reduzido, pouco diversificado e com pouca modernização tecnológica, destacando-se indústrias como: madeireiras, extrativo-minerais e perfumarias. Atualmente outros ramos industriais também se desenvolvem como o alimentício, o químico, o naval e o metalúrgico.



Mapa 2: Mapa da Região Metropolitana de Belém.

As características da metrópole belenense acompanhadas de seu perfil disperso tem ampla articulação com a dinâmica do espaço amazônico: “[...] o processo de metropolização de Belém se insere, portanto, num processo de urbanização dependente no contexto da fronteira econômica, e que configura particularidades quando comparada à conformação da metrópole em outras regiões” (TRINDADE JR., 1999, p. 51).

Dessa forma, torna-se importante considerar, além do contexto regional amazônico e suas (re)estruturações, toda uma correlação de forças dos agentes locais que interferem diretamente na dinâmica da metrópole Belém na escala intraurbana, uma vez que, “[...] a forma metropolitana dispersa implica mudanças na vida cotidiana, nas ações políticas dos diversos agentes, como também redefine os espaços de suas ações e destas com relação aos demais agentes, (re)desenhando territorialidades distintas na escala metropolitana” (TRINDADE JR., 1999, p. 55).

A forma espacial dispersa, resultante do esquema de urbanização e metropolização presente no território brasileiro como um todo, reproduz-se no espaço metropolitano belenense. Entretanto, há necessidade de se analisar as respostas mais locais a esse esquema, atentando, por exemplo, para o papel dos agentes que atuam na escala local; papel este mediado por elementos outros que se inserem no processo de urbanização que se faz no quadro regional amazônico.

Trata-se, igualmente, de dar sentido àquilo que M. Santos (1994b) denomina de “economia política da cidade”, uma resposta da organização interna da cidade à dinâmica da economia política da urbanização que se manifesta em nível nacional e regional (TRINDADE JR., 1998, p. 40-1).

A forma desconcentrada da metrópole deve ser analisada, segundo Trindade Jr. (1999), sob dois ângulos, nos quais dispersão e concentração configuram processos socioespaciais que se relacionam de forma dialética. Sendo assim, a forma metropolitana desconcentrada deve ser compreendida tanto a partir do plano regional, quanto de sua reestruturação intraurbana.

Considerando o ângulo regional, o referido autor afirma que o espaço metropolitano se desenvolve tanto a partir de um maior adensamento e verticalização, quanto a partir de sua expansão, configurando, assim, a cidade dispersa. Dispersão e concentração são pares dialéticos que compõem a desconcentração metropolitana.

Com relação ao ângulo de reestruturação intraurbana, verificou-se uma priorização das áreas centrais no processo de apropriação do espaço urbano belenense, cuja concentração do capital se deu através principalmente do capital

imobiliário, onde a forma dispersa e a configuração de uma metrópole desconcentrada se tornaram condição e meio indispensáveis para aqueles fins.

No caso belenense, o processo de produção de imóveis para a demanda solvável, pressupõe um “alisamento” ou “arrasamento” dos espaços centrais, inclusive das áreas de baixadas, conhecidas por serem espaços de reprodução de camadas de baixa renda. Pressupõe, também, a criação de uma fronteira urbano-imobiliária na chamada Área de Expansão, que tem possibilitado a dispersão metropolitana e o rearranjo interno do espaço, tendo em vista a apropriação diferenciada por agentes hierarquicamente diferentes (TRINDADE JR., 1999, p. 56-7)

O referido autor destaca que o primeiro momento da metropolização de Belém se caracteriza por sua forma compacta ou confinada, apresentando significativa concentração populacional na Primeira Léngua Patrimonial¹¹, tendo como principal atributo o adensamento das áreas centrais. Posteriormente, verifica-se a verticalização dos espaços mais valorizados dessa área. No entanto, o espaço metropolitano na atualidade assume outras características.

Não é essa hoje a característica principal desse mesmo espaço metropolitano. A metrópole hoje toma uma forma dispersa, e o foco político das áreas de baixadas se relativiza. Se antes essas áreas tinham o papel principal de serem espaços de reprodução das camadas sociais de menor poder aquisitivo, hoje, o que se vê é uma gradativa alteração das mesmas no contexto da divisão social do espaço urbano. As baixadas continuam evidentemente, e em grande parte, a desempenhar esse papel, mas este perde importância, em termos relativos, para os novos espaços que vão aparecendo como fronteira urbano imobiliária e o foco político e as tensões também parecem se deslocar para esses novos espaços de assentamentos, na área de expansão do próprio Município de Belém e nos Municípios vizinhos (TRINDADE JR., 2005, p. 4).

Tanto a forma compacta quanto a forma dispersa, que caracterizaram/caracterizam o processo de metropolização de Belém, possuem relação direta com o processo de periferização¹² desse espaço. A forma metropolitana compacta ou confinada, que caracterizou as décadas de 1960, 1970 e

¹¹ Segundo Trindade Jr. (1998, p. 101) a Primeira Léngua Patrimonial é uma "área de terra de aproximadamente 4.110 ha, que constitui o patrimônio fundiário inicial da municipalidade - o chamado 'rossio' -, doado pela Coroa Portuguesa em 1627. Ela obedece a um traçado de uma légua - contada a partir do marco de fundação da cidade, o Forte do Presépio (hoje Forte do Castelo). [...] Hoje, essa área corresponde a parte mais densamente construída e valorizada de todo o espaço metropolitano, sendo, igualmente, a área onde está localizada a maior parte dos bairros oficialmente reconhecidos [...]".

¹² A noção de periferia considerada por Trindade Jr. (1998, p. 125), independe da relação próximo/distante do núcleo central, estando associada "(...) a uma dinâmica que expressa a espacialidade e a condição social de determinados agentes produtores do urbano".

início da 1980, foi reforçada pelo processo de periferização, uma vez que eram nas baixadas que se concentravam as populações de baixa renda.

A forma metropolitana de caráter disperso, por sua vez, de acordo com Trindade Jr. (1998), também possui relação direta com o processo de periferização desse espaço, principalmente a partir da década de 1980, com a densificação da Segunda Légua Patrimonial¹³. Essa densificação se deu em decorrência dos novos empreendimentos industriais e imobiliários, fruto das políticas de incentivo estatais, e aos conjuntos habitacionais que passaram a atrair a população para além do “cinturão institucional”¹⁴, intensificando, assim, o crescimento da malha urbana e ao mesmo tempo, reforçando, sobre o ângulo intraurbano, a correlação de forças dos agentes urbanos que (re)estruturam o espaço.

Na configuração da forma metropolitana dispersa presente hoje no espaço belenense, o papel das redes de articulação por parte dos agentes urbanos se mostra decisivo para a compreensão da dinâmica urbana. O espaço que se conforma é produto, condição e meio dessas redes (TRINDADE JR., 1998, p. 40-1).

A expansão da malha urbana para além dos limites institucionais, deve-se, entre outros fatores, ao processo de saturação de áreas disponíveis para o adensamento de empreendimentos imobiliários na Primeira Légua. Nas áreas de baixadas, inclusive, já se observava intenso processo de verticalização. Tal (re)arranjo metropolitano, seja pressionado pelo setor imobiliário, seja pelo poder público, acabou expulsando as camadas mais pobres, que antes ocupavam essas áreas de baixadas, para as periferias distantes, mas ainda integradas ao contexto metropolitano, a chamada Área de Expansão Metropolitana.

[...] o espaço metropolitano de Belém desempenha papel que não deixa de ser importante para a atual dinâmica do espaço regional, ainda que esse papel tenha tudo a ver com o processo de empobrecimento e de expropriação da força de trabalho regional, culminando com aquilo que poderíamos chamar de “metropolização da pobreza” (TRINDADE JR., 1998, p. 352).

¹³ Corresponde a uma outra légua acrescentada à Primeira Légua Patrimonial no final do século XIX. Doadas desta feita pelo Governo do Estado, mas que, diferentemente da outra doação, não chegou a ser delimitada. Caracteriza-se por ser área de expansão da cidade em direção à Rodovia Augusto Montenegro e da BR-316 (em direção à Belém-Brasília) (SANTOS, 2010).

¹⁴ Encontra-se na chamada área de transição, onde se situam bairros como o de Val-de-Cães, Marambaia e Souza, trata-se de uma grande extensão de terrenos que contornam o limite da Primeira Légua Patrimonial, cerca de 4.000 ha, são terrenos pertencentes a instituições civis e militares (TRINDADE JR., 2008).

O processo de dispersão, por sua vez, demonstra a concentração da população na região urbana de Belém, ratificando, assim, a relação intrínseca do par dialético concentração-dispersão no processo socioespacial de (re)estruturação metropolitana. “Ademais, concentração não é necessariamente sinônimo de mancha urbana única, mas é também intensidade de fluxos entre espaços relativamente próximos” (TRINDADE JR., 1998, p. 353).

Segundo Trindade Jr. (1998), a forma dispersa está inserida num contexto mais amplo de reprodução social capitalista, somada à ação dos agentes locais. Destaca ainda que esse processo de dispersão se dá prioritariamente ao longo dos dois eixos de expansão definidos, a saber: a Rodovia Augusto Montenegro e a BR-316.

O eixo de expansão que se configura a partir da BR-316 será analisado nesse trabalho, uma vez que o Município de Castanhal se integra à RMB através da BR-316. Acredita-se que a dispersão da metrópole de Belém esteja se expandindo para além de seus limites reconhecidos institucionalmente. Trata-se de uma dispersão cujos espaços, apesar de geograficamente não se apresentarem de forma contígua, apresentam uma dinâmica, a partir de fluxos socioespaciais, que permitem análises de tal natureza.

Considerando tal dinâmica e a interrelação socioespacial existente entre o Município de Castanhal e a RMB, diante desta lógica de dispersão metropolitana, já se observam propostas inclusive para a incorporação desse Município à Região Metropolitana de Belém, como o projeto de Lei Complementar de 2007¹⁵ proposto pelo deputado estadual Manoel Pioneiro, do Partido da Social Democracia do Brasil (PSDB) (PARÁ, 2007).

Desse modo, entende-se ser importante compreender as novas funções que Castanhal passa a assumir diante do atual contexto de dispersão metropolitana de Belém, principalmente a partir do adensamento de sua malha urbana que trouxe significativas transformações ao seu espaço geográfico.

2.3 - Produção socioespacial do Município de Castanhal (PA) em face do processo de dispersão metropolitana de Belém

¹⁵ O Projeto de Lei complementar (que visa alterar o artigo 25, parágrafo terceiro da Constituição Federal e o artigo 50, parágrafo segundo da Constituição do Estado) foi proposto pelo deputado estadual Manoel Pioneiro (PSDB) em 2007. O objetivo é aumentar o número de municípios integrantes da RMB, incluindo: Santa Izabel, Castanhal, Barcarena e Abaetetuba. O projeto também propõe a criação de um Fundo de Desenvolvimento Metropolitano (FDM).

A gênese do processo de urbanização do Município de Castanhal, está relacionada à construção da estrada de ferro Belém-Bragança, conferindo ao Município o papel de entreposto comercial agrícola. Após esse período, com a desativação da ferrovia, a configuração espacial de Castanhal passa a apresentar novas funções, assumindo seu caráter eminentemente urbano e, conseqüentemente, expandindo sua infraestrutura urbana.

Com o intuito de analisar a dinâmica urbana do Município de Castanhal e suas conseqüentes modificações socioespaciais, optou-se por compreender como se deu a expansão urbana de Castanhal a partir da apreensão de suas formas, funções, estruturas e processos como propõe Santos (2004b), ao longo de sua estruturação e consolidação de seu espaço urbano. Essas categorias analíticas permitem entender como se deram/dão as modificações socioespaciais que ocorreram/ocorrem no Município em questão.

Segundo Siqueira (2008), antes da construção da Estrada de Ferro, Castanhal servia como ponto de parada dos boiadeiros que tinham como destino Belém. Nascia, assim, um novo núcleo populacional chamado de Campos de Castanhal. Destaca, ainda, que a construção da Estrada de Ferro¹⁶ contribuiu sobremaneira para a colonização da região, associada à migração de nordestinos em direção ao Pará em virtude da seca.

A seca do nordeste, ocorrida em 1888, gerou grande êxodo de nordestinos que partiram em direção do Pará, fugindo da seca, e atraídos por serviços como coletas de látex nos seringais, colonização de excelentes terras da zona Bragantina e mão de obra na estrada de ferro (SIQUEIRA, 2008, p. 95).

De acordo com Siqueira (2008), em 06 de junho de 1899 foi criado o distrito de Castanhal. Este passou à condição de vila no dia 15 de agosto de 1901, pela Lei nº 646, sendo no dia 01 de janeiro de 1995 reincorporado ao Município de Belém, pela lei nº 957. O autor destaca, ainda, que Castanhal foi elevado à condição de Município pelo interventor Joaquim de Magalhães Cardoso Barata através do Decreto nº 600, de 28 de janeiro de 1932.

¹⁶ Segundo Cruz (1955, p. 64), “a via férrea começaria no marco de pedra que assinalava a primeira légua patrimonial de Belém, concedida pelo Governador e capitão general do Estado do Maranhão e Grão Pará, o senhor Francisco Coelho de Carvalho, por Carta de doação e sesmaria datada de 1º de setembro de 1627, e terminaria na cidade de Bragança”.

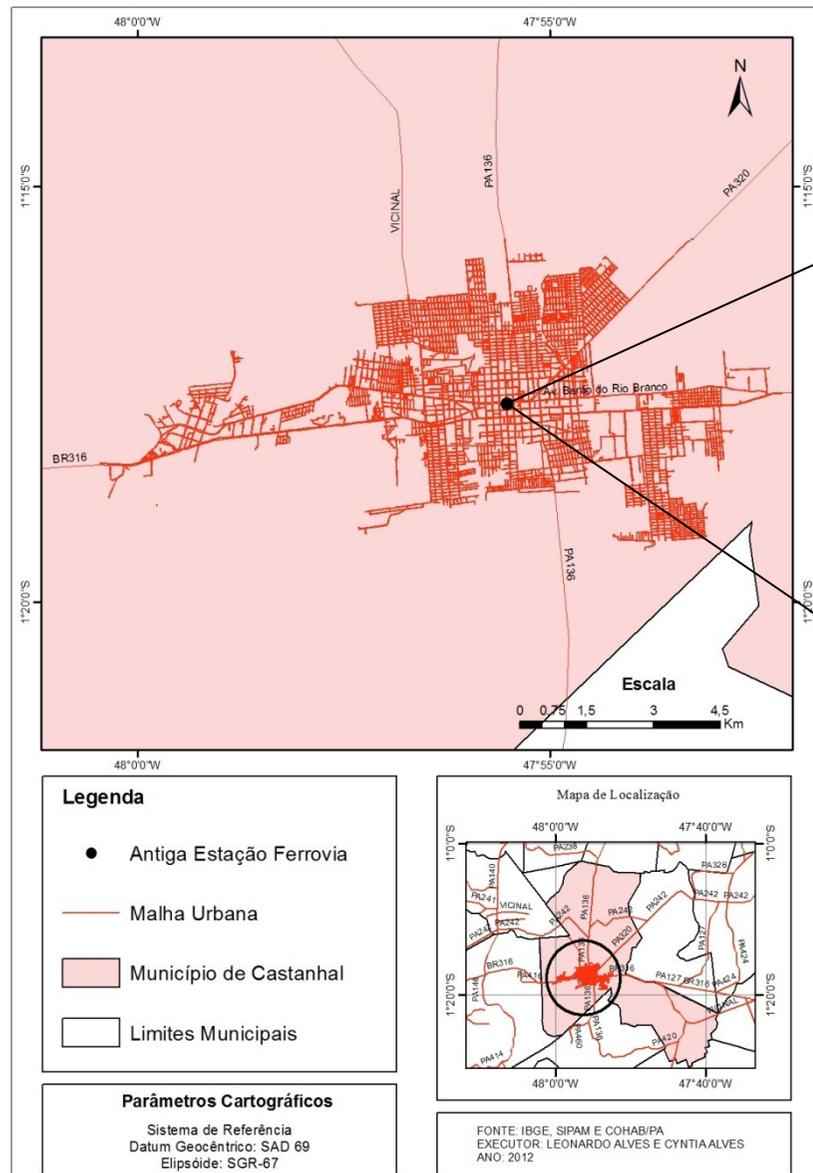
A elevação de Castanhal à categoria de município, foi feita em consequência dos termos do Decreto nº 600, de 28 de janeiro de 1932, que revogou o ato que havia criado o município de Santa Izabel, e deu a Castanhal essa prerrogativa, fixando-lhes os limites e desanexando-o do patrimônio municipal de Belém, onde figurava desde 1905 (CRUZ, 1955, p. 15).

Siqueira (2008) ressalta a importância de Castanhal ao afirmar que “[...] a localização privilegiada do Município transformou Castanhal num grande polo comercial entre os Municípios de Curuçá, Marapanim, Anhangá e Santa Maria do Pará, que não precisavam vir a Belém repor seus estoques” (SIQUEIRA, 2008, p. 9). Posteriormente, com a construção da Rodovia Belém-Brasília, Castanhal tornou-se o centro comercial mais importante da Zona Bragantina.

Castanhal, antes mesmo da introdução da via férrea, já possuía um comércio tradicional estabelecido. Com a construção da EFB, passou a desempenhar a função de ponta de trilhos, o que reforçou sua posição de centro regional, pois de Castanhal partia a estrada para Curuçá e para outros percursos rurais em direções diversas (MIRANDA, 2009, p. 113).

Com a construção da Estrada de Ferro Belém-Bragança (iniciada em 24/06/1883), constata-se, segundo Rocque (1970 apud MATOS, 2003), uma nova configuração territorial nesse espaço, principalmente após a inauguração da Estação Ferroviária de Castanhal (foto 1 e mapa 3) em 1904, quando se verifica o aparecimento de novas formas e funções que impulsionaram sobremaneira o desenvolvimento do comércio.

Após a desativação da ferrovia (década de 1960) foi sendo definido, posteriormente, segundo Rodrigues (1980 apud MATOS, 2003) um novo padrão de organização socioespacial, ligado ao projeto de integração nacional do governo federal, a partir da construção das rodovias (quadro 1). Esse novo padrão de organização, voltado à rodovias, viabilizou outras funções a Castanhal, aumentando sua interdependência com Belém e também sua malha urbana. Neste sentido, percebe-se que novas formas foram impressas na paisagem de Castanhal, conferindo-lhes novos conteúdos.



Mapa 3 - Castanhal: localização da antiga Estação Ferroviária.



FOTO Nº 1 - ESTAÇÃO DA ESTRADA DE FERRO EM CASTANHAL: construída na década de 1950, conferindo ao Município de Castanhal o papel de importante entreposto comercial agrícola (MIRANDA, 2009).



FOTO Nº 2 - DESATIVAÇÃO DA ESTAÇÃO FERROVIÁRIA DE CASTANHAL: ocorreu na década de 1960, definindo-se a partir de então um novo padrão de organização em Castanhal, voltado à construção de rodovias (MIRANDA, 2009).

QUADRO 1: ESTRUTURA URBANA DE CASTANHAL-PA DE 1870 AOS DIAS ATUAIS

ANOS	PERÍODOS	PAPEL DE CASTANHAL EM RELAÇÃO A BELÉM	ESTRUTURA URBANA DO MUNICÍPIO DE CASTANHAL
1870 a 1883	<u>COLONIZAÇÃO PIONEIRA</u> (Antes da Estrada de Ferro Belém/Bragança)	<ul style="list-style-type: none"> • Espaço de populações tradicionais; • Área extrativista e de agricultura de subsistência. 	<ul style="list-style-type: none"> • Formada por núcleos agrícolas; • Núcleo urbano em formação; • Casa de comércio com bases tradicionais.
1883 a 1960	<u>FERROVIÁRIO</u> (Implantação da Estrada de Ferro Belém-Bragança)	<ul style="list-style-type: none"> • Entrepasto comercial e ferroviário; • Abastecimento agrícola; • Espaço de imigração nordestina. 	<ul style="list-style-type: none"> • Em 1886, instalam-se os trilhos da EFB, dinamizando a economia local; • Fundação de novos núcleos coloniais ao longo da EFB, compostos principalmente por cearenses; • Aumento populacional do núcleo de Castanhal, localizado no km 69 da Estrada de Ferro, devido à migração constante; • Durante a colonização, Castanhal recebeu equipamentos urbanos que lhe conferiu uma das melhores Estações de trem, sendo, dessa forma, elevada à condição de Vila e, posteriormente, de Município, em 1932.
1960 a 1990	<u>RODOVIÁRIO</u> (Desativação da ferrovia e implantação dos eixos rodoviários BR-316/BR-010, PA-140, PA-320, PA-136)	<ul style="list-style-type: none"> • Entrepasto comercial e rodoviário; • Abastecimento agrícola; • Espaço de imigração diversa. 	<ul style="list-style-type: none"> • Apresenta uma localização geográfica estratégica, sobretudo por estar às margens da Rodovia Belém-Brasília (BR-010), principal eixo de integração entre a região norte e o centro-sul do Brasil; • Expansão da área urbana no sentido dos eixos rodoviários; • Melhora da estrutura urbana pelo Governo Estadual (abertura de vias, demarcação de quadras e lotes) e implantação de equipamentos urbanos (água encanada, luz e esgoto); • Crescimento da área urbana entre 1984 e 1994 em torno de 46%; • Crescimento significativo do número de habitantes; • Conhecida como “cidade modelo”.
1990 a 2011	<u>METROPOLIZAÇÃO DO ESPAÇO</u> (intensificação dos fluxos com a RMB – duplicação da BR-316)	<ul style="list-style-type: none"> • Entrepasto comercial e rodoviário; • Espaço de assentamentos de plantas industriais; • Espaço de assentamentos residenciais de classes populares e classes médias; • Espaço de atividades agroindustriais; • Intensa relação com Belém a partir de fluxos socioespaciais. 	<ul style="list-style-type: none"> • Apresenta significativos fluxos socioespaciais com a metrópole Belém, em decorrência dos espaços de assentamentos residenciais e industriais e fluxos de deslocamento em busca de serviços. • Intenso crescimento urbano, entre 1994 e 2008 houve um crescimento da malha urbana em torno de 52%; • Significativo crescimento populacional, em 1991 a população era constituída por 102.071 habitantes, em 2010 contava com 173.149 habitantes, sendo 88,58% população urbana.

Fonte: elaborado com base em Cruz (1958), Miranda (2009), IBGE (2010) e Penteadó (1967).
Org. Cynthia Alves.

Com a construção da Estação Ferroviária de Castanhal, o Município passou a desempenhar o papel de entreposto comercial e a desenvolver sua estrutura urbana, ainda que sua base econômica nesse período de instalação da ferrovia estivesse voltada à agricultura, “assim como os demais núcleos da bragantina, referenciando o contexto histórico em que se inseria na divisão territorial do trabalho a partir da função de abastecedora de produtos primários” (MIRANDA, 2009, p.80).

Na foto 2 (mapa 3) é possível observar o momento de desativação da Estação Ferroviária de Castanhal. A paisagem demonstra que as novas funções já não mais correspondem àquela antiga conjuntura socioespacial. Trata-se de uma mudança de padrão espacial, onde se constata que “[...] outra geografia se instaura diante do aparecimento de novas formas e funções ou refuncionalização das formas antigas. Isso decorre das exigências da presente divisão social do trabalho” (MIRANDA, 2009, p.57).

A já referida foto 2, retrata um período de modificações socioespaciais no Município a partir de uma transição de um padrão espacial voltado à cidade-ferrovia-colônia, para o padrão cidade-rodovia-colônia, que contribuiu para um adensamento da malha urbana de Castanhal e que necessita de novas formas espaciais para dar conta das novas funções urbanas que passaram a ser exigidas daquele espaço (MIRANDA, 2009).

Observa-se uma mudança de padrão, agora voltado para as rodovias, ainda que com elementos herdados do passado. Segundo Fontes (2006), a rodovia Belém-Brasília foi de fundamental importância para a dinâmica econômica de Castanhal, posto que esse Município se encontra em um lugar estratégico devido à confluências de rodovias federais e estaduais. Além da BR-316/BR-010, o Município é cortado pelas PA-320, PA-136 e PA-140, permitindo, assim, uma dinâmica de fluxo de pessoas e mercadorias nesse espaço que contribuiu e contribuí para o seu crescimento urbano e para intensificar sua relação de interdependência com Belém e com a RMB como um todo.

Segundo Miranda (2009), esse contexto de mudança de padrão socioespacial do Município de Castanhal

[...] se refere à década de 1960, em que as rodovias se impunham como a nova lógica de circulação dos mais variados fluxos, logo a Estação ferroviária perdia sua função, ficando no lugar apenas uma pequena parte da sua estrutura e uma das locomotivas, com o intuito de ativar as

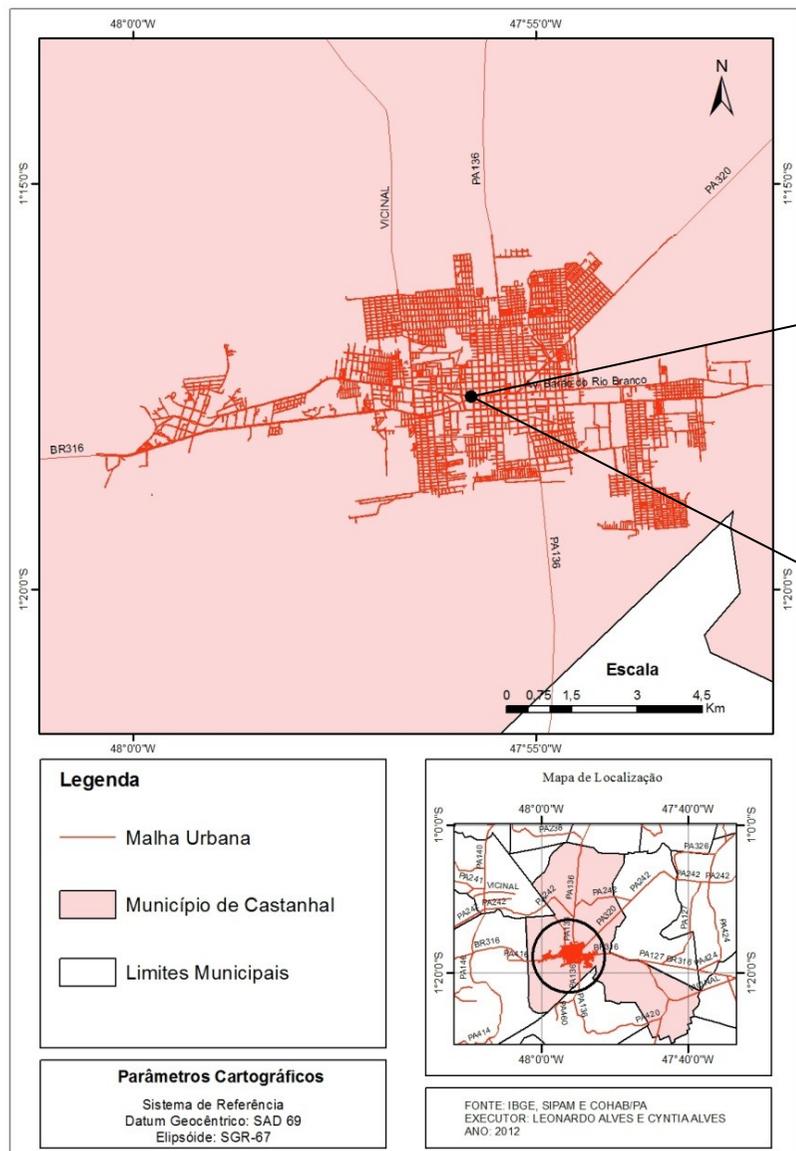
lembranças e a memória dos seus tempos de existência (MIRANDA, 2009, p. 116).

Na década de 1960, Castanhal ganha infraestrutura que favorece ao movimento migratório. Segundo Roque (1997 apud FONTES, 2006), no ano de 1969 Castanhal é a primeira cidade que passa a receber energia elétrica direta de Belém, o que impulsionou conseqüentemente a chegada e o adensamento da atividade industrial, aumentando também o índice populacional e a urbanização no Município. Fontes (2006) destaca que esse contexto está inserido no próprio processo de estruturação urbana da Amazônia como um todo, ao afirmar que:

A estrutura urbana da Amazônia tomou impulso a partir da década de 60, como efeito da política de desenvolvimento implantada pelo governo federal. Desta forma, ocorreu um crescimento acelerado em algumas cidades amazônicas, o que contribuiu para as intensas transformações na estrutura espacial regional. Isso ocorreu a partir de uma série de investimentos em infra estrutura como a construção de estradas, projetos agropecuários, hidrelétricas, exploração mineral e a migração de nordestinos para servir de mão de obra disponível (FONTES, 2006, p. 9).

O Município de Castanhal, a partir principalmente daquela década, começa a sofrer grandes alterações na estruturação de seu espaço, que agora exige uma (re)estruturação ligada a um conteúdo urbano cada vez mais consolidado, o que fortaleceu e deu subsídio para seu dinamismo econômico, chegando, inclusive, a ser conhecida como a “cidade modelo” no Estado do Pará. Na década de 1970, Fontes (2006) afirma que houve uma pavimentação e um prolongamento da Avenida Barão do Rio Branco, principal via urbana de Castanhal, somada à implantação do terminal rodoviário, o que ocasionou um crescente adensamento da malha urbana.

A Avenida Barão do Rio Branco, segundo Matos (2003), no período da estrada de ferro, já apresentava grande importância comercial local. Não perdeu, essa mesma avenida, essa importância com a implantação das rodovias, concentrando as atividades comerciais e a prestação de serviços, características que se configuram ainda nos dias atuais. Segundo essa autora, baseada nos dados da Secretaria de Infraestrutura e Desenvolvimento, 75% das atividades do setor terciário se localiza no bairro Centro.



Mapa 4 - Castanhal: localização da Rua Barão do Rio Branco.

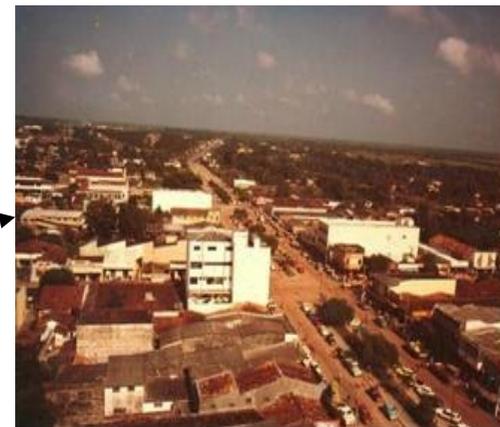


FOTO Nº 3 - RUA BARÃO DO RIO BRANCO EM CASTANHAL, DÉCADA DE 1980: crescimento urbano de Castanhal, destacando-se a Rua Barão do Rio Branco (MIRANDA, 2009).



FOTO Nº 4 - RUA BARÃO DO RIO BRANCO EM CASTANHAL NA PRIMEIRA DÉCADA DO SÉCULO XXI: gênese do processo de crescimento vertical na Rua Barão do Rio Branco (MIRANDA, 2009).

Nas fotos 3 e 4 (mapa 4) é possível perceber como esse adensamento da forma urbana se fez presente na Avenida Barão do Rio Branco (bairro Centro), sendo destaque na foto 4 a gênese do crescimento vertical de Castanhal.

Nesse sentido, houve um aumento da malha urbana deste Município. Segundo dados obtidos por meio do processamento digital das imagens dos produtos de sensoriamento remoto do satélite Landsat 5 dos anos de 1984, 1994 e 2008, percebeu-se que no período de 1984 a 1994 houve um adensamento da expansão urbana em torno de 46%, e entre os anos de 1994 e 2008 o crescimento foi de 52% (mapa 5, 6 e 7). Esse processo de expansão urbana foi acompanhado por um crescente aumento da população no Município.

Segundo dados de Pará (2010), em 1980 a população era de 65.251 habitantes. Em 1996 essa população passa para 117.380 habitantes e em 2010 há uma população de 173.149 habitantes, sendo 88,58% representado pela população urbana.

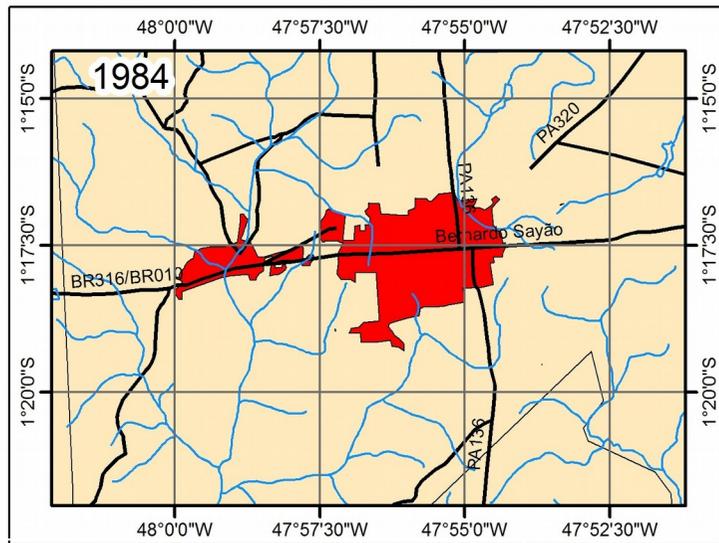
Segundo os dados do censo demográfico de 2010 (IBGE, 2010), Castanhal é o quinto maior Município do Pará do ponto de vista demográfico, ficando atrás apenas de Belém (1.393.399 hab.), Ananindeua (471.980 hab.), Santarém (294.580 hab.) e Marabá (233.669). Do ponto de vista do crescimento populacional urbano, de 2000 a 2010, entre os cinco referidos municípios que apresentam maior taxa de crescimento da população urbana no Estado do Pará, Castanhal apresenta o segundo maior percentual (26,50%) e Marabá o primeiro com percentual de (38,62%) (tabela 3). Percebe-se, portanto, a dinamicidade do processo de crescimento da população urbana e, conseqüente, crescimento urbano de Castanhal, haja vista que a maior parcela da população se concentra no espaço urbano.

TABELA 3 - CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO URBANA NOS MUNICÍPIOS COM MAIOR NÚMERO DE POPULAÇÃO NO ESTADO DO PARÁ

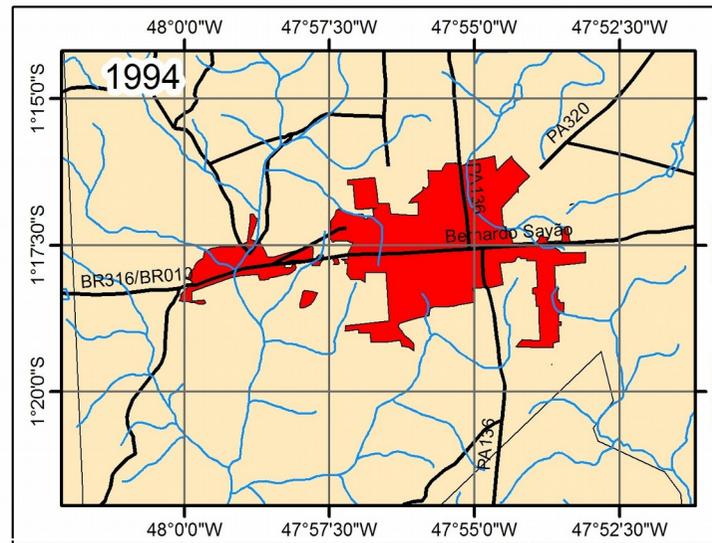
Município	População 2000	Urbana 2000	População 2010	Urbana 2010	Taxa de cresc. Populaçã o - %	Taxa de cresc. Pop. Urbana - %
Belém	1.280.614	1.272.354	1.393.399	1.381.475	8.81	8.58
Ananindeua	393.569	392.627	471.980	470.819	19.92	19.92
Santarém	262.538	186.297	294.580	215.790	58.12	15.83
Marabá	168.020	134.373	233.669	186.270	39.07	38.62
Castanhal	134.496	121.249	173.149	153.378	28.74	26.50

Fonte: IBGE, 2010.

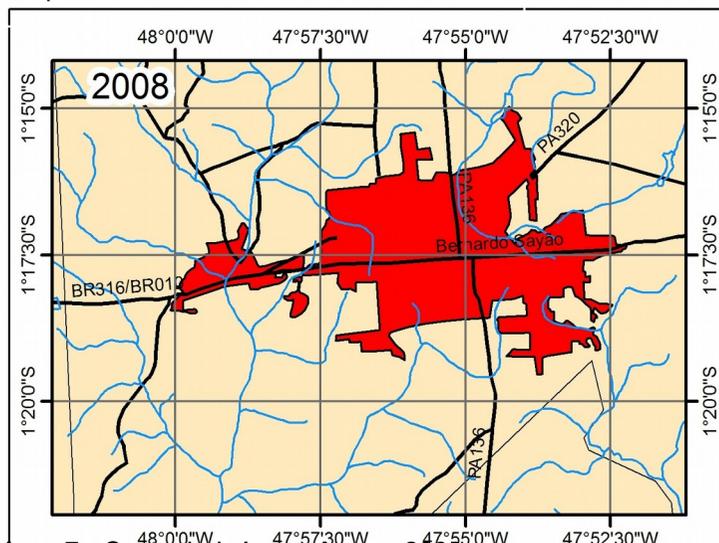
Percebe-se, assim, um significativo crescimento da área urbana e da população no Município a partir da década de 1980, salientando o contínuo processo de expansão urbana que nesse período se caracterizou, principalmente, no sentido norte, noroeste e sudoeste, ligados, sobretudo, aos eixos rodoviários BR-316/BR-010, PA-320, PA-140 e PA-136, como pode ser verificado no mapa 5, 6 e 7.



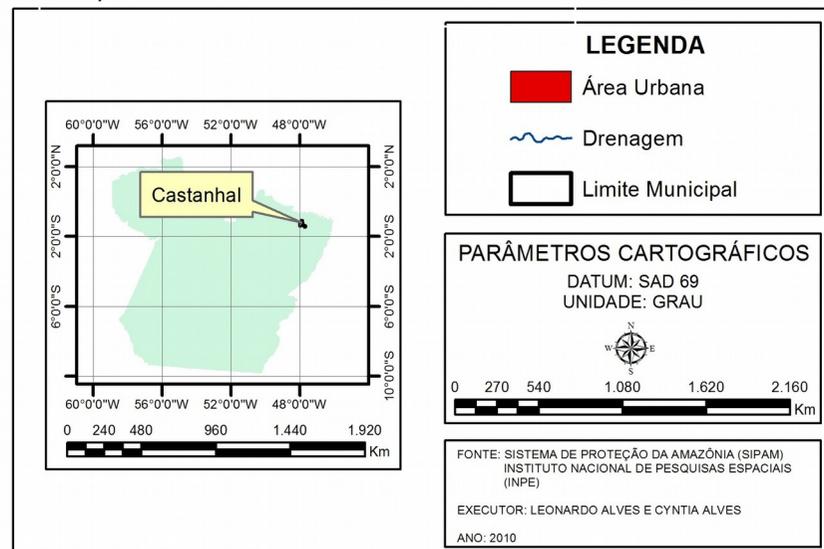
Mapa 5 - Castanhal: área urbana - 1984.



Mapa 6 - Castanhal: área urbana - 1994.



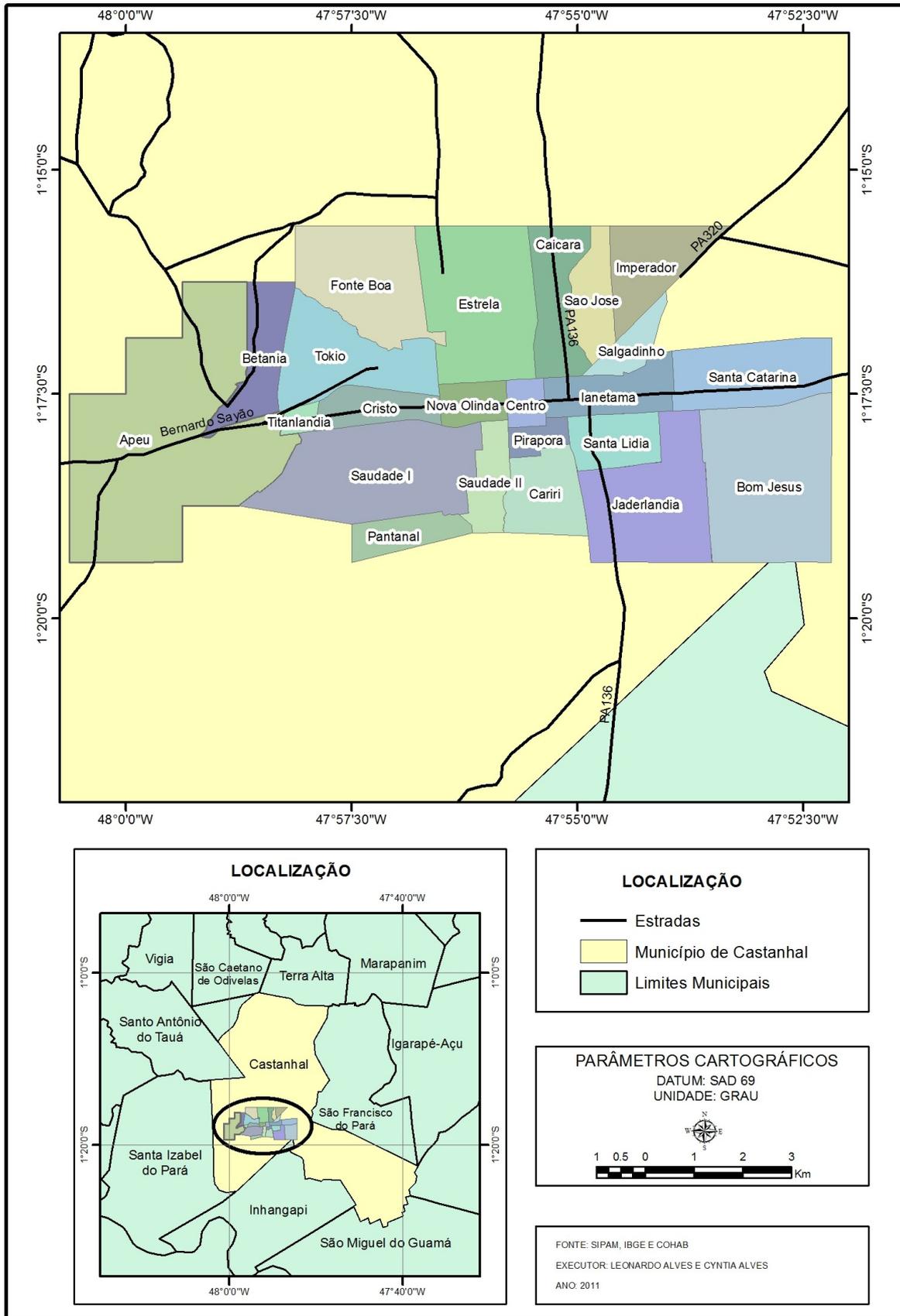
Mapa 7 - Castanhal: área urbana - 2008.



Com o processo de expansão urbana de Castanhal, verifica-se que esse já é constituído por 23 bairros (mapa 8), tendo destaca no setor comercial o Bairro Centro, seguido pelos bairros Nova Olinda, lanetama, Estrela, Caiçara e Pirapora.

Dessa forma, percebe-se que outras funções foram somadas às já existentes, o que sugere uma intensificação da relação de interdependência e de unidade funcional com a RMB e municípios vizinhos, a exemplo de Santa Izabel do Pará, que integra a RMB e que tem parte de seus fluxos populacionais direcionados para Castanhal, definindo movimentos de natureza pendular cotidianos (CAVALCANTE, 2011).

Assim, percebe-se, cada vez mais, o papel que esse Município assume do ponto de vista das interações intermunicipais. Outros setores crescem e se desenvolvem em Castanhal e intensificam a relação entre esse Município e a RMB, a saber: setor comercial e de serviços, industrial, educacional, dentre outros.



Mapa 8 - Castanhal: localização dos bairros.

Percebe-se, portanto, uma complexa dinâmica que envolve o processo de urbanização de Castanhal, somada à importância cada vez mais significativa que esse Município assume no contexto regional.

A característica de “centralidade” dentro de um contexto sub-regional, o Nordeste Paraense, não parece mais ser suficiente para explicar a dinâmica e a interação socioespacial do Município de Castanhal, uma vez que este apresenta uma dinâmica de fluxos, que aponta para a existência de uma unidade urbana mais ampliada, fragmentada e dispersa.

Para sustentar esse argumento três variáveis serão consideradas para efeito de análise: a produção de espaços de moradia, a produção industrial e o acesso a serviços básicos, neste caso, considerando, como amostragem, o serviço de saúde.

CAPÍTULO 3: DINÂMICA URBANA DE CASTANHAL E O PROCESSO DE DISPERSÃO METROPOLITANA: A EXPANSÃO DA FRONTEIRA URBANO-IMOBILIÁRIA

O processo de dispersão dos assentamentos residenciais, sem dúvida possui íntima relação com o processo de reestruturação urbana, uma vez que

a dinâmica desse processo não se resume a simples necessidade de expandir os limites do urbano, mas, e principalmente, de garantir, a partir dessas alterações, a apropriação do espaço e a segregação social em setores. Isso ocorre, não só no entorno do núcleo central, a exemplo do caso belenense, como também em áreas mais afastadas deste, que só se consolidam a partir da dispersão dos assentamentos residenciais e/ou das atividades econômicas (TRINDADE JR, 1998, p. 151).

Damiani *et al.* (2010), ao estudar as periferias urbanas com base na metrópole de São Paulo, destaca que a perspectiva de urbanização considerada se insere em um contexto de produção capitalista do espaço (espaço/mercadoria). Trata-se da transformação do urbano em mercadoria, e essa produção do urbano não é para todos, momento em que a autora discute a ideia de “urbanização crítica”, ou seja, a impossibilidade do urbano.

Trata-se da perspectiva de que a urbanização nos termos de sua reprodução na moderna sociedade produtora de mercadorias, fundada na formação econômico-social capitalista, não equivale à produção do urbano para todos. É a impossibilidade do urbano para todos, a não ser que se transformem radicalmente as bases da produção e da reprodução sociais (DAMIANI *et al.*, 2010, p. 307).

Trindade Jr. (1998), baseado em Lefèbvre (1974), ao analisar o caso metropolitano belenense, verifica que esse processo de dispersão é acompanhado por dois movimentos: valorização do centro metropolitano e seu entorno e o surgimento de novos espaços de assentamentos na periferia distante:

É nesse sentido que o processo de desconcentração e a dinâmica dos espaços de assentamentos residenciais encarregam-se não só de homogeneizar o espaço do ponto de vista de transformá-lo em mercadoria, espaço abstrato, [...] como também produz e recria diferenças e hierarquias quanto à terra urbana e quem dela se apropria (TRINDADE JR., 1998, p. 154).

Sendo assim, para Trindade Jr. (1998), segundo os estudos de Lavinias e Ribeiro (1990), o fenômeno de reestruturação metropolitana está associado à

expansão da fronteira urbano-imobiliária, devendo a ideia de fronteira ser compreendida a partir da expansão da dinâmica de mercado. Trata-se de um processo de expansão, de apropriação capitalista do espaço, capaz de realizar transformação no conteúdo socioeconômico urbano. Destaca, ainda, que o Estado possui papel fundamental nesse processo de expansão da fronteira urbano-imobiliária (atuando através de desapropriações, construção de conjuntos habitacionais destinados à população de baixa renda e convivência com relação aos assentamentos “espontâneos”), uma verdadeira frente de expansão do capital imobiliário, capaz de definir novos vetores de expansão urbana.

3.1 – Dispersão metropolitana a partir dos assentamentos habitacionais: a relação entre a RMB e Castanhal

A consolidação dos novos vetores de expansão urbana da metrópole belenense foi inicialmente definida com o aparecimento dos conjuntos habitacionais, no contexto de remanejamento, por parte do Estado, de moradores que inicialmente tinham ocupado as áreas de baixada; essas agora passavam por um processo de valorização. Trata-se de um processo, conforme indica Trindade Jr. (1998), de redirecionamento dos assentamentos em Belém, das áreas de baixada para o subúrbio.

A definição dos novos espaços de assentamentos por meio de conjuntos habitacionais direciona não só os novos espaços residenciais das classes populares, como também é responsável por criar a infra-estrutura, ainda que insuficiente, mas que acaba por despertar o interesse da reprodução capitalista para novas fronteiras de expansão do urbano-imobiliário (TRINDADE JR., 1998, p. 172).

Sendo assim, foram-se consolidando os novos espaços de assentamentos voltados aos conjuntos habitacionais passando a comportar a população de baixa renda que era remanejada e ocupava as áreas suburbanas do espaço metropolitano belenense. Coube a Companhia de Habitação do Pará (COHAB) coordenar e executar os planos de habitação no Estado do Pará a partir da Lei Estadual nº 3.282 de 13/04/1965, criada durante o governo de Jarbas Passarinho. A COHAB a partir de então passou a se constituir enquanto o órgão executor da política habitacional do

Pará, passando a atuar nas áreas de habitação, infraestrutura e serviços urbanos. O primeiro conjunto habitacional construído foi o Nova Marambaia I em 1966, a partir de 1968 começou a construir unidades habitacionais no interior do Estado.

Trindade Jr. (1998), baseado nos estudos do Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Pará (IDESP), afirma que

segundo essa lei, a COHAB-PA gozava dos benefícios de desapropriação por utilidade pública e ficava isenta do pagamento de impostos estaduais. As operações de crédito realizadas por essa Companhia tinham as garantias do Governo Estadual que, por sua vez, estava autorizado a doar terrenos e outras propriedades para serem utilizadas, juntamente com os dividendos destinados ao Estado, em programas habitacionais (TRINDADE JR., 1998, p. 163).

Analisar o processo de estruturação urbana do espaço metropolitano belenense considerando o fenômeno da dispersão, é importante pois, conforme salientou Trindade Jr. (1998), com relação à distribuição espacial das habitações realizadas pela COHAB no período de 1965 a 1990 no Estado do Pará já se pode verificar o papel que o Município de Ananindeua passou a assumir neste contexto.

[...] das 22.830 habitações produzidas pela COHAB-PA, no período de 1965 a 1990 no Estado do Pará, 77,13% dessas unidades foram construídas no Município de Ananindeua, na Região Metropolitana de Belém. Por outro lado, se tomarmos como universo o total de habitações construídas na RMB – num total de 22.019 habitações –, o percentual de unidades construídas nesse Município aumenta para 79,97%, contra apenas 20,03% de habitações localizadas no Município de Belém (TRINDADE JR., 1998, p. 164).

Dessa forma, percebe-se que o Município de Ananindeua desempenhou e ainda tem desempenhado um papel importantíssimo no contexto da política habitacional no Estado do Pará, seja o de consolidação do processo de periferização, seja o de desconcentração urbana no contexto da RMB. Trindade Jr. (1998), ressalta ainda que a tendência à desconcentração urbana já aparece quando se observa que nenhuma unidade habitacional foi construída na Primeira Légua, mas sim se concentraram em Ananindeua, no distrito de Icoaraci ou na Área de Transição (Val-de-Cães), caracterizando, portanto, um processo de dispersão ao longo da franja urbana, conforme indica o quadro 2:

QUADRO 2 – ESTADO DO PARÁ: CONJUNTOS HABITACIONAIS DE FINANCIAMENTO POPULAR CONCLUÍDOS E COMERCIALIZADOS PELA COHAB-PA (1968-1993)

CONJUNTO	LOCALIZAÇÃO / MUNICÍPIO	Nº UNIDADES	ENTREGA
N. Marambaia I	N. Marambaia / Belém	834	29/02/1968
Ananindeua	BR-316/ Ananindeua	118	01/06/1972
N. Marambaia II	N. Marambaia / Belém	376	30/10/1973
N. Marambaia III	N. Marambaia / Belém	332	01/11/1975
Icoaraci I	Icoaraci / Belém	296	01/11/1975
Panorama XXI	Bengui / Belém	667	30/08/1977
Icoaraci II	Icoaraci / Belém	554	30/12/1977
C. Nova I	Coqueiro / Ananindeua	600	30/12/1977
Icoaraci III	Icoaraci / Belém	350	31/03/1978
C. Nova II	Coqueiro / Ananindeua	1000	01/07/1978
Profilurb	Val-de Cães / Belém	98	30/10/1978
C. Nova III	Coqueiro / Ananindeua	461	30/07/1979
C. Nova IV	Coqueiro / Ananindeua	2005	01/07/1980
C. Nova V	Coqueiro / Ananindeua	3173	30/12/1980
C. Nova VI	Coqueiro / Ananindeua	4000	01/11/1981
C. Nova VII	Coqueiro / Ananindeua	700	01/07/1982
Guajará	Coqueiro / Ananindeua	1948	01/08/1983
Promorar	Val-de Cães / Belém	1648	30/10/1984
C. Nova IX	Coqueiro / Ananindeua	98	01/07/1986
C. Nova VIII	Coqueiro / Ananindeua	1779	13/11/1986
Catalina	Bengui / Belém	770	01/11/1989
Roraima/ Amapá	Curuçambá / Ananindeua	200	30/09/1992
Paracurí	Paracurí / Belém	215	17/06/1993

Fonte: Adaptado de TRINDADE JR. (1998).

De acordo com Trindade Jr.(1988), ainda baseado nos estudos do IDESP, essa concentração dos investimentos habitacionais na RMB

[...] explica-se, segundo a própria COHAB-PA, pelo fato de que essa área agrega grande parte da população urbana do Estado do Pará e pela natureza dos problemas que as cidades de Belém e Ananindeua têm apresentado nas últimas décadas (TRINDADE JR., 1998, p. 167).

Com o intuito de compreender a conformação metropolitana atual e o papel que o Estado desempenha nesse processo, o referido autor destaca ainda aquelas unidades habitacionais construídas a partir da iniciativa do Instituto da Previdência e Assistência dos Servidores do Estado do Pará (IPASEP). Constata novamente o processo de dispersão metropolitana, uma vez que, no período entre 1955 e 1989, das 4.954 unidades construídas, 97,42% se localizavam em Belém, nos vetores de expansão urbana (principalmente no eixo Belém-Icoaraci), como, por exemplo, os conjuntos: Satélite (Coqueiro), Stélio Maroja (Coqueiro) e Cordeiro de Farias (Tapanã).

A atualização desses dados permite compreender que a atuação da COHAB com relação à urbanização de lotes e/ou construção de unidades habitacionais, no período compreendido entre 1997 e 2009, também ratifica essa tendência já identificada anteriormente por Trindade Jr. (2010).

Referendando esse processo, a tendência é a da consolidação da cidade dispersa, sendo essa a dimensão espacial do processo de reprodução do capital imobiliário com a reafirmação das divisões de mercados e com escalas de atuação diferenciadas, sendo que as empresas de menor força de ação tendem a continuar na dependência direta dos programas de financiamento do Sistema Financeiro de Habitação na Área de Expansão, em especial na direção do Município de Ananindeua e do Distrito de Icoaraci, sob a pena de não confirmarem sua permanência no mercado. Ao passo que, pelo programa de lotes urbanizados, ação prioritária da Companhia de Habitação do Pará – COHAB-PA hoje, e do processo ainda crescente de ocupações urbanas, confirma-se a tendência de maior adensamento urbano nos municípios de Marituba, Benevides e também do Distrito de Icoaraci, dentro do município de Belém, como de fato já ocorre (TRINDADE JR., 2010, p. 331).

De acordo com dados da COHAB (2012), percebe-se que do total de 22.823 lotes urbanizados pela COHAB no Estado do Pará, no período entre 1997 e 2009, 85,2% se concentraram na RMB (Belém, Ananindeua, Marituba, Benevides, Santa Bárbara do Pará, Santa Izabel do Pará), e do total de unidades habitacionais construídas nesse mesmo período, que soma o montante de 20.016, 81,6% também se concentraram na RMB, conforme se observa no quadro 3:

QUADRO 3 - ESTADO DO PARÁ: CONJUNTOS HABITACIONAIS DE FINANCIAMENTO POPULAR CONCLUÍDOS E EM FASE DE CONCLUSÃO COMERCIALIZADOS PELA COHAB-PA (1997-2009)

CONJUNTO HABITACIONAL	LOCALIZAÇÃO	Nº LOTES URBANIZADOS	Nº UNIDADES HABITACIONAIS	EXECUÇÃO DATA INICIAL
Roraima/Amapá	Ananindeua	2.402	292	01/03/1997
Ariiri Bolonha	Belém	1.508	360	01/03/1997
CDP I	Belém	940	-	02/05/1997

CDP II	Belém	1.117	-	02/05/1997
Paracuri II	Belém	506	347	02/06/1997
Beija-flor	Marituba	1.346	754	04/02/1998
Sabiá	Ananindeua	397	146	26/05/1998
Uirapuru	Ananindeua	1.116	507	26/05/1998
Canarinho	Belém	621	92	26/05/1998
Bela vista	Belém	579	-	02/07/1998
Tenoné I	Belém	498	204	02/07/1998
Conjuntos Campos Elíseos; Izabel Flambot e Novo Horizonte	Castanhal	578	581	02/07/1998
Conjunto Verdejante I, II, III e IV; Carnauba; Grajau; Saint-Clair Passarinho e Xingu	Ananindeua	2.378	2.418	09/07/1998
Conjunto Raimundo Cesar Gaspar	Santa Izabel do Pará	290	-	09/07/1998
Nova Jerusalém	Ananindeua	457	-	18/07/1998
Residencial Araçari	Belém	-	70	03/08/1998
Residencial Fernando Guilhon	Belém	92	210	03/08/1998
Residencial Jaçanã	Belém	-	56	03/08/1998
Residencial Ulysses Guimarães	Belém	-	204	03/08/1998
Residencial Xavente I	Belém	-	16	03/08/1998
Residencial Xavente III	Belém	-	136	03/08/1998
Marituba I	Marituba	643	908	03/08/1998
Conjunto Bela Manoela I e II	Belém	520	-	10/08/1998
Carneirinho	Belém	241	230	01/09/1998
Residencial José Homobono I	Belém	-	84	12/10/1998
Rouxinol	Castanhal	1.458	1.462	05/04/1999
Residencial Xavente II	Belém	-	96	03/05/1999
Residencial Enéas Duarte	Belém	-	160	20/10/2000
Residencial Anísio Teixeira II	Belém	-	148	28/12/2000
Residencial Jardim dos Guarás	Belém	-	63	08/02/2001
Loteamento Resid. Cruzeiro	Conc. Araguaia	-	80	23/05/2001
Mangal das Garças	Belém	-	16	24/09/2001
Conjunto Panorama XXI (pav.)	Belém	649	-	17/10/2001
Tenoné II	Belém	582	582	20/10/2001
Residencial José Homobono II	Belém	-	200	08/02/2002
Residencial Teotônio Vilela	Belém	-	192	22/02/2002
Residencial Mário Covas I	Belém	-	152	15/07/2002
Residencial DR. Geraldo Veloso	Marabá	-	112	28/12/2002
Residencial Anísio Teixeira I	Belém	-	160	23/12/2003
Residencial Mário Covas II	Belém	-	72	23/12/2003
Loteamento Residencial T. Vilela II	Belém	-	12	15/03/2004

Residencial DRª Maria Laise	Castanhal	-	68	01/09/2004
Residencial Palácio de Castro	Santarém	-	112	30/03/2005
Residencial Rio Tapajós	Santarém	-	80	30/03/2005
Loteamento Residencial JD Juritis I	Benevides	352	252	20/10/2005
Loteamento Residencial JD Juritis II	Benevides	360	248	20/10/2005
Loteamento Residencial JD Tangarás	Castanhal	496	250	20/10/2005
Loteamento Residencial JD Albatroz I e II	Marituba	382	382	20/10/2005
Loteamento Residencial JD Tucanos	Marituba	420	420	20/10/2005
Loteamento Residencial JD Andorinhas	Santa Bárbara do Pará	221	221	20/10/2005
Loteamento Residencial JD das Garças	Santa Izabel do Pará	584	250	20/10/2005
Residencial Aloysio Chaves I	Belém	-	100	26/12/2005
Residencial Paulo Fonteles I	Ananindeua	-	264	28/12/2005
Comunidade Jardim Jader Barbalho - PMA	Ananindeua	-	-	01/02/2008
Comunidade Jardim Jader Barbalho - ZEIS	Ananindeua	-	350	01/02/2008
Comunidade Pratinha	Belém	-	350	01/02/2008
Comunidade Fé em Deus	Belém	-	200	01/03/2008
Comunidade Taboquinha	Belém	-	978	01/03/2008
Comunidade Jaderlândia	Castanhal	-	450	01/03/2008
Comunidade Riacho Doce I	Belém	-	160	01/05/2008
Comunidade Riacho Doce II	Belém	-	278	01/05/2008
Comunidade Riacho Doce III	Belém	-	112	01/05/2008
Residencial Liberdade I	Belém	-	276	01/12/2008
Residencial Liberdade II	Belém	-	1.724	01/12/2008
Residencial Liberdade III	Belém	-	336	01/12/2008
Comunidade Pantanal	Belém	-	300	01/02/2009
Residencial Providentinos	Castanhal	-	202	01/12/2009
Conjunto Residencial Dora Hilda	Capanema	130	-	s/d
Conjunto Res. Nº. Sª. P. Socorro	Garrafão do Norte	300	-	s/d
Comunidade Indígena Guaranís	Jacundá	-	30	s/d
Conjunto Residencial Habitar-Brasil	Mãe do Rio	100	-	s/d
Loteamento residencial pq. Eucaliptos	Marituba	256	256	s/d
Comunidade Quilombola Icatu	Mocajuba	-	50	s/d
Vila Dimapar	Paragominas	120	-	s/d
Comunidade Indígena Suruí	São Geraldo do Araguaia	-	30	s/d
Conjunto Residencial Jonas Barros	Tracuateua	184	-	s/d
Residencial Jardim Das	Castanhal	-	165	s/d

Castanheiras				
TOTAL		22.823	20.016	

Fonte: Adaptado de COHAB (2012).

Verifica-se que a RMB, durante o período considerado, esteve na área de atuação direta do Estado no que diz respeito à política estadual de habitação social. Segundo Pará (2009), tal fato está ligado ao fechamento do Banco Nacional de Habitação na década de 1980.

No Pará, a política estadual de habitação social sofreu os reflexos da desarticulação nacional instalada após o fechamento do Banco Nacional de Habitação - BNH na década de 80, tornando-se mais restrita com a concentração de investimentos na Região Metropolitana de Belém - RMB, deixando desassistidos grande parte dos municípios paraenses. O déficit habitacional básico no Estado, a partir de dados oficiais baseados no Censo de 2000, alcança 474.743 domicílios, destes 92,33% encontram-se na faixa de renda de zero a cinco salários mínimos, comprovando o desamparo das classes sociais mais pobres (PARÁ, 2009. p. 8).

Considerando-se somente os lotes urbanizados pela COHAB no Estado do Pará, no período entre 1997 e 2009, verificou-se que 22.283 lotes foram urbanizados no Estado, conforme mostra tabela 4. Dessa forma, percebe-se que a RMB e o Município de Castanhal tiveram importante participação.

TABELA 4 - ESTADO DO PARÁ: LOTES URBANIZADOS E UNIDADES HABITACIONAIS PRODUZIDAS PELA COHAB (1997-2009)

MUNICÍPIO	Nº LOTES URBANIZADOS	%	Nº UNIDADES HABITACIONAIS	%
BELÉM	7.853	34,4	8.676	43,3
ANANINDEUA	6.750	29,6	3.977	19,9
MARITUBA	3.047	13,4	2.720	13,6
CASTANHAL	2.532	11,1	3.178	15,9
SANTA IZABEL	874	3,8	250	1,2
OUTROS MUNICÍPIOS	834	3,7	190	0,9
BENEVIDES	712	3,1	500	2,5
SANTA BÁRBARA	221	0,9	221	1,1
SANTARÉM	0	0%	192	1
MARABÁ	0	0%	112	0,6
TOTAL	22.823	100	20.016	100

Fonte: Adaptado de COHAB (2012).

Do mesmo modo, ocorreu com a construção das unidades habitacionais no Estado do Pará, entre 1997 e 2009, onde se constatou que a atuação da COHAB

esteve, sobretudo, voltada para alguns municípios da RMB (principalmente, Belém, Ananindeua e Marituba), bem como também para Castanhal (tabela 4).

Quando se leva em consideração os lotes urbanizados pela COHAB apenas na RMB, no período entre 1997 e 2009, observa-se que dos 19.457 lotes urbanizados (que representa 85,2% do total no Estado do Pará), grande parcela se concentrou em Belém e Ananindeua, seguido por Marituba, Santa Izabel do Pará, Benevides e Santa Bárbara do Pará.

No que se refere à construção das unidades habitacionais na RMB (que representa 81,6% do total no Estado do Pará – 16.344 unidades), a distribuição em grande parte também se concentrou em Belém e Ananindeua, seguidas pelos demais municípios da RMB, conforme mostra tabela 5:

TABELA 5 – RMB: LOTES URBANIZADOS E UNIDADES HABITACIONAIS PRODUZIDAS PELA COHAB (1997-2009)

MUNICÍPIO	Nº LOTES URBANIZADOS	%	Nº UNIDADES HABITACIONAIS	%
BELÉM	7853	40,4	8676	53,1
ANANINDEUA	6750	34,7	3977	24,3
MARITUBA	3047	15,7	2720	16,6
SANTA IZABEL DO PARÁ	874	4,5	250	1,5
BENEVIDES	712	3,7	500	3,1
SANTA BÁRBARA DO PARÁ	221	1	221	1,4
TOTAL	19457	100	16344	100

Fonte: Adaptado de COHAB (2012).

Segundo Trindade Jr. (1998), entre 1965 e 1990, considerando-se somente as unidades habitacionais construídas na RMB, percebeu-se que do total de 22.019 habitações, 79,97% se concentrou em Ananindeua, contra apenas 20,03% de habitações localizadas no Município de Belém, ratificando, portanto, uma tendência de dilatação da malha urbana a partir do Município de Ananindeua.

A atualização desses dados permite compreender que Ananindeua continua sendo um Município importante para a dilatação da malha urbana, no entanto, verifica-se que Belém assume uma porcentagem maior nesse período, devido ao processo de dispersão urbana ao longo do eixo de expansão representado pela Rodovia Augusto Montenegro. Esse processo de dispersão agora também se ratifica ao longo dos outros municípios que passam a constituir a atual RMB (Benevides,

Marituba, Santa Izabel do Pará e Santa Bárbara do Pará), conforme mostrou a tabela 5, configurando a forma dispersa:

A metrópole hoje toma uma forma dispersa, e o foco político das áreas de baixadas se relativiza. Se antes essas áreas tinham o papel principal de serem espaços de reprodução das camadas sociais de menor poder aquisitivo, hoje o que se vê é uma gradativa alteração delas no contexto da divisão social do espaço urbano. As baixadas continuam evidentemente, e em grande parte, a desempenhar esse papel, mas esse perde importância, em termos relativos, para os novos espaços que aparecem como fronteira urbano-imobiliária, e o foco e as tensões também parecem se deslocar para esses novos espaços de assentamentos, na área de expansão do próprio Município de Belém e nos municípios vizinhos (TRINDADE JR. 2010, p. 330).

Sendo assim, ratifica-se na atualidade a tendência de dilatação urbana da metrópole belenense a partir dos vetores de expansão, através da construção de unidades habitacionais e urbanização de lotes pela COHAB no Estado. Tal tendência se consolida, primeiramente, na periferia distante da área central, representada pela Rodovia Augusto Montenegro e pela Rodovia BR-316, que inicialmente começa por Ananindeua, e se expande ao longo da franja urbana, através dos Municípios de Benevides, Marituba, Santa Bárbara do Pará e Santa Izabel do Pará. Verifica-se, portanto, a consolidação do processo de periferização e de desconcentração urbana no contexto da dinâmica metropolitana belenense.

A dinâmica dos assentamentos realizada através do Estado pressupõe considerar essas diversas dimensões da vida urbana, uma vez que a expansão urbana, e mesmo a ampliação da área metropolitana, diretamente relacionadas a essa dinâmica, acabam por revelar os novos papéis conferidos aos diversos subespaços no processo de reprodução capitalista da cidade, ao mesmo tempo em que evidenciam o rearranjo da metrópole face à correlação de forças estabelecida pelos agentes no processo de apropriação da terra urbana (TRINDADE JR. 1998, p. 181).

De acordo com o referido autor, o processo de dispersão de assentamentos residenciais em áreas metropolitanas envolve a apropriação da terra urbana, bem como as acessibilidades produzidas nela, o que pressupõe um processo de reestruturação desse espaço. Nesse contexto, além da expansão dos limites urbanos, se quer garantir “a apropriação do espaço e a segregação social em setores” (TRINDADE JR., 2010, p. 330). Essa estratégia de atuação no espaço metropolitano implica diretamente em alterações em nível intraurbano.

A forma dispersa da metrópole, portanto, está relacionada, segundo o autor, não só a ação dos agentes locais, mas também com o esquema de reprodução capitalista no contexto mais amplo. Sendo assim, a dimensão espacial na qual se configura a reprodução do capital imobiliário é a da cidade dispersa.

Villaça (1998), ao discutir os espaços intraurbanos do Brasil, destaca a importância de estudos espaciais voltados às metrópoles brasileiras, mas que passem a considerar também a escala intraurbana, a partir de uma dinâmica de interação entre o social e o espacial.

Torna-se importante destacar que esse processo de dispersão metropolitana que se observa na metrópole belenense pode ultrapassar o espaço reconhecido oficialmente como tal. A análise da expansão dessa metrópole a partir das construções dos conjuntos habitacionais no Estado do Pará, revelou que o Município de Castanhal, apesar de institucionalmente não fazer parte da RMB, apresenta uma dinâmica semelhante aos municípios da RMB e diferente de cidades médias no contexto amazônico, como Santarém e Marabá.

De acordo com os dados obtidos pela COHAB (2012), no período de 1997 a 2009, dos lotes urbanos existentes no Pará, 96,3% localizavam-se na RMB e no Município de Castanhal, este último com 2.532 lotes, representando 11,1% da produção total do Estado, com números superiores em relação aos Municípios de Benevides, Santa Bárbara e Santa Izabel do Pará.

Com relação à construção das unidades habitacionais, neste mesmo período, levando em consideração toda a produção do Pará, a RMB junto com Castanhal somam 97,5%, sendo que Castanhal representou 15,9% (3.178 unidades), valores superiores a Municípios como: Benevides, Marituba, Santa Bárbara do Pará e Santa Izabel do Pará.

Conforme se observou na tabela 4, o panorama da área de atuação da COHAB no Estado do Pará, no período entre 1997 e 2009, deu-se da seguinte forma: 85,2% dos lotes foram urbanizados na RMB, 11,1% em Castanhal e 3,7% nos outros municípios. Santarém e Marabá não apresentaram participação nesse período.

Com relação às unidades habitacionais construídas, neste mesmo período, os resultados são semelhantes: 81,6% das unidades foram construídos na RMB, 15,9% em Castanhal e 2,5% nos outros municípios. Desses 2,5% que representam os outros municípios, 1% corresponde as unidades habitacionais construídas em

Santarém e 0,6% em Marabá. Sendo assim, os dados apontam que a dinâmica habitacional de Castanhal nesse aspecto não acompanha a de outras cidades médias paraenses.

3.1.1 – A dinâmica dos assentamentos habitacionais: uma análise temporal e espacial

3.1.1.1 - Distribuição espacial dos lotes urbanizados pela COHAB no Estado do Pará (1997 a 2009)

A análise temporal de atuação da COHAB no Estado do Pará com relação à demarcação de lotes urbanos, aponta para uma tendência de dispersão metropolitana, que ora apresenta um caráter mais contínuo (anos de 1990), ora apresenta um caráter mais descontínuo (anos 2000). Observa-se também que, considerando todo o Estado do Pará, a área de atuação da COHAB, neste período, restringiu-se à RMB e ao Município de Castanhal (tabelas 6 e 7).

É importante ressaltar que serão analisados dois períodos: o primeiro, que corresponde a década de 1990, na realidade mais especificamente os anos 1997, 1998 e 1999 (anos disponibilizados pela COHAB, 2012); e o segundo período, que compreende os anos entre 2000 e 2009.

A quantidade total¹⁷ de lotes urbanizados pela COHAB entre 1997 e 2009 no Estado do Pará, demonstra que a atuação desta foi muito representativa entre 1997 e 1999. Neste período ela urbanizou 17.687 lotes (o que representa 81,64% da quantidade total de lotes entre 1997 e 2009) e de 2000 a 2009, 4.046 lotes (o que representa 18,6% da quantidade total de lotes nesse mesmo período).

A distribuição geográfica com relação à urbanização por parte da COHAB dos lotes nestes dois períodos evidencia que em ambos Belém ainda aparece com porcentagens significativas: 37,4% entre 1997 e 1999 e com 30,4% entre 2000 e 2009. Tais números se justificam, em parte, pelo processo de dispersão que acontece ao longo, também, do eixo de expansão da Rodovia Augusto Montenegro, considerada periferia distante da área central de Belém, com dinâmica e distância

¹⁷ Nesta análise temporal se considerou o total dos lotes cujos anos foram disponibilizados pela COHAB-PA (2012), o que soma o valor de 21.733 lotes urbanizados, no período entre 1997 e 2009.

semelhantes ao do eixo de expansão da Rodovia BR-316, que corta os demais municípios da RMB.

Torna-se importante ressaltar, conforme mostra a tabela 6, que no período entre 1997 e 1999, Ananindeua também se apresenta como importante área de atuação da COHAB no que diz respeito à urbanização de lotes, seguida por Castanhal, Marituba e Santa Izabel do Pará, o que aponta para um processo de dispersão que se apresenta de forma relativamente contínua.

**TABELA 6 - ESTADO DO PARÁ: LOTES URBANIZADOS PELA COHAB
ENTRE 1997-1999**

MUNICÍPIO	Nº LOTES	%
ANANINDEUA	6.750	38,2
BELÉM	6.622	37,4
CASTANHAL	2.036	11,5
MARITUBA	1.989	11,3
SANTA IZABEL DO PARÁ	290	1,6
TOTAL	17.687	100

Fonte: Adaptado de COHAB (2012).

Entre 2000 e 2009, principalmente a partir de 2003, percebe-se que Marituba intensifica esse processo, seguido por Benevides, Santa Izabel do Pará e Santa Bárbara do Pará (em menor escala), o que ratifica um processo de dispersão espacial de forma mais descontínua ao considerar o eixo de expansão da Rodovia BR-316 (tabela 7).

**TABELA 7 - ESTADO DO PARÁ: LOTES URBANIZADOS PELA COHAB
ENTRE 2000-2009**

MUNICÍPIO	Nº LOTES	%
BELÉM	1.231	30,4
MARITUBA	802	19,8
BENEVIDES	712	17,6
SANTA IZABEL DO PARÁ	584	14,4
CASTANHAL	496	12,3
SANTA BÁRBARA DO PARÁ	221	5,5
TOTAL	4.046	100

Fonte: Adaptado de COHAB (2012).

Em seguida, Castanhal também continua a aparecer com importante participação nesse processo de dispersão espacial, representando 12,3% das construções, valor este superior, inclusive, a municípios da própria RMB, como, por exemplo, Santa Bárbara, que nesse período representou apenas 5,5% dos lotes urbanizados pela COHAB.

3.1.1.2 - Distribuição espacial das unidades habitacionais construídas pela COHAB no Estado do Pará (1990 a 2009)

No segundo momento, procurou-se realizar uma análise temporal de atuação da COHAB no Estado do Pará voltada à construção de unidades habitacionais. Do mesmo modo, dividiu-se a análise em dois períodos: o primeiro período corresponde aos anos de 1990¹⁸ e o segundo compreende os anos 2000.

Observa-se que, considerando todo o Estado do Pará, a área de atuação da COHAB nesse período se restringiu principalmente à RMB e ao Município de Castanhal, e em menor proporção aparecem os Municípios de Santarém, Marabá e Conceição do Araguaia.

De acordo com os dados da COHAB (2012), constatou-se que de 1997 a 2009 Belém ainda aparece como importante área de atuação com relação à construção de unidades habitacionais e urbanização de lotes, muitos deles inseridos no eixo de expansão ao longo da Rodovia Augusto Montenegro.

A quantidade total de unidades habitacionais construídas pela COHAB, entre 1990 e 2009, que somaram o montante de 19.900, foi distribuída da seguinte forma, 9.588 (48,2%) foram construídas entre 1990 e 1999 e, 10.312 (51,8%) entre 2000 e 2009 (tabelas 8 e 9).

Quanto à distribuição geográfica dessas unidades, confirma-se, mais uma vez, o processo de dispersão metropolitana, uma vez que entre 1990 e 1999 Ananindeua representou 35,1% das unidades habitacionais construídas, seguida, já

¹⁸ Neste caso, apesar de os dados disponíveis pela COHAB (2012) compreenderem somente os anos de 1997 a 1999, foi possível ter uma visão de toda a década de 1990 devido as informações obtidas do trabalho de Trindade Jr. (1998), que levanta os dados de construções de unidades habitacionais entre 1968 e 1993 junto à COHAB.

nesse período, por Castanhal (21,3%) e Marituba (17,3%). Verifica-se, portanto, um processo de dispersão relativamente descontínuo.

**TABELA 8 - ESTADO DO PARÁ: UNIDADES HABITACIONAIS
CONSTRUÍDAS PELA COHAB ENTRE 1990-1999**

MUNICÍPIO	Nº UNIDADES	%
ANANINDEUA	3363	35,1
BELÉM	2.520	26,3
CASTANHAL	2.043	21,3
MARITUBA	1.662	17,3
TOTAL	9588	100

Fonte: Adaptado de COHAB (2012).

Entre 2000 e 2009, mais especificamente também a partir de 2003, percebe-se mais nitidamente que o processo de dispersão das unidades habitacionais foi se intensificando ao longo do eixo da Rodovia BR-316, envolvendo agora os outros municípios da RMB e inclusive Castanhal. Este último Município representou neste período 9,4% das construções, seguido por Marituba (7,8%), Ananindeua (6%), Benevides (4,8%), Santa Izabel do Pará (2,4%) e Santa Bárbara do Pará (2,1%); caracterizando, portanto, uma tendência mais descontínua de dispersão – ao longo do eixo da BR-316 -, onde Castanhal continua a desempenhar importante participação (tabela 9). Em menor proporção aparecem os Municípios de Santarém, Marabá e Conceição do Araguaia, representando respectivamente, 1,9%, 1,1% e 0,8% das unidades habitacionais construídas no Pará nesse período. Percebe-se, portanto, que a dinâmica habitacional de Castanhal se assemelha mais aos municípios da RMB e se difere da dinâmica das cidades médias nesse contexto.

**TABELA 9 - ESTADO DO PARÁ: UNIDADES HABITACIONAIS
CONSTRUÍDAS PELA COHAB ENTRE 2000 E 2009**

MUNICÍPIO	Nº UNIDADES	%
BELÉM	6.571	63,7
CASTANHAL	970	9,4
MARITUBA	802	7,8
ANANINDEUA	614	6
BENEVIDES	500	4,8
SANTA IZABEL DO PARÁ	250	2,4
SANTA BÁRBARA DO PARÁ	221	2,1
SANTARÉM	192	1,9

MARABÁ	112	1,1
CONC. ARAGUAIA	80	0,8
TOTAL	10.312	100

Fonte: Adaptado de COHAB (2012).

Tal análise possibilita se considerar uma nova forma espacial a saber: a metrópole dispersa descontínua. Constata-se, portanto, que o padrão disperso dos novos espaços de assentamentos residenciais, configura-se para além da RMB, a partir da expansão da fronteira urbano-imobiliária (da reprodução do capital imobiliário), que agora parece incluir também nesse novo contexto o Município de Castanhal como parte dos processos que vêm ocorrendo nos outros municípios já configurados como unidade metropolitana.

3.2 – Dispersão metropolitana a partir dos assentamentos “espontâneos”: a relação entre a RMB e Castanhal

Trindade Jr. (1998) afirma que a partir da década de 1980 já se observava um redirecionamento das áreas de assentamentos “espontâneos”, que, semelhante à expansão dos conjuntos habitacionais, também se efetivou no sentido das baixadas em direção ao subúrbio, principalmente em direção aos eixos de expansão (Rodovia BR-316 e Rodovia Augusto Montenegro).

Destaca ainda a relação existente entre a ação estatal a partir da construção dos conjuntos habitacionais para as populações de baixa renda nos novos vetores de expansão urbana e o surgimento dos assentamentos “espontâneos”, uma vez que muitos deles passaram a surgir no entorno dos conjuntos residenciais, dos condomínios populares e até mesmo em áreas desocupadas dentro destes. Tal fenômeno assim ocorreu devido à infraestrutura instalada (ainda que insuficiente) nesses conjuntos residenciais, que acabaram por “beneficiar” os moradores das áreas de ocupação desse entorno, tornando-se áreas de grandes conflitos, haja vista que passa a se desenvolver uma teia de relações conflituosas com relação à propriedade dos terrenos ocupados, envolvendo posseiros, agentes (públicos e privados) e os titulares dos terrenos.

Segundo Trindade Jr. (1998), observa-se que da década de 1980 em diante as ocupações cadastradas na COHAB situavam-se em grande parte fora da

Primeira Légua. Das 223 ocupações cadastradas na COHAB até então, 141 estavam localizadas no eixo de expansão da BR-316, incluindo os Municípios de Ananindeua, Marituba e Benevides, demonstrando, portanto, um processo de dispersão metropolitana também a partir dos assentamentos “espontâneos”.

A teia de relações e conflitos, que no período de 1960 e 1980, havia ocorrido principalmente nas baixadas, a partir da década de oitenta parece se transferir para os novos vetores da expansão urbana - que incluem Municípios distritos vizinhos a Belém, notadamente Ananindeua, Icoaraci e, mais recentemente, Marituba e Benevides -, envolvendo posseiros e agentes públicos e privados, titulares de terrenos nesses vetores de expansão urbanas (TRINDADE JR., 1998, p. 184).

No caso metropolitano belenense, a proliferação dessas áreas de ocupação, principalmente a partir da década de 1980, é um reflexo de uma correlação de forças entre o Estado, a população e os proprietários de terra. Estes últimos buscam se favorecer a partir dos mecanismos de desapropriação, muitas vezes com a conivência do Estado. Trata-se de um verdadeiro negócio.

Do lado do Estado, busca-se a legitimidade; do lado da população, criam-se mecanismos de sobrevivência e de garantia de habitação, ainda que para isso se faça concessão aos estratagemas de legitimação do poder local. Além disso, como parte dessa cadeia de relações, os proprietários de terrenos, buscam se favorecer por meio das desapropriações. Essas relações são facilmente perceptíveis naquilo que se tem denominado “indústria das invasões”, que atendem a vários interesses, através da combinação de pactos diversos envolvendo Estado, população e proprietários de terra (TRINDADE JR., 1998, p. 197).

Essa teia de relações já exposta por Trindade Jr. (1998), demonstra que o processo de dispersão metropolitana, a partir do surgimento dos assentamentos “espontâneos”, possui íntima relação com a atuação do Estado. Para melhor compreensão, o autor apresenta um quadro político dividido em quatro períodos para explicar o processo de dispersão dessas áreas de ocupação na área metropolitana e em suas adjacências.

Destaca que no primeiro período, de 1979 a 1982, que corresponde ao governo estadual de Alacid Nunes, a maior parte das ocupações se concentrava na Primeira Légua ou nas proximidades dela. Foi um período que, apesar de ter poucas ocupações, foi marcado por graves conflitos, devido à falta de uma relação amistosa entre o Estado e o movimento popular.

Em contrapartida, no primeiro governo de Jader Barbalho se intensificou o processo das ocupações irregulares no sentido dos eixos de expansão, caracterizando, assim, o segundo período (1983-1987). Este se configura a partir de uma nova relação entre Estado e movimento popular. Suas maiores ações estiveram voltadas, pelo menos teoricamente, para o processo de desapropriação, urbanização e regularização de posses dessas áreas irregularmente ocupadas.

O terceiro período (1987-1990), que corresponde ao governo de Hélio Gueiros, foi marcado por uma descontinuidade no que diz respeito à política habitacional, quando se compara com o governo anterior, que, dentre outros fatores, justificou-se pela conjuntura econômica habitacional desfavorável vivida neste momento em âmbito nacional. Observa-se, então, uma diminuição da política de desapropriações de terras e uma maior atuação policial com relação a se ocupar terrenos de forma “espontânea”, principalmente na área de expansão.

Finalmente, no quarto período (1991-1994), Jader Barbalho novamente retoma sua lógica de política habitacional voltada às desapropriações, apesar de que, segundo Trindade Jr. (1998), muitas dessas desapropriações não foram concluídas, dando a determinadas famílias somente um assentamento provisório, ou seja, o Estado, mais uma vez, ao invés de resolver os problemas habitacionais, acaba por agravá-los.

Essa situação mostra claramente a relação clientelista do processo de assentamento, uma vez que a administração responsável por esse tipo de ação não só incentivou as ocupações, como também garantiu a permanência nessas áreas ocupadas, por meio do assentamento provisório, legitimando-se politicamente, como pudemos demonstrar, mas postergou a solução definitiva para uma outra administração que não a sua, só agora aflorando a situação criada (TRINDADE JR., 1998, p. 213).

O quadro político exposto é de fundamental importância para se compreender como o poder estatal atuou (semelhante como fez na conformação da dispersão a partir dos conjuntos habitacionais) nesse processo de dispersão, que agora passa a se configurar a partir, também, das ocupações “espontâneas”.

De acordo com dados da COHAB (2012), observa-se que dos 175 decretos de desapropriação (concluídos e não concluídos), entre os anos 1990 e meados de 2000, nos municípios do Estado do Pará, foi exatamente no segundo período do governo de Jader Barbalho que essa atuação se deu de forma mais intensa (tabela 10).

TABELA 10 - ESTADO DO PARÁ: NÚMERO DE DECRETOS DE DESAPROPRIAÇÕES EFETUADOS PELA COHAB (1991-2008)

MUNICÍPIO/ANO	1991	1992	1993	1994	2007	2008	s/d	Totais
Ananindeua	20	23	15	10	1	-	2	71
Belém	7	6	6	2	2	7	7	37
Belém/Icoaraci	1	-	4	1	-	4	1	11
Belém/Outeiro	-	-	2	2	-	-	-	4
Benevides	2	-	4	1	-	-	-	7
Capanema	-	-	1	-	-	-	1	2
Castanhal	-	2	10	2	3	-	2	19
Jacundá	-	-	-	-	-	-	1	1
Marabá	-	-	-	-	-	-	1	1
Mocajuba	-	-	-	-	-	-	1	1
Parauapebas	-	1	-	-	-	-	-	1
Redenção	-	2	-	-	-	-	1	3
Santa Izabel do Pará	-	-	1	-	-	-	-	1
Santarém	3	-	8	1	-	-	-	12
São Geraldo	-	-	-	-	-	-	1	1
São Miguel	-	-	1	-	-	-	-	1
Tomé-Açu	-	1	-	-	-	-	1	2

Fonte: Adaptado de COHAB (2012)

É importante destacar que, dos decretos de desapropriações existentes na COHAB, no período de 1991 a 1994 e que somam o montante de 139 no Estado do Pará, 77% estavam voltados para ocupações localizadas em municípios pertencentes à RMB. A distribuição se deu da seguinte forma: 68 estavam voltados a áreas de ocupação no Município de Ananindeua, 30 no Município de Belém (principalmente no eixo de expansão da Rodovia Augusto Montenegro), 7 em Benevides e 1 em Santa Izabel do Pará. Tais dados ratificam a tese de que há um processo de dispersão espacial a partir das áreas de ocupação que gradativamente acompanham os eixos de expansão já propostos por Trindade Jr. (1998).

Percebe-se, ainda que, dentro do contexto de atuação da COHAB no Estado do Pará no período de 1991 a 1994, dois outros Municípios não pertencentes a RMB também se destacam, a saber: Santarém e Castanhal (tabela 10).

Ressalta-se, mais uma vez, a necessidade de se compreender o fenômeno metropolitano para além de sua forma institucional, uma vez que chama a atenção o fato de que, nesse período, o Município de Castanhal também representar uma importante área de atuação da COHAB com relação à execução ou, pelo menos, à proposta de desapropriação de ocupações espontâneas dentro do contexto do Estado do Pará, que, nesse período, já apresentava 14 ocupações irregulares.

Chama atenção o fato de que nesse mesmo período Santarém, também possui um papel de destaque, possuindo 12 ocupações irregulares.

Tais dados são de fundamental importância para a análise do papel que Castanhal representa na atualidade quanto à sua dinâmica urbana em face do processo de dispersão metropolitana.

Sendo assim, comparar-se-á a dinâmica habitacional do Município de Santarém com a de Castanhal. Para tanto, considerar-se-á o trabalho de Pereira (2004), que buscou estudar o papel das cidades médias no contexto urbano regional amazônico, destacando Santarém.

Pereira (2004) se baseia, entre outros autores, nos postulados de Sposito (2007) ao discutir acerca da configuração de uma cidade média. O autor destaca que Sposito (2007) afirma ser necessário considerar alguns critérios para a definição de uma cidade média, dentre eles o de localização geográfica, ou seja, a conformação de cidades médias se dá distante dos centros metropolitanos. Sendo assim, Pereira (2004) ressalta que Santarém se localiza na mesorregião do Baixo Amazonas e na microrregião de Santarém, no oeste do Estado do Pará, estando a 697,7 km de Belém. Dessa forma, com relação ao critério de distanciamento em relação às áreas metropolitanas, Santarém se configuraria enquanto uma cidade média. Esse critério, no entanto, não deve ser compreendido de forma isolada, mas é um interessante ponto de partida para se analisar a configuração desse tipo de cidade.

[...] as cidades médias são cidades não integrantes de áreas metropolitanas, das quais guardam relativa distância, cuja população total varia entre 100 mil e 500 mil habitantes. Da mesma forma, não cumprem o papel de metrópoles regionais, mas constituem-se em referência para um conjunto de pequenos núcleos urbanos a ela subordinados (pequenas cidades ou centros locais e centros de zona), servindo de ponto de ligação dos fluxos de pessoas, mercadorias, informações, decisões políticas e investimentos, que por ela se materializam (PEREIRA, 2004, p.74).

Sposito (2007) afirma que quanto mais afastada estiver a cidade média das maiores representações da hierarquia urbana, mais importante ela será, uma vez que poderão oferecer mais bens e serviços, influenciando mais intensamente seu entorno.

No entanto, torna-se importante ressaltar que existem cidades distantes das áreas metropolitanas que não são consideradas cidades médias, daí a necessidade

de se analisar outros critérios que envolvem a conceituação de uma cidade média além do distanciamento em relação às áreas metropolitanas, a saber: a sua situação geográfica, a sua importância no âmbito regional, bem como a oferta de bens, serviços e empregos que esta cidade proporciona (SPOSITO, 2007).

Neste caso, quando se busca analisar a dinâmica urbana de Castanhal a partir das áreas de ocupação, percebe-se que o critério de distanciamento em relação às áreas metropolitanas, é um importante indício para se entender que a atual dinâmica desse Município esteja mais ligada ao fato de ser uma fração descontínua da metrópole Belém. Na década de 1990, por exemplo, percebe-se que o estreitamento das relações entre a RMB e Castanhal se ratifica ainda mais quando ocorre a duplicação da BR-316, uma vez que facilitou a dinâmica de fluxos socioespaciais entre esses espaços.

Além disso, é importante destacar, conforme inferido anteriormente, que a dinâmica urbana dos assentamentos residenciais em Castanhal parece acompanhar mais à dinâmica dos municípios da RMB do que de cidades médias, da mesma forma que ocorre com a dinâmica das áreas de ocupação, uma vez que, conforme Trindade Jr. (1998), o surgimento das áreas de ocupação possui íntima relação com a atuação do Estado a partir da política de habitação baseada nos assentamentos residenciais.

Portanto, infere-se que para os municípios da RMB e para Castanhal a lógica das ocupações tenha acompanhado a mesma tendência, uma vez que a construção de assentamentos residenciais abre “fronteiras” para o surgimento das ocupações, que passam a se constituir na mesma lógica de dispersão dos conjuntos habitacionais.

Cavalcante (2011), ao discutir sobre o papel desempenhado pelo Município de Santa Izabel do Pará na dinâmica do espaço intrametropolitano belenense, afirma que tal processo de dispersão a partir das ocupações irregulares vem na atualidade acompanhado o eixo de expansão da BR-316.

Note-se, com o avanço do tempo, o crescimento acelerado de ocupações irregulares no Município de Ananindeua. Pode-se dizer, nesse momento, que de fato houve uma considerável expansão urbana em direção à periferia distante da RMB. A partir de então, tal expansão avança em direção aos municípios de: Marituba, Benevides, Santa Bárbara e Santa Izabel do Pará (CAVALCANTE, 2011, 87).

Foi possível, a partir dos dados levantados e atualizados por Cavalcante (2011) junto às prefeituras dos municípios da RMB e na COHAB, detectar essa tendência de dispersão ao longo do eixo da BR-316. Objetiva-se neste momento compreender de que forma Castanhal está inserido nessa lógica.

Para verificar a tendência atual de atuação da COHAB com relação a desapropriações de áreas de ocupação na RMB, buscou-se acrescentar o Município de Castanhal para facilitar a visualização e a compreensão da importância de Castanhal nesse contexto, conforme se observa na tabela 11:

TABELA 11 - NÚMERO DE DECRETOS DE DESAPROPRIAÇÕES EFETUADOS PELA COHAB E PELAS PREFEITURAS DOS MUNICÍPIOS DA RMB E DE CASTANHAL (1991-2008)

MUNICÍPIO/ ANO	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	2004	2007	2008	Total de decretos cadastrados por município
Ananindeua	45	54	39	14	-	-	-	-	-	1	-	153
Belém	17	15	21	2	-	-	-	-	1	2	7	65
Belém/ Icoaraci	6	4	12	5	-	-	-	-	-	-	4	31
Castanhal	-	3	10	2	-	-	-	-	-	4	-	19
Marituba	2	-	4	2	4	1	4	1	-	-	-	18
Benevides	1	-	2	5	2	-	-	-	-	-	-	10
Santa Bárbara do Pará	-	-	1	5	2	-	2	-	-	-	-	10
Santa Izabel do Pará	-	1	-	4	1	3	-	-	-	-	-	9
Belém/ Outeiro	-	-	3	-	-	-	-	1	-	-	-	4
Total de ocupações cadastradas por ano	71	77	92	39	9	4	6	2	1	7	11	

FONTE: Adaptado de CAVALCANTE (2011).

A realização da comparação entre a área de atuação da COHAB na RMB e no Município de Castanhal, principalmente entre 1991 e 1994, permitiu perceber que estes espaços estão inseridos no mesmo contexto de interesses políticos (associado ao segundo governo de Jader Barbalho), conforme já exposto anteriormente.

No entanto, chama atenção o fato de que, considerando as áreas de ocupações cadastradas entre 1991 e 2008, que somam o montante de 319 (segundo aponta o tabela 11), verificou-se que já existia um significativo número de ocupações no Município de Castanhal. Este Município já contava com 19 ocupações, perdendo apenas para Ananindeua (que se apresenta como um

importante eixo de expansão, com 153 invasões nesse período) e para Belém e seu eixo de expansão a partir da Augusto Montenegro, possuindo, respectivamente, 65 e 31 áreas de ocupação.

Em seguida aparecem os Municípios de Marituba (com 18 ocupações), seguido por Benevides, Santa Bárbara do Pará (cada um com 10 ocupações), Santa Izabel do Pará (com 9 ocupações) e Belém/Outeiro (com 4 ocupações).

Mais uma vez, compreende-se que o processo de dispersão espacial passa a se configurar também a partir das áreas de ocupação, ultrapassando os limites metropolitanos institucionalizados.

3.3 - Dispersão metropolitana a partir da ação da iniciativa privada na área da construção civil: a relação entre a RMB e Castanhal

Neste momento, discutir-se-á a respeito da ação da iniciativa privada na área da construção civil de um modo geral, incluindo aí a questão da habitação, buscando compreender a relação entre a ação desses agentes privados e o processo de dispersão metropolitana belenense, bem como sua relação com a dinâmica urbana do Município de Castanhal.

Trindade Jr. (1998), ao tratar sobre a questão da habitação por parte da atuação da iniciativa privada, destaca que o processo de reestruturação metropolitana do espaço belenense, caracterizada por um padrão de dispersão espacial, não se deu apenas através dos conjuntos habitacionais e das áreas de ocupação no momento de valorização das baixadas. Destaca também o papel desempenhado pelos agentes privados na questão imobiliária e sua relação com a descompactação do núcleo metropolitano.

Ressalta ainda que, na década de 1980, houve uma verdadeira expansão urbana, quando vários condomínios residenciais populares e conjuntos residenciais foram construídos para atender à classe média baixa ao longo tanto da Área de Transição quanto da Área de Expansão metropolitana de Belém, tendo-se observado, nesta última, um crescimento expressivo nos últimos anos, uma vez que

[...] esse tipo de promoção imobiliária tem incrementado a produção do espaço da periferia distante, estimulando, por conseguinte, o processo de desconcentração urbana em relação à Primeira Léguas. Na verdade, as habitações populares produzidas na RMB pelo setor privado têm seguido a trilha da fronteira-imobiliária, que o governo se encarregou de abrir (TRINDADE JR., 1998, p. 222).

A atuação das empresas imobiliárias, voltadas para atender às camadas populares na Área de Expansão, justifica-se, dentre outros fatores, pela localização desses empreendimentos, pela questão do financiamento e do retorno imediato (TRINDADE JR., 1998).

Segundo o autor supracitado, a questão da localização se justifica pelo preço dos terrenos mais baratos, o que facilita a ação de incorporadas de menor porte que não conseguem competir com as de maior porte, uma vez que, nesse primeiro momento, atuam nas áreas centrais mais valorizadas. Quanto ao fator financiamento, era interessante para as empresas de pequeno e médio porte realizarem parcerias com programas habitacionais do governo federal, uma vez que não necessitavam dispor de imediato de grande quantidade de capital para começar a obra. Com o empreendimento atrelado ao financiamento, o retorno das empresas se torna imediato e seguro, uma vez que a população passa a assumir o compromisso não com a incorporadora, mas com o órgão financiador. A incorporadora

[...] garante o retorno imediato de seus investimentos, ao passo que a inadimplência se manifesta a médio prazo, não com a construtora, mas sim com o agente financiador, só então se caracterizando o problema gerado pelas empresas imobiliárias (TRINDADE JR., 1998, p. 231).

O referido autor destaca que a reestruturação do espaço urbano ao longo da Área de Expansão, a partir da construção de condomínios residenciais populares e conjuntos residenciais, por parte da iniciativa privada, sem dúvida tem sido de fundamental importância para a definição do padrão disperso. No entanto, ressalta que não se pode deixar de evidenciar o papel do Estado nesse tipo de assentamento. Sendo assim, destaca que o Estado atua de duas maneiras principais: apoiando financeiramente e sendo o “mediador” de conflitos entre empresários e ocupantes, uma vez que se intensificaram as “invasões” nesses conjuntos.

[...] o conflito entre empresários e ocupantes é deslocado para a relação entre ocupantes e Estado. Este último, por sua vez, o desloca para a relação trabalhador versus trabalhador, posto que se trata de financiamento proveniente do FGTS, que é um fundo do trabalhador (TRINDADE JR., 1998, p. 240).

É importante destacar que inicialmente coube às empresas de pequeno porte garantir a configuração dispersa ao longo dos eixos da Área de Expansão a partir da construção de condomínios residenciais populares e de conjuntos residenciais voltados para as classes baixa e média baixa. Coube às empresas de maior porte configurarem a estrutura urbana nas áreas centrais, com empreendimentos voltados à classe alta e média alta. Posteriormente, com a saturação dessas áreas centrais, o Estado passou a favorecer à ação dessas grandes empresas em bairros como Marco e Pedreira, através da realização de diversas obras infraestruturais.

No entanto, Trindade Jr. (1998) ressalta ainda que a atuação da iniciativa privada na Área de Expansão não é restrita e/ou exclusiva das pequenas e médias empresas, haja vista que já é possível se observar, após a abertura da fronteira imobiliária, a atuação dessas grandes empresas através da construção de condomínios fechados voltados à classe alta e média alta.

[...] os empreendimentos realizados pelas grandes empresas reafirmam tipo de apropriação que pressupõe a concentração do capital imobiliário tendo em vista o movimento de dispersão urbana, característico do processo de desconcentração aqui considerado (TRINDADE JR., 1998, p. 270).

Sem dúvida, esse breve resgate da atuação das empresas imobiliárias voltadas à questão da habitação no espaço metropolitano belenense, baseado neste autor, reforça e esclarece o fato de que a reprodução imobiliária na metrópole Belém reforça o padrão disperso.

Neste momento, procurar-se-á analisar, então, de que forma a ação da iniciativa privada voltada à construção civil de um modo geral (incluindo o setor de habitação) vem reproduzindo e/ou reforçando esse padrão de dispersão na atualidade, não só ao longo dos eixos de expansão, mas também para além da área metropolitana reconhecida oficialmente. Buscar-se-á compreender como Castanhal se insere nessa lógica de atuação da iniciativa privada, bem como sua relação com o padrão disperso belenense.

Para tanto, os dados levantados junto ao Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Pará (CREA-PA) foram imprescindíveis à compreensão da relação entre a ação da iniciativa privada e o processo de dispersão metropolitana de Belém, bem como sua relação com Castanhal.

Os dados obtidos junto a esse órgão dizem respeito à quantidade de contratos (dividido por ano e município) assinados no Estado do Pará entre o profissional ou empresa cadastrado no CREA (arquiteto/engenheiro) e o cliente¹⁹ com relação à contratação de serviços voltados à construção civil de um modo geral, (incluindo aí a questão da habitação) entre a década de 1990 e início do ano 2012.

Tais dados possibilitam uma visualização da tendência da área de atuação por parte da iniciativa privada no Estado do Pará com relação à construção civil. Na tabela 12²⁰, verifica-se como se manifesta:

TABELA 12 - ESTADO DO PARÁ: NÚMERO DE CONTRATOS REGISTRADOS NO CREA-PA VOLTADOS À CONSTRUÇÃO CIVIL (1993-2012)

MUNICÍPIO/ ANO	93	95	98	00	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	s/d	Total
Belém	1		1	3	2	4	7	2	20	50	78	13 4	69	94	87	19	61	632
Ananindeua									4	13	22	25	25	27	19	4	8	147
Santarém									4	1	12	8	14	9	12	11		71
Castanhal										7	6	6	10	11	9	5	3	57

¹⁹ Esse contrato é necessário, pois quando se realiza um empreendimento é preciso gerar a Anotação de Responsabilidade Técnica. “Todo contrato escrito ou verbal para a execução de obras ou prestação de quaisquer serviços profissionais referentes à engenharia, à arquitetura e à agronomia fica sujeita à Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), no Conselho Regional em cuja jurisdição for exercida a respectiva atividade” (CONFEA, 1998, p.34).

²⁰ Os municípios paraenses destacados foram aqueles que apresentaram números de contratos superiores a cinco, no período de 1993 a 2012.

Parauapebas						1	1	2	3	7	5	9	12	9	4		53
Marabá			1				1		3	3	13	12	10	5	1	1	50
Marituba							5	7		3	2	8	8	2	1	2	38
Salinópolis		1					1	2	10	1	2		4	1		9	31
Abaetetuba									2	1	5		12	2		1	23
Paragominas									2	6	3	5	1	4	1		22
Redenção									1		1	6	2	4			14
Altamira							1				3	2	1	6			13
Barcarena								1	2	1	4	1	4				13
Ourilândia do Norte										4		3	2	4			13
Cametá											2	3		3		2	10
Benevides										1		8					9
Conceição do Araguaia										1		1	1	6			9
Canaã dos Carajás												1	4	3			8
Tucuruí									1	2	1		3	1			8
Santa Izabel do Pará									1		1	1	2		2		7
Santana do Araguaia											3			4			7
Tucumã								2	1		2			1			6
Outros municípios									2	1			1		1		134

Fonte: Adaptado de CREA (2012)

Observa-se que dos 1375 contratos registrados no CREA, voltados à atividade da construção civil no Estado do Pará, no período entre a década de noventa e início do ano 2012, 60,8% (836 contratos) se concentraram nos municípios da RMB, distribuídos da seguinte forma: Belém (46%), Ananindeua (10,7%), Marituba (2,8%), Benevides (0,6%), Santa Izabel Pará (0,5%) e Santa Barbará do Pará (0,2%).

Tais dados ratificam a importância da metrópole Belém pela dinâmica urbana de reprodução espacial que exerce no contexto regional através de seu processo de dispersão, passando a incluir municípios como Ananindeua e Marituba de forma mais significativa, bem como o eixo de expansão da Rodovia Augusto Montenegro, confirmando, assim, o padrão disperso.

É importante destacar que dos 539 contratos restantes que foram realizados em outros municípios paraenses não pertencentes à RMB, alguns se destacam apresentando um número significativo de contratos, a saber: Santarém (13,2%), Castanhal (10,6%), Parauapebas (9,8%) e Marabá (9,3%), consideradas cidades de “porte médio”.

Um fator que contribui para o entendimento da relação entre a atuação da iniciativa privada nesses municípios, que apareceram em destaque, e o atual processo de dispersão da metrópole belenense, é detectar a origem das empresas que atuam nesses espaços. Tal análise se constitui ponto de partida, porém, não único, para se compreender a atual dinâmica urbana habitacional de Castanhal.

Dessa forma, o trabalho de campo foi fundamental para compreender essa relação, momento em que se procurou destacar a origem das principais empresas voltadas ao mercado imobiliário atuantes em Castanhal (quadro 4). Em seguida, realizou-se uma comparação entre Castanhal e Marabá, tendo como referência o trabalho de Amaral (2010).

QUADRO 4 - CASTANHAL: EMPRESAS DO MERCADO IMOBILIÁRIO ATUANTES EM CASTANHAL E SEUS PRINCIPAIS EMPREENDIMENTOS RESIDENCIAIS

EMPRESA	PROCEDÊNCIA /ANO DE FUNDAÇÃO	EMPREENDIMENTOS/ CATEGORIA/ SITUAÇÃO/ ANO/ BAIRRO	MERCADOS EM QUE ATUA
Building Engenharia	Belém (2008)	Super Life Castanhal - condomínio residencial vertical (construção, 2011, bairro: Apéu).	Ananindeua, Belém e Castanhal.
Ckom Engenharia	Surge em Castanhal em 1978. Desde 1888 a matriz passou para Belém.	Edifício João Coelho da Mota - Condomínio Residencial Vertical (consolidado, 1987, bairro: Centro); Residencial Sol Nascente - conjunto residencial privado	Belém e Castanhal.

		<p>(consolidado, 1987, bairro: lanetama);</p> <p>Residencial Katharina Caldas - conjunto residencial privado (consolidado, 1989, bairro: lanetama);</p> <p>Residencial Ponta Porã - conjunto residencial privado (consolidado, 1995, bairro: lanetama);</p> <p>Residencial Solar Oriental - condomínio residencial vertical (em construção, 2011, bairro: Saudade I);</p> <p>Residencial Bonsai - condomínio residencial vertical (em construção 2012, bairro: centro);</p> <p>Edifício Hideo Kataoka -condomínio residencial vertical (em construção, 2012, bairro: centro);</p> <p>Residencial Bela Sintra -condomínio residencial vertical (em construção, 2012, bairro: Nova Olinda).</p>	
Engetower Engenharia Ltda	Belém (2003)	Celta Residence - condomínio residencial vertical (construção, 2012, bairro: Novo Estrela).	Belém, Castanhal e Marabá.
Guamá Engenharia	Belém (1983)	<p>Residencial Kazuma Oyama - conjunto residencial privado (consolidado, 1997, bairro: Nova Olinda);</p> <p>Residencial Santa Maria - conjunto residencial privado (em construção, 2012, bairro: Cristo);</p> <p>Residencial Cristo Redentor - conjunto residencial privado (consolidado, bairro: Cristo);</p> <p>Residencial Pedro</p>	Pará (Belém, Castanhal e Marabá), Minas Gerais, Paraná e São Paulo.

		Coelho da Mota - conjunto residencial privado (consolidado, bairro: Cristo).	
Pauva Engenharia e Construção	Belém (1993)	Condomínio Quinta do Lago - condomínio residencial horizontal (consolidado, 2008, bairro: Estrela); Condomínio Montes Verdes - condomínio residencial horizontal (construção, 2011, bairro: Estrela).	Belém, Bragança e Salinópolis
Servic Construtora	Castanhal (1994)	Condomínio Club Santa Lídia - condomínio residencial vertical (construção, 2009, bairro: Santa Lídia); Condomínio Campo Belo - condomínio residencial horizontal (construção, 2010, bairro: Santa Lídia); Condomínio Vitória Régia - condomínio residencial horizontal (construção, 2011, bairro: Imperador); Loteamento Paraíso I (consolidado, bairro: Saudade I); Loteamento Paraíso II (construção, bairro: Saudade I).	Castanhal

Fonte: Levantamento de Campo, Jul. 2012.
Elaboração: Cynthia Santos Daltro Alves.

De acordo com os dados levantados, constatou-se que a maioria das construtoras que atuam em Castanhal possuem sua origem na metrópole Belém, como é o caso da Guamá Engenharia, Pauva Engenharia e Construção, Engetower Engenharia Ltda e Building Engenharia. A Ckom Engenharia, embora tenha surgido em Castanhal, atualmente possui sua matriz em Belém e sua área de atuação é Belém e Castanhal.

A Servic Construtora, por sua vez, é uma empresa que tem sua origem em Castanhal e atua somente neste Município. Dentre os empreendimentos importantes

que está construindo em Castanhal cita-se: o Condomínio Campo Belo (foto 5), onde se comercializam os lotes, classificado enquanto classe A e o Condomínio Vitória Régia onde também se comercializam os lotes, oferecendo: estação de tratamento de esgoto, salão de festas, fitness, espaço gourmet, pista de skate, quiosques, piscinas, bicicletário, quadras e campos de futebol, churrasqueiras e paisagismo arborizado. Além desses, em parceria com outras empresas, a Servic lançou o primeiro condomínio clube de Castanhal, o Condomínio Clube Santa Lídia, que oferecerá: academia, restaurante, salão de jogos e piscinas.



FOTO Nº 5 - CONDOMÍNIO CAMPO BELO: condomínio residencial horizontal classe A em Castanhal (Foto: Cyntia Alves, 2012).

É importante destacar que outros empreendimentos de porte expressivo também estão sendo edificados em Castanhal por empresas de Belém, como, por exemplo, o Super Life Castanhal, construído pela Building Engenharia, e que se localiza na BR-316, oferecendo salão de festas, churrasqueiras, quadra de voley, playground, academia e pista de cooper. A Engetower Engenharia Ltda também está com uma importante obra em andamento em Castanhal, o Celta Residence, que terá piscina de adulto e infantil, salão de festas churrasqueiras, playground fitness e quadra poliesportiva.

Percebe-se, assim, que existe uma estreita relação, no que diz respeito à dinâmica habitacional exercida pela iniciativa privada, entre a metrópole Belém e Castanhal. Tal relação se ratifica ainda mais quando se compara com a tendência de

atuação das empresas voltadas à questão habitacional no Município de Marabá, por exemplo.

Amaral (2010), ao discutir a relação entre a metrópole Belém e as cidades médias Marabá e Macapá, diante das transformações espaciais recentes que ocorrem nesses espaços, analisa, dentre outros aspectos, as relações produzidas pela fronteira urbano-imobiliária.

Para tanto, destaca as empresas do mercado imobiliário atuantes em Marabá. Dentre elas elenca: a Construfox Construção e Incorporação Ltda (procedente de Marabá/Pa), a Direcional Engenharia (de Belo Horizonte/MG), a Premium Engenharia Inteligente (de Brasília/DF), a Construtora Alterosa (de Carangola/MG) e a Engetower Engenharia Ltda (de Belém/Pa) (AMARAL, 2010).

Conforme se observa, segundo os dados do referido autor, as empresas do mercado imobiliário atuantes em Marabá, em sua maioria, não têm como Município procedente a metrópole Belém, aparecendo apenas uma, a Engetower Engenharia Ltda, diferente do que ocorreu com as empresas imobiliárias de Castanhal, onde se observou que apenas uma é do próprio Município e as demais são procedentes de Belém.

Dessa forma, infere-se que a atuação da iniciativa privada em Castanhal está diretamente relacionada à belenense, uma vez que, o mercado imobiliário e a produção imobiliária em Castanhal segue a mesma tendência já definida nos municípios oficialmente incluídos na RMB.

Quando se verifica a área de atuação da iniciativa privada voltada à construção civil em todo o Estado do Pará e se analisa a relação entre os municípios da RMB e Castanhal, percebe-se que este último concentrou 4,1% dos contratos realizados no período analisado; dinâmica esta muito semelhante a de outros municípios que representam o eixo de expansão ao longo da BR-316, como Ananindeua (representando 10,7%) e Marituba (representando 2,8%). Em menor escala aparecem os municípios: Benevides (0,6%), Santa Izabel Pará (0,5%) e Santa Barbará do Pará (0,2%).

Infere-se, portanto, que a produção do espaço habitacional em Castanhal esteja associada ao fato desse Município se constituir possivelmente como uma fração distante da área central de Belém, inserido, entretanto, no contexto de dispersão dessa metrópole.

CAPÍTULO 4: AS RELAÇÕES ESTABELECIDAS ENTRE A DINÂMICA URBANA DE CASTANHAL A PARTIR DA ATIVIDADE INDUSTRIAL E O ESPAÇO METROPOLITANO DE BELÉM

4.1 - A importância da atividade industrial na organização do espaço urbano

Para se compreender a dinâmica industrial do Município de Castanhal e sua relação com o espaço metropolitano belenense, é necessário verificar o papel da indústria na organização espacial das cidades, bem como levar em consideração o contexto, o processo mais amplo de industrialização do espaço brasileiro, amazônico e, finalmente, na sub-região em que Castanhal está inserido.

Sposito (1994) ao analisar a importância da atividade industrial para urbanização afirma que,

A cidade é o território-suporte para a atividade industrial, por se constituir num espaço de concentração e por reunir as condições necessárias a esta forma de produção. Contudo, o desenvolvimento da urbanização não é apenas condição para o desenvolvimento industrial, mas também este mudou o caráter da cidade, ao lhe dar, de forma definitiva, um traço produtivo e transformá-lo no 'centro' de gestão e controle da economia capitalista, subordinando até mesmo a produção agrícola que se dá no campo (SPOSITO, 1994, p.10).

No Brasil, a partir do século XX, a indústria começa a se firmar como uma atividade relevante, haja vista que anteriormente seu principal setor econômico, o agroexportador, foi prejudicado em virtude da crise econômica mundial de 1929, bem como suas importações de produtos manufaturados. Diante desse cenário internacional, surge nas regiões periféricas uma necessidade de adquirir produtos manufaturados do mercado nacional, o que propiciou o desenvolvimento da indústria no País (CANO, 1988).

A indústria se estabeleceu nas regiões em que se concentravam o maior número de populações, por possuírem as maiores infraestruturas de transportes (ferrovias, rodovias), bem como onde a estrutura agrária não impedisse a distribuição das riquezas (SANTOS; SILVEIRA, 2001). O espaço que apresentou essas características, concentrando as indústrias, foi o eixo Rio-São Paulo e os Estados da região Sul.

Neste primeiro período da industrialização brasileira (1930 a 1950), percebeu-se a necessidade do estabelecimento das estruturas materiais necessárias para implementação das indústrias, por meio de iniciativas públicas e privadas (SPOSITO, 2000), essa reestruturação produtiva foi acompanhada de um crescimento no processo de urbanização, principalmente, na cidade de São Paulo.

A população urbana em crescimento e a evolução vertiginosa da cidade de São Paulo constituem também uma das bases do crescimento industrial, mas o que vai conferir força à atividade são as relações que as fábricas estabelecem umas com as outras, formando, desse modo, um denso tecido industrial do qual se vão valer as atividades comerciais, de serviços, de transporte, do governo e as próprias indústrias presentes ali e em outros pontos do Brasil, inclusive, em muitos casos, o próprio Rio de Janeiro (SANTOS; SILVEIRA, 2001, p. 252)

A partir da década 1950 a indústria nacional se modificou em virtude da abertura econômica proporcionada pelo Estado (plano de metas), que possibilitou a entrada de indústrias multinacionais, sobretudo as do ramo automobilístico. É importante destacar o incentivo do Estado na dotação de infraestrutura, tais como estradas, ferrovias, portos e aeroportos para fomentar o desenvolvimento da indústria no País (SANTOS; SILVEIRA, 2001).

Posteriormente, entre as décadas de 1970 e 1980, há um processo de desconcentração industrial e fomento da divisão territorial do trabalho no Brasil, onde cada região apresenta um papel na dinâmica econômica nacional, em face da conjuntura complexa da produção industrial.

A produção industrial torna-se mais complexa, estendendo-se sobretudo para novas áreas do Sul e para alguns pontos do Centro-Oeste, do Nordeste e do Norte (Manaus). Paralelamente, as áreas industriais já consolidadas ganham dinamismos diferentes dos que definiram a industrialização em períodos anteriores (SANTOS; SILVEIRA, 2001, p. 106).

Na região amazônica, nesse período, há um incentivo por parte do Estado de fomentar a ocupação desse território a partir da dotação de infraestruturas de transportes, como, por exemplo, a construção das rodovias Belém-Brasília e Brasília-Acre, que permitissem fluxos socioespaciais, bem como incentivos fiscais para dinamizar a economia local.

Segundo Becker (2001), em virtude da necessidade do Estado estabelecer um controle técnico e político na região, esse estabeleceu algumas estratégias, tais como implantação de redes de integração espacial (rodovias, redes de telecomunicações, rede urbana e rede hidroelétrica), subsídios ao fluxo de capital, indução dos fluxos migratórios (nacional e estrangeiro), superposição de territórios federais sobre os estaduais (por exemplo, criação da Amazônia Legal e SUDAM), bem como a partir das crises do petróleo, estratégias econômicas diversificadas inseridas no Projeto Polamazônia.

Ainda segundo Becker (2001), em virtude dos altos custos desses projetos de dinamização da economia da região, o Estado começou a incentivar investidores de maior poder econômico, proporcionando, com isso, estabelecimento de grandes empresas agropecuárias e mineradoras.

Apesar de Castanhal não estar inserido diretamente nessa lógica dos grandes projetos direcionados para a Amazônia voltados para agropecuária e mineração, sua

localização geográfica se tornou benéfica, por ser cortada pela rodovia BR-316/BR-010, o que permite se conectar facilmente aos municípios da Região Metropolitana, Nordeste e Sudeste paraense e, com isso, atender a demandas das cidades polos desses grandes projetos como, por exemplo, os Municípios de Barcarena (Albrás e Alunorte), Tucuruí (Hidrelétrica), Parauapebas, além de estar próximo do maior mercado consumidor do Estado, representado pela capital Belém e sua franja metropolitana.

Atualmente, Castanhal representa um importante polo industrial do Pará, que abastece e mantém estreita ligação com a metrópole e com o Estado, abastecendo-os, bem como comercializando com o restante do País.

Do ponto de vista econômico, o setor secundário representou em 2009, segundo dados do IDESP (2012), 19,69% do PIB do Município de Castanhal. As atividades do setor terciário e agropecuário corresponderam, respectivamente, a 77,84% e 2,47% de um total de R\$ 1.072.728,00 referente ao PIB de 2009 (tabela 13).

TABELA 13 – CASTANHAL: BASE ECONÔMICA DO MUNICÍPIO (1999-2009) - VALORES EM R\$ MIL/%

ANO	AGROPECUÁRIA	INDÚSTRIA	COMÉRCIO E SERVIÇOS	TOTAL
1999	9.507 (2,98)	72.009 (22,54)	237.937 (74,48)	319.453 (100)
2000	9.472 (3,14)	62.059 (20,56)	230.323 (76,30)	301.854 (100)
2001	11.213 (3,28)	73.443 (21,48)	257.230 (75,24)	341.886 (100)
2002	14.556 (3,64)	74.416 (18,63)	310.420 (77,72)	399.392 (100)
2003	14.315 (3,15)	79.595 (17,52)	360.425 (79,33)	454.335 (100)
2004	15.635 (2,74)	114.679 (20,08)	440.733 (77,18)	571.047 (100)
2005	23.148 (3,60)	162.428 (25,23)	458.275 (71,18)	643.851 (100)
2006	20.711 (2,85)	169.561 (23,31)	537.081 (73,84)	727.353 (100)
2007	23.385 (2,72)	182.417 (21,23)	653.563 (76,05)	859.365 (100)
2008	26.041 (2,65)	224.115 (22,77)	734.284 (74,59)	984.440 (100)

2009	26.521 (2,47)	211.230 (19,69)	834.977 (77,84)	1.072.728 (100)
-------------	---------------	-----------------	-----------------	--------------------

Fonte: Adaptado de IDESP (2012).

No entanto, levando-se em consideração o setor industrial, percebe-se que este apresentou importante crescimento no período entre 1999 e 2009, apesar de que, em relação a sua participação no total do PIB do Município, houve uma redução em virtude do maior crescimento do setor terciário (cerca de 251%). Em 1999 o setor industrial representou R\$ 72.009,00 de um total de R\$ 319.453,00 e em 2009 R\$ 211.230,00 de um total de R\$ 1.072.728,00, apontando um crescimento de 193%.

No que diz respeito à geração de emprego, segundo os dados do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), entre 1999 e 2010, o setor de atividades voltados ao comércio e serviços cresceu 183% e o setor da indústria de transformação também representou crescimento significativo, em torno de 126% (tabela 14).

TABELA 14 – CASTANHAL: ESTOQUE DE EMPREGO SEGUNDO SETOR DE ATIVIDADE ECONÔMICA (1999-2010)

Fonte: Adaptado de IDESP (2012).

SETOR DE ATIVIDADE	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Extrativa Mineral	-	-	-	-	-	4	-	-	-	-	-	-
Indústria de Transformação	2.707	2.680	2.634	3.168	3.187	3.476	4.030	4.193	4.653	5.021	5.327	6.116
Serviços Indust. Utilidade Pública	237	234	269	216	202	214	196	193	180	203	263	250
Construção Civil	353	588	380	174	377	353	630	1.344	1.265	1.391	1.867	2.384
Comércio	2.720	3.185	3.616	3.873	5.487	5.164	5.612	6.048	6.624	7.873	8.107	9.327
Serviços	2.045	2.111	2.608	2.603	2.629	6.202	2.900	3.304	3.432	3.677	3.750	4.156
Administração Pública	2.141	2.274	2.697	2.765	3.137	18	4.417	4.582	5.007	5.326	5.504	5.701
Agropecuária	355	401	489	653	812	939	800	833	879	873	1.073	849
Outros / Ignorados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	10.558	11.473	12.693	13.452	15.831	16.370	18.585	20.497	22.040	24.364	25.891	28.783

Desta forma, analisar a dinâmica industrial do Município de Castanhal, torna-se uma importante variável para se verificar a atual configuração socioespacial deste Município, sua importância no contexto regional e nacional, bem como para se compreender sua relação com o espaço metropolitano belenense.

4.2 - A produção industrial de Castanhal e sua relação com a metrópole Belém

Com o intuito de analisar a dinâmica industrial de Castanhal e sua relação com a metrópole Belém, realizaram-se entrevistas semiestruturadas com representantes das principais empresas de Castanhal divididas por setores. A proposta com a realização dessas entrevistas é compreender: a) por que essas empresas se instalaram em Castanhal? b) se a atual localização corresponde às expectativas da empresa? c) se a proximidade com Belém ou com os municípios da RMB contribui ou interfere para o bom funcionamento dessas empresas? d) outras cidades que hoje são classificadas como em franca expansão (como Marabá, Santarém) estão sendo alvo de futuros investimentos dessas empresas?

Para tanto, realizaram-se entrevistas semiestruturadas com representantes de dez das principais indústrias de Castanhal. Além dessas, outras entrevistas foram realizadas com representantes de duas distribuidoras desse Município, uma vez que esse é um ramo que se apresenta em franca expansão em Castanhal.

Dentre as principais indústrias e distribuidoras em que foram realizadas as entrevistas com seus representantes, dez estão situadas ao longo da Rodovia BR-316. Tal localização é justificada, em parte, pela facilidade de escoamento da produção, bem como a facilidade de acesso ao mercado consumidor, grande parte

localizado na capital do Estado. Tais aspectos foram detectados nas entrevistas realizadas com os representantes das indústrias e das distribuidoras.

As outras duas entrevistas foram realizadas com os representantes de uma indústria que se localiza próxima da BR-316 e de uma distribuidora que se encontra em uma outra importante via, a PA-136.

De acordo com a Federação das Indústrias do Estado do Pará (FIEPA-Castanhal) as indústrias estão classificadas em alguns setores, a saber: alimentício, metalúrgico, construção civil, mobiliário, construções elétricas, dentre outros.

Com a realização do trabalho de campo foi possível verificar que o setor alimentício, que inclui a fabricação de biscoitos, massas, café (torrefação e moagem), salgadinhos, substâncias aromáticas, doces e conservas alimentícias, laticínios e produtos derivados do Estado do Pará, é um dos setores em franca expansão em Castanhal (mapa 9).



FOTO Nº 6 - HILÉIA INDÚSTRIA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS S/A (Foto: Cyntia Alves, 2012).



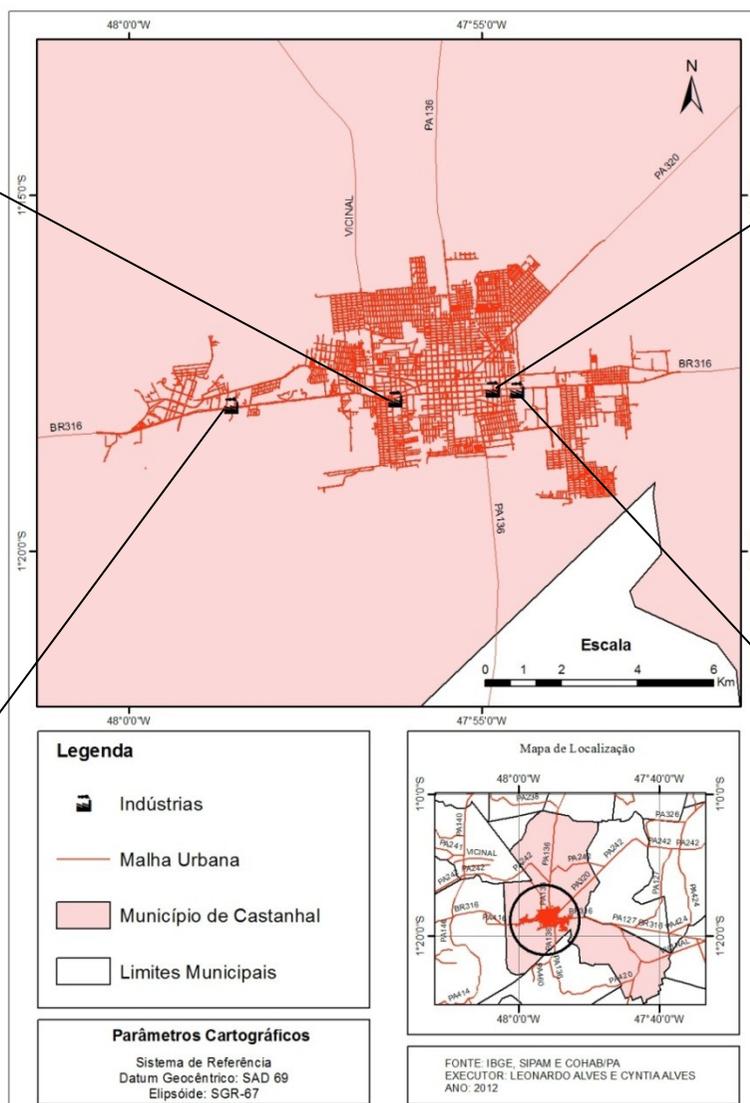
FOTO Nº 8 - I C MELO E CIA LTDA - FLAMBOYANT (Foto: Cyntia Alves, 2012).



FOTO Nº 7 - INDÚSTRIA MARIZA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DA AMAZÔNIA LTDA (Foto: Cyntia Alves, 2012).



FOTO Nº 9 - PRODUTOS ALIMENTÍCIOS PANTERAS LTDA (Foto: Cyntia Alves, 2012).



Mapa 9 - Castanhal: localização das principais indústrias ligadas ao setor alimentício.

Todas as indústrias ligadas ao setor alimentício cujos representantes foram entrevistados foram fundadas no próprio Município de Castanhal, seja porque seus proprietários eram oriundos de Castanhal e/ou porque na época receberam incentivos fiscais e apoio da SUDAM e do Banco do Brasil.

Dentre os fatores identificados nas entrevistas que justificam essas indústrias estarem localizadas em Castanhal destacam-se: a facilidade de acesso ao Município, a localização estratégica²¹ em relação a vários outros municípios, o que facilita o escoamento da produção de forma mais rápida e o acesso à matéria-prima, além da proximidade com a capital e sua Região Metropolitana (importantes mercados consumidores).

O representante da Indústria A²² afirmou que,

[...] o Município de Castanhal é importante pelo crescimento que vem apresentando e também pela localização estratégica próxima da matéria-prima, como por exemplo, sementes, pimentas, farinhas, dendê. O fato de estar próximo da capital também é interessante do ponto de vista do consumo (Gerente Industrial da Indústria A. Entrevista realizada em 05/07/2012).

No caso das indústrias do setor alimentício, os representantes entrevistados afirmaram que a maior parte da clientela se situa principalmente na região Norte e, no caso da Indústria A, também na região Nordeste e Sudeste do Brasil, o que aponta para a importância do Município em nível regional e nacional.

Com relação à expectativa de crescimento dessas indústrias, constatou-se, por meio das entrevistas realizadas com os representantes das mesmas, que a intenção é de continuar com a ampliação e modernização no próprio Município de Castanhal, pelas razões já apontadas acima. A Indústria B, por exemplo, tem o propósito ou de criar um outro centro de produção em Castanhal ou verticalizar o já existente.

A expectativa de expansão é abrir outra em Castanhal ou verticalizar esta fábrica que já existe, pois Castanhal representa um ponto estratégico e fica próximo a Belém, importante mercado consumidor o que facilita também o escoamento da produção (Gerente Industrial da Indústria B. Entrevista realizada em 06/07/2012).

Tal aspecto também pôde ser verificado com relação à Indústria C:

²¹ Essa localização estratégica é viabilizada pelo fato de Castanhal ser cortado por importantes rodovias, tais como: BR-316/ BR-010, PA-320, PA-136 e PA-140).

²² Ao longo do trabalho utilizar-se-á pseudônimos, a fim de não expor os informantes e suas empresas.

O nome de Castanhal se eleva por abrigar uma empresa do porte da nossa que é considerada líder no ramo em que atua. Temos orgulho por ser uma empresa Castanhalense. Essa é uma empresa que contribui para a geração de emprego e renda e é por esse objetivo que sempre estivemos, e continuaremos em Castanhal (Representante da Indústria C. Entrevista realizada em 09/07/2012).

A Indústria C possui duas unidades de produção uma em Castanhal e outra em Belém de onde os produtos são distribuídos para os mercados locais (Castanhal/Belém) e demais filiais situadas em: Manaus, Marabá, São Luís e Teresina. No caso da Indústria A, esta já possui centros de distribuição em São Paulo e em Manaus e pretende continuar expandindo sua área fabril em Castanhal.

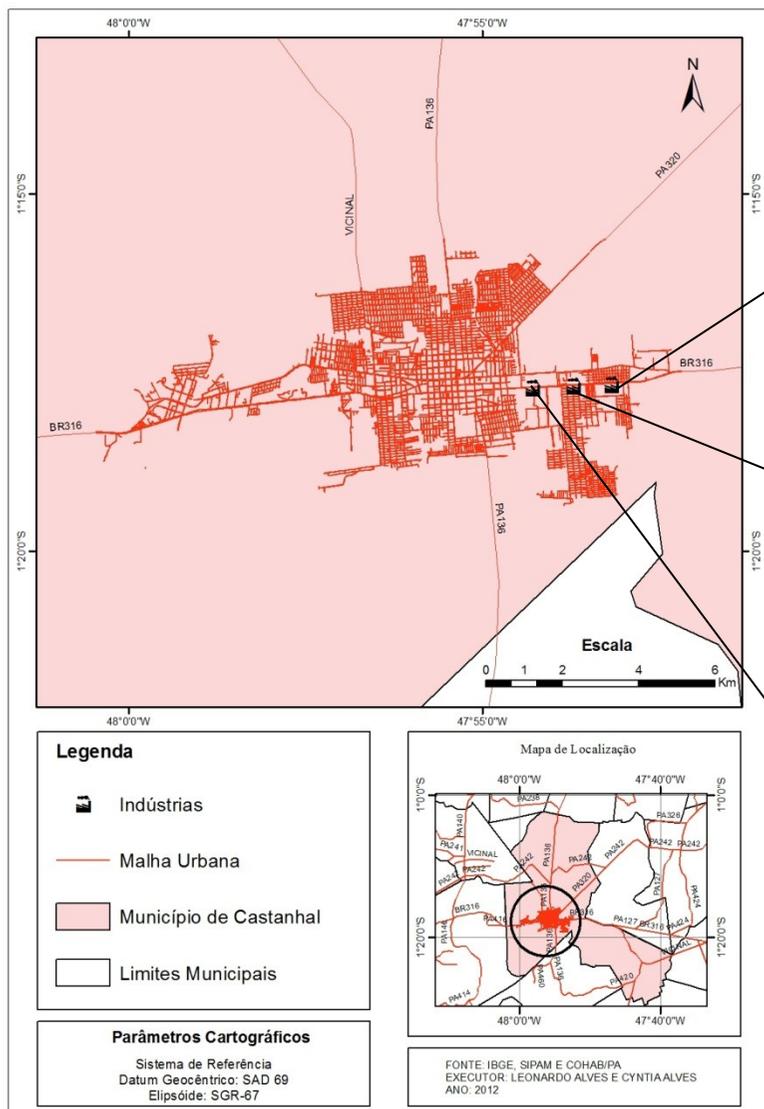
Com relação à expansão para outros municípios que assumem papel de destaque na economia paraense como Marabá e Santarém, todos os representantes entrevistados, com exceção da representante da Indústria C, pois já possui filial em Marabá, destacaram a intenção de criar não filiais, mais centros de distribuição nesses Municípios, uma vez que, segundo os entrevistados, esses representam importantes mercados consumidores.

Nas entrevistas realizadas com os representantes dessas indústrias, verificou-se que a maior importância atribuída pelos representantes das mesmas gira em torno da geração de emprego, que, juntas, somam o total de 1.727 empregos diretos. Um aspecto importante é que mais de 90% desses funcionários residem em Castanhal. Esse aspecto demonstra que Castanhal detêm a mão de obra necessária para atender a essa demanda.

Quando se procurou compreender a relação existente entre a dinâmica industrial de Castanhal e sua relação com a RMB, verificou-se que, apesar de essas indústrias terem surgido em Castanhal e sua demanda com relação a mão de obra estar no próprio Município, há uma estreita relação entre esses espaços, uma vez que, por meio das entrevistas, observou-se que a proximidade da metrópole Belém é de fundamental importância para o funcionamento dessas indústrias, pois estão localizadas em um ponto estratégico, de fácil acesso, o que facilita a distribuição dos produtos, que passam a chegar de forma mais rápida ao consumidor. Trata-se de uma relação que se intensifica a partir de fluxos socioespaciais.

Outro setor importante para a economia de Castanhal é o setor metalúrgico, uma vez que, dentre outros fatores, contribui para o desenvolvimento do mercado na

área da construção civil, que tem crescido de forma expressiva no Município de Castanhal, sobretudo a partir de incentivos do governo federal para fomento da construção de habitação, através de programas como, Minha Casa Minha Vida. Outro ramo industrial que também tem contribuído para o desenvolvimento do mercado da construção civil é o setor mobiliário (mapa 10).



Mapa 10 - Castanhal: localização das principais indústrias ligadas ao setor metalúrgico e mobiliário.



FOTO Nº 10 - CERÂMICA TROPICAL (Foto: Cyntia Alves, 2012).



FOTO Nº 11 - TELHAÇO LTDA (Foto: Cyntia Alves, 2012).



FOTO Nº 12 - OYAMOTA DO BRASIL S/A (Foto: Cyntia Alves, 2012).

De acordo com as entrevistas realizadas percebeu-se que a Indústria D e a Indústria E foram fundadas em Castanhal. A Indústria D fabrica estruturas e componentes metálicos pesados de aço e caldeiraria, equipamentos e usinas para agroindústria, metalúrgica, indústria química, indústria alimentícia e nos setores de mineração, energia e biodiesel. Seus donos são castanhalenses, estão há trinta anos no mercado e formam um grupo que atua em vários segmentos: construção civil, construção e venda de imóveis residenciais, locação de máquinas e equipamentos pesados, além de quatro lojas de revendas de aço e materiais de construção localizadas nos Municípios de Castanhal, Ananindeua, Marabá e Parauapebas.

A Indústria E é mais recente, está há dez anos no mercado, fabrica telhas e perfis metálicos, sendo formada por três empresas.

Quando os representantes destas indústrias foram indagados sobre a importância de estarem em Castanhal, estes responderam que se trata de um Município que se desenvolve e que está em uma área estratégica do ponto de vista da logística, o que facilita no caso da Indústria D, por exemplo, possuir maior acessibilidade a mercados promissores que se situam em Municípios como Barcarena, Marabá e Altamira. Para a Indústria E, além desses fatores levou-se em conta também o fato de não haver ainda em Castanhal indústrias que, na época, fabricassem telhas e perfis metálicos.

O setor metalúrgico assume destaque em Castanhal. A Indústria D, por exemplo, possui sua clientela principalmente no Estado do Pará (nos municípios de Barcarena, Carajás, Parauapebas, Marabá), além dos Estados do Maranhão e de São Paulo. A Indústria E, por sua vez, atende ao Estado do Pará, notadamente a RMB, Barcarena, Paragominas, Santarém, Marabá e à cidade de Macapá (AP).

Com relação à perspectiva de crescimento dessas indústrias, a representante da Indústria D afirmou que Municípios como Barcarena, Marabá e Altamira são interessantes para se expandir pelo mercado consumidor que apresentam. Além disso, já possuem uma equipe de montagem externa localizada em São Luís (que futuramente será uma filial), contando com cem funcionários. A proposta com essa equipe em São Luís é atender à parceria com a Companhia Vale do Rio Doce para a realização da construção de vagões para a ferrovia que liga a mina de ferro de Parauapebas ao porto de Itaqui no Maranhão.

A Indústria E, por sua vez, também considera esses municípios com grande potencial consumidor, mas a estratégia seria criar centros de distribuição, haja vista que o custo para abrir uma filial seria grande e também porque Castanhal já atende à demanda fabril.

É importante destacar que a mão de obra hoje empregada nessas indústrias se distribuem da seguinte forma: no caso da Indústria D 95% de seus funcionários, de um total de 337, são de Castanhal e apenas 5% de Belém e na Indústria E, todos os 16 funcionários são de Castanhal.

Desta forma, mais uma vez, pode-se perceber que a demanda de mão de obra é suprida, quase que na sua totalidade, no próprio Município, guardando restrita relação com Belém neste aspecto.

No entanto, considerando outros aspectos abordados pelos entrevistados foi possível apreender que outros fatores marcam a relação entre esses espaços (Castanhal e a metrópole Belém), a saber: acesso a matérias-primas emergenciais e mão de obra; localização estratégica, o que facilita abastecer a RMB, importante mercado consumidor; além de que, no caso da Indústria D, esta já possui uma loja de vendas de aço e materiais de construção em Ananindeua.

A representante da Indústria D destacou que,

Apesar da maioria dos funcionários serem daqui de Castanhal, a proximidade com Belém é importante pois temos acesso a mão de obra mais específica e também porque temos acesso a matérias-primas emergenciais, como tintas e solventes (Gerente do Sistema Interno de Gestão e RH da Indústria D. Entrevista realizada em 10/07/2012).

Ainda, contribuindo para a expansão da área da construção civil, destacam-se as indústrias do setor mobiliário que trabalham com a fabricação de artefatos de cerâmica e barro cozido para uso na construção, tendo destaque no Município de Castanhal a Indústria F. Esta também foi fundada em Castanhal, dentre outras razões por estar próxima da matéria-prima (argila) no Município de Inhangapi. Atualmente conta com 141 funcionários, todos de Castanhal. Possui um centro de distribuição em São Miguel do Guamá que atende à região sul do Pará.

Mais uma vez, nesta entrevista ficou claro que a RMB representa um importante mercado consumidor graças ao crescimento da área da construção civil que se faz presente nesses municípios, bem como a localização estratégica de Castanhal, próximo da capital, o que facilita o acesso.

Portanto, apesar de não haver o interesse por parte dessas indústrias de implementar sua área de produção nos municípios da RMB, percebe-se que esta é uma importante referência para o atendimento das demandas de consumo, e Castanhal, por se localizar a poucos quilômetros desse centro regional, possibilita uma maior fluidez no que diz respeito à dinâmica de circulação de mercadorias e bens de consumo.

Outra indústria que possui grande importância para o Município de Castanhal é a Indústria G, que se destaca por sua exclusividade, pois é a maior indústria têxtil e sua matriz está localizada em Castanhal. Foi instalada em 1966 e possui filiais em Manacapuru e Parintins, no Estado do Amazonas, sendo que estas filiais funcionam como galpões de armazenamento e importante fonte de matéria-prima, além de dois escritórios comerciais, em Pouso Alegre (MG) e em São Paulo (SP).

Atualmente, 75% da produção dessa indústria está voltada para a produção de sacaria (para armazenar batata, café, soja, milho, etc.) e 25% está destinada à produção de tela, fio, dentre outros, que servem para produzir artesanato. Conta com 1.200 funcionários diretos (todos residentes em Castanhal) e mais 100 funcionários distribuídos nas filiais, e indiretamente envolve em média 15.000 produtores. A empresa tem capacidade produtiva para processar 14 mil toneladas de juta anualmente.

Segundo a representante dessa indústria, dentre os fatores que motivaram sua instalação em Castanhal, tem-se: a localização estratégica (próximo da matéria-prima, pois, na época, já se comercializava no Município, em menor escala, a malva, necessária para a fabricação de seus produtos), bem como os subsídios do governo federal que lhes fora concedido e a facilidade de mão de obra, que é suprida no próprio Município. Destacou também a posição geográfica favorável de Castanhal, que facilita a entrada de matérias-primas e a saída dos produtos.

Sendo assim, a Indústria G se tornou um importante polo de distribuição de seus produtos para todo o Brasil, principalmente para os Estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Bahia.

Ao se analisar de que maneira a proximidade com a RMB é interessante para o bom funcionamento da indústria, a entrevistada destacou a questão da localização por se situar próximo da capital, bem como, e principalmente, porque o porto de Belém descarrega grande parte da matéria-prima (malva/juta) que é importada de Bangladesh (Ásia).

A proximidade com Belém é importante pela logística que o porto oferece, de onde é transportado a matéria-prima, a malva, que vem de Bangladesh. A posição geográfica facilita a entrada e a saída dos produtos (Representante da Indústria G. Entrevista realizada em 05/07/2012).

Com relação à expectativa de expansão da indústria, ficou claro na entrevista que esta ocorrerá no próprio Município, uma vez que, conforme já destacado, este oferece localização estratégica, mão de obra acessível, além de que a proximidade da capital é favorável com relação ao acesso à matéria-prima (via porto).

Diante do exposto, ressalta-se a importância da infraestrutura proporcionada por Belém que permite a verticalização de fluxos socioespaciais que caracterizam uma relação de interdependência entre esses espaços dentro da lógica global-local (SANTOS, 2006).

Até o presente momento foram destacadas indústrias que possuem sua origem em Castanhal, muitas vezes por estarem sendo beneficiadas por incentivos fiscais e/ou porque seus proprietários são oriundos do próprio Município. Foi possível perceber que, além desses fatores, a própria localização de Castanhal, que apresenta um caráter estratégico, tanto do ponto de vista de acesso à matéria-prima como de acesso ao mercado consumidor, também foram importantes para o estabelecimento dessas indústrias.

Destacou-se também que a dinâmica industrial de Castanhal guarda estreita relação com a RMB, seja pelo importante mercado consumidor que representa, seja pela facilidade de acesso à matéria-prima, ressaltando, portanto, uma relação de interdependência entre esses espaços.

No entanto, também se procurou compreender essa relação entre a RMB e Castanhal com indústrias que não são oriundas de Castanhal à exemplo da exposta na foto 13 (mapa 11). Para tanto, entrevistou-se representantes de duas indústrias de grande porte que possuem filial nesse Município.

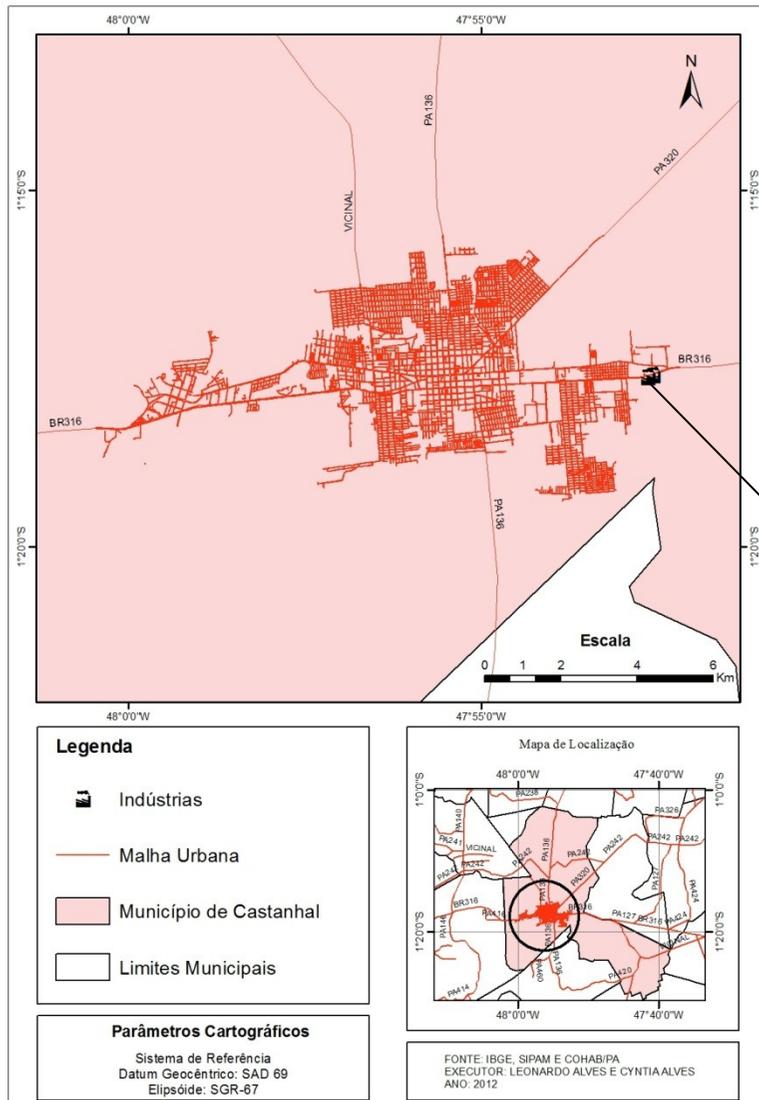


FOTO Nº 13 - ISOESTE (Foto: Cynthia Alves, 2012).

Mapa 11 - Castanhal: localização de uma filial de uma indústria nacional.

A Indústria H fabrica equipamentos de segurança, como calçados, luvas e botas. Possui sua matriz em São Paulo e há dez anos se instalou em Castanhal. Na filial de Castanhal trabalham 340 funcionários, todos residentes no próprio Município. Possui outras filiais no Paraná, Mato Grosso e no Paraguai. A clientela da filial de Castanhal se situa principalmente na região Norte e Nordeste do Brasil. Quando se procurou compreender a importância de se ter uma filial em Castanhal, percebeu-se que alguns fatores se sobressaíram como: incentivos fiscais, terrenos de grande porte disponíveis e exclusividade do material que produzem não só em Castanhal como em toda a região Norte e Nordeste do Brasil.

Nesse caso, abrir uma filial em Castanhal foi mais interessante do que em Belém, pois segundo a entrevistada não seria interessante abrir uma filial na capital, pela dificuldade em se encontrar terrenos de grande porte disponíveis e porque eles são mais valorizados.

No entanto, a proximidade com a RMB e, sobretudo com Belém, é importante, segundo a entrevistada, principalmente pelas questões burocráticas (muitas resolvidas na capital), pela localização estratégica, pela facilidade de acesso entre Castanhal e a RMB e por ser importante compradora.

A proximidade com Belém é importante principalmente pelas questões burocráticas que são resolvidas em órgãos situados em Belém e também pela logística que oferece de acessibilidade de Castanhal a Belém e vice-versa (Supervisora de RH da Indústria H. Entrevista realizada em 02/07/2012).

A Indústria I, por sua vez, possui sua matriz no Estado de Goiás, onde foi fundada há 28 anos. Em Castanhal possui uma filial há 12 anos. Tem filiais também em Pernambuco, Paraná e Mato Grosso.

A filial de Castanhal fabrica lajes em EPS (Isopor) e caixas térmicas. Para tanto, conta com 72 funcionários, sendo 67 do próprio Município e 5 do Estado de Goiás.

Dentre as razões que justificam a instalação de uma filial em Castanhal destaca-se a localização estratégica do Município, que facilita o transporte dos produtos para Belém e o Pará como um todo, Maranhão e Tocantins. Existe também a expectativa de expansão da empresa para Manaus devido à Zona Franca, que representa grande potencial consumidor.

O representante desta empresa afirmou que

[...] abrir uma filial em Castanhal foi interessante porque focamos na área da logística, principalmente para atender os Estados do Maranhão, Pará e Tocantins, [...] A proximidade com Belém também é um fator importante, pois grande parte da clientela se situa na capital (Gerente Industrial da Indústria I. Entrevista realizada em 10/07/2012).

Em Belém existe um centro de distribuição para atender à demanda da grande capital, no entanto, segundo o entrevistado, Castanhal apresentou as condições mais vantajosas para se abrir uma filial, uma vez que a capital apresenta algumas dificuldades com relação, por exemplo, à distribuição das mercadorias devido ao difícil tráfego, terrenos mais valorizados e indisponibilidade de grandes áreas. Segundo o entrevistado Castanhal já atende a demanda fabril sendo, portanto inviável abrir alguma filial na RMB.

No entanto, o fato de Castanhal estar próximo de Belém facilita a acessibilidade a esse importante mercado consumidor representado pela capital, bem como, facilita atender importantes mercados situados em Marabá e em Santarém. Além destes aspectos, um novo elemento aparece: o fato de essas indústrias estarem situadas próximas ao centro de decisões burocráticas representado pela capital. Isso ratifica, mais uma vez, a relação de interdependência entre esses espaços e o interesse de outras indústrias nacionais instalarem filiais em Castanhal.

É importante ressaltar que Castanhal também se destaca no setor das distribuidoras, dentre elas cita-se: [Okajima Distribuição e Comércio Ltda](#), BR Norte Distribuidora, Novo Triângulo, Pantanal Distribuidora (mapa 12), Distribuidora Amazônia e Dismelo Distribuidora Melo Ltda.

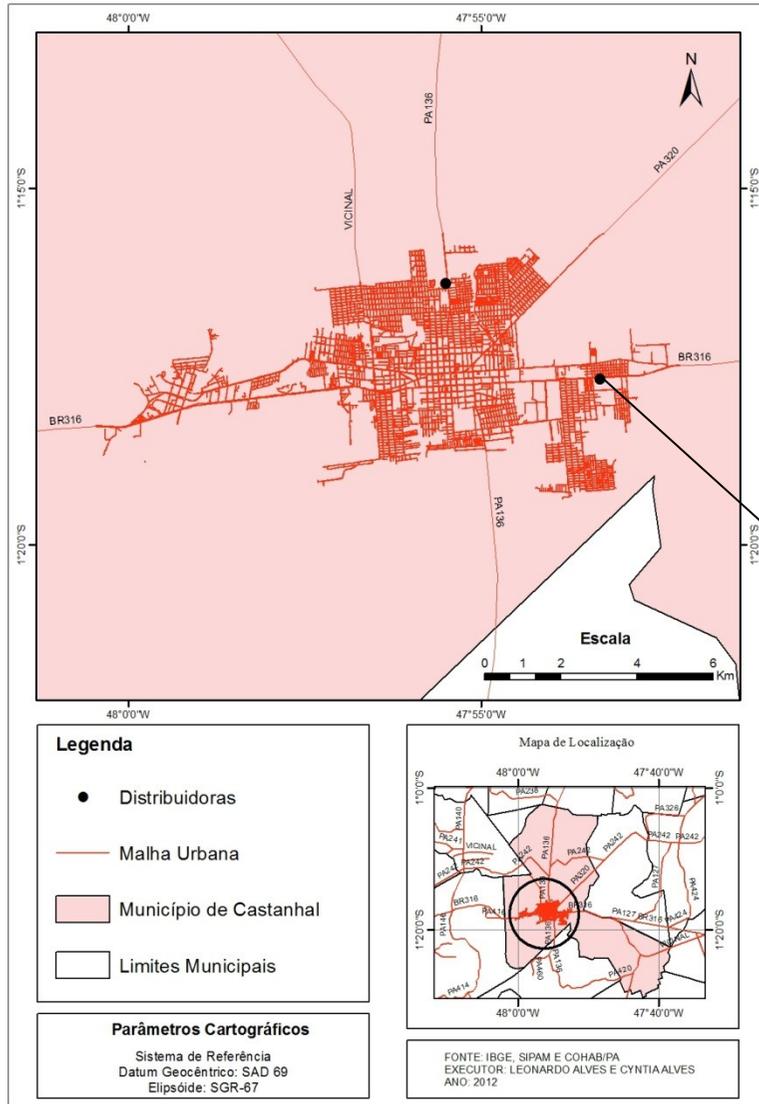


FOTO Nº 14 - EMPRESA PANTANAL DISTRIBUIDORA (Foto: Cynthia Alves, 2012).

Mapa 12 - Castanhal: localização da distribuidora Pantanal.

Com intuito de analisar a importância dessas distribuidoras no Município de Castanhal, realizou-se entrevistas com representantes de duas delas.

Por meio das entrevistas foi possível detectar que ambas são do próprio Município de Castanhal. A Distribuidora A têm sua distribuição voltada a dois setores: um ligado a ferragens e o outro ligado a alimentos. Atende de um modo geral a todo o Estado do Pará, exceto o sul.

Conta atualmente com 140 funcionários, sendo a maioria, cerca de 80%, de Castanhal e o restante de outros Municípios como Belém, Barcarena, São Miguel do Guamá e Paragominas.

Já a Distribuidora B, inicialmente em 1987, trabalhava no ramo de medicamentos, dez anos mais tarde mudou seu foco para a perfumaria e higiene pessoal e em 1999 passou a trabalhar com produtos de higiene pessoal e beleza. Atualmente conta com 119 fornecedores (locais, nacionais e multinacionais), como, por exemplo, Unilever, Colgate-Palmolive, Nestlé e Havaianas. Possui 296 funcionários internos (maioria de Castanhal) e 215 externos que correspondem à equipe de vendas.

Na entrevista realizada com a representante da Distribuidora A, pôde-se perceber que Castanhal apresenta grande potencial para o crescimento econômico da empresa, principalmente pela localização estratégica que este apresenta, o que pode ser comprovado na entrevista:

Castanhal é um Município importante, pois está em franca expansão e também pela localização estratégica do Município, que facilita a ligação com a Região da Bragantina e a Região do Salgado, bem como com o Nordeste Paraense como um todo (Sócia-proprietária da Distribuidora A. Entrevista realizada em 02/07/2012).

No caso dessa distribuidora, a proximidade com a RMB é, segundo a entrevistada, ponto favorável para o bom funcionamento da empresa, uma vez que é interessante do ponto de vista de mercado. No entanto, não seria interessante abrir uma filial em Belém ou nos outros municípios que compõem a região metropolitana, pois a matriz de Castanhal já os abastece e, também porque,

[...] a cidade de Belém já está saturada e a logística também não contribui para a circulação de veículos pesados, estes acabam tendo que ser restringindo em alguns horários, o que dificulta o nosso trabalho (Sócia-proprietária da Distribuidora A. Entrevista realizada em 02/07/2012).

Quando o entrevistado da Distribuidora B foi indagado acerca da importância de sua empresa estar situada em Castanhal este destacou que o Município é importante pela

[...] localização próximo da capital, o que facilita na questão da distribuição, além de Castanhal apresentar hoje uma infraestrutura de equipamentos que viabiliza o desenvolvimento econômico de suas empresas (Gerente de Vendas da Distribuidora B. Entrevista realizada em 05/07/2012).

Afirmou ainda que a proximidade com a metrópole Belém, é importante uma vez que dá maior visibilidade para a mesma. Além do fato de que sua atual localização facilita a distribuição de seus produtos, pois, sua clientela se situa em todo o Estado do Pará, atuando em 141 municípios.

Com relação à expectativa de expansão dessas empresas para municípios como Santarém e Marabá, ambos os representantes afirmaram que são municípios interessantes do ponto de vista do mercado. Inclusive a Distribuidora B, abrirá novas empresas nesses municípios que farão parte do mesmo grupo.

Se, a princípio, o surgimento da base industrial do Município de Castanhal estava sobretudo influenciada pela origem dos investidores serem do próprio Município e, portanto, iniciaram seus investimentos nesse lugar, atualmente, percebe-se que além do aspecto de identificação com o lugar, Castanhal se tornou um significativo centro econômico do Estado com um dinâmico crescimento, distinguindo-se pela capacidade de proporcionar rentabilidade aos investimentos.

Verifica-se que, apesar da maioria das indústrias de Castanhal (dentre àquelas cujos representantes foram entrevistados) possuir suas matrizes no próprio Município, cujo capital de origem está atrelado ao Município de Castanhal e ter sua demanda de mão de obra suprida nesse Município, constatou-se que existe uma relação de interdependência entre este e o espaço metropolitano belenense, uma vez que todos os representantes entrevistados ressaltaram a importância de possuírem suas empresas localizadas próximas da capital e da Região Metropolitana como um todo.

Dentre os fatores mais destacados cita-se: o fato de a RMB representar um importante mercado consumidor; a localização estratégica; que facilita o escoamento da produção; a proximidade do centro de decisões burocráticas; e a visibilidade do ponto de vista comercial proporcionada pela proximidade dessas indústrias e distribuidoras junto a capital.

Sendo assim, Castanhal, dentro da perspectiva da produção social do espaço, apesar de proporcionar à economia regional vantagens locais de ordem técnica e organizacional (SANTOS, 2006), que permitem a sua atual função no contexto paraense, não deixa de possuir uma estreita relação de interdependência com o espaço metropolitano belenense.

CAPÍTULO 5: DINÂMICA DE FLUXOS SOCIOESPACIAIS VOLTADOS A SERVIÇOS DE SAÚDE: A RELAÇÃO ENTRE CASTANHAL E A RMB

A organização espacial urbana recente se fundamenta em um complexo sistema de redes, não devendo ser compreendida a partir de uma visão reducionista em que se consideram apenas as formas geométricas sem se entender as relações estabelecidas entre os espaços, devendo se analisar os fluxos de articulação socioespaciais, o tempo das relações (LENCIONI, 2003).

A análise do fenômeno urbano deve ser realizada a partir de fluxos socioespaciais, indispensáveis à compreensão das contradições que caracterizam o processo da urbanização no contexto amazônico.

Apesar de Castanhal não pertencer oficialmente à RMB, apresenta, através do processo de metropolização do espaço (que se define a partir de uma forma metropolitana dispersa), intensa relação de interdependência com Belém a partir de uma dinâmica de fluxos socioespaciais.

Dessa forma, inicialmente, analisar-se-ão as relações estabelecidas entre a dinâmica urbana de Castanhal e a RMB a partir de fluxos socioespaciais voltados a serviços de saúde, tal variável foi escolhida pela maior facilidade de acesso a esses dados em detrimento de outros tipos de serviços.

Em seguida, será realizada uma análise a respeito da importância de Castanhal no contexto do nordeste paraense a partir da dinâmica de fluxos socioespaciais voltados a serviços de saúde que esse Município apresenta.

E por fim, comparar-se-á, essa mesma dinâmica de fluxos socioespaciais voltados à saúde, com cidades médias como Marabá e Santarém com o intuito de compreender se a dinâmica de fluxos de Castanhal acompanha a mesma tendência dessas cidades médias ou se guarda mais relação com a metrópole belenense.

Para tanto, utilizou-se os dados da Secretaria Estadual de Saúde do Estado do Pará (SESPA), referentes ao número de registros e o sentido dos deslocamentos para fins de saúde (serviços ambulatoriais e de internação) da população de Castanhal, Marabá e Santarém em direção aos municípios paraenses, realizados no período de janeiro de 2008 a agosto de 2011.

5.1 - As relações estabelecidas entre a dinâmica urbana de Castanhal e a RMB a partir dos serviços de saúde

Os dados da Secretaria Estadual de Saúde do Estado do Pará (SESPA-PA), quanto ao número de registros e o sentido dos deslocamentos para fins de saúde (serviços ambulatoriais e de internação) da população de Castanhal em direção aos municípios paraenses, realizados no período de Janeiro de 2008 a Agosto de 2011, mostraram que a busca por esse tipo de serviço foi em grande parte suprida no próprio Município de Castanhal (SESPA, 2012).

Da totalidade dos atendimentos voltados à população de Castanhal, nesse período, que soma o montante de 6.266.683 atendimentos, aproximadamente 96,68% (o que corresponde a 6.059.180) tiveram seus atendimentos realizados no próprio Município (tabela 15).

TABELA 15 – CASTANHAL: NÚMERO DE REGISTROS E DESLOCAMENTOS PARA CASTANHAL EM BUSCA DE SERVIÇOS DE SAÚDE POR MUNICÍPIO DE RESIDÊNCIA (JAN/08 A AGO/11)

Município	Número de registros
Altamira	12
Ananindeua	3.573
Belém	203.170
Bragança	63
Brasil Novo	1
Bujaru	1
Capanema	12
Capitão Poco	1
Castanhal	6.059.180
Colares	1
Conceição do Araquá	26
Igarapé-Açu	1
Igarapé-Miri	5
Inhangapi	1
Irituia	2
Mãe do Rio	2
Marabá	10
Maracanã	2
Marituba	135
Paraquominas	13
Redenção	3
Salinópolis	384
Santa Isabel do Pará	73
Santo Antônio do Tauá	3
São Domingos do Capim	1
São Geraldo do Araguaia	1
São Miguel do Guamá	3
Tailândia	1
Tucuruí	1
Viseu	2
Total	6.266.683

Fonte: Adaptado de SESP (2012).

De acordo com os dados da SESPA (2012), em 2011 Castanhal já apresentava a quarta maior infraestrutura de saúde do Estado, possuindo 132 unidades de saúde, distribuídas conforme tabela 16.

No entanto, quando se considera o sentido dos fluxos de deslocamentos da população de Castanhal para fins de saúde em direção aos outros municípios paraenses, percebeu-se uma certa relação de Castanhal com Belém.

O número de deslocamentos realizados pela população de Castanhal, para fins de saúde, em direção a outros municípios paraenses foi de 207.503 (entre janeiro de 2008 e agosto de 2001), sendo que desse total, 99,72% se deslocaram para a RMB.

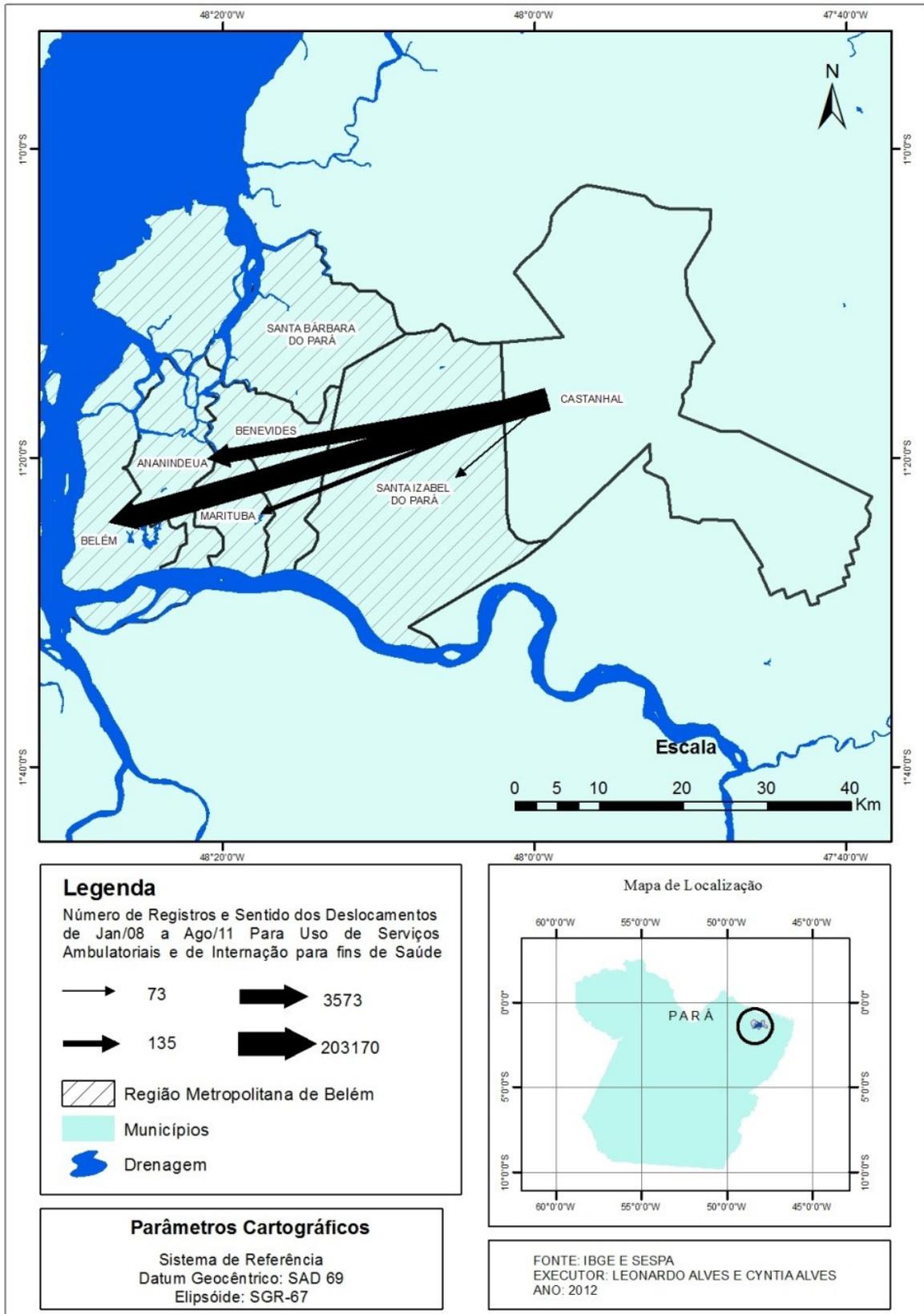
Analisando somente os deslocamentos em direção à RMB, constatou-se que aproximadamente 97,91% foram para Belém, 1,72% para Ananindeua, 0,06% para Marituba e 0,03% para Santa Izabel do Pará. Nesse período não houve registro de deslocamento para os municípios de Santa Bárbara do Pará e Benevides (mapa 13).

Sendo assim, considerando a busca por atendimento de saúde por parte da população de Castanhal em direção a outros municípios do Pará, apreendeu-se que há uma certa relação entre Castanhal e Belém na busca por serviços de saúde mais especializados, uma vez que Belém, conforme apontou a tabela 16, apresentou 325 clínicas/ambulatórios especializados e 21 hospitais especializados enquanto que Castanhal apresentou 22 clínicas/ambulatórios especializados e 2 hospitais especializados.

TABELA 16: RMB, CASTANHAL, MARABÁ E SANTARÉM: TIPOS DE ESTABELECIMENTOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE (2011)

Municípios	Centro de Saúde / Unidade Básica de Saúde	Clínica Especializada / Ambulatório Especializado	Consultório	Hospital Especializado	Hospital Geral	Policlínica	Posto de Saúde	Unidade de Serviço de Apoio de Diagnose e Terapia	Outros	Total
Belém	73	325	988	21	19	15	5	73	49	1.568
Santarém	42	43	31	1	8	3	35	26	12	201
Marabá	12	42	48	2	4	4	8	16	12	148
Castanhal	34	22	33	2	3	7	11	10	10	132
Ananindeua	51	17	13	1	10	3	2	20	10	127
Santa Isabel do Pará	19	2	0	0	1	1	4	3	7	37
Marituba	14	5	0	0	1	0	0	5	6	31
Benevides	3	1	0	1	1	0	13	1	1	21
Santa Bárbara do Pará	4	0	0	0	0	0	0	0	1	5

Fonte: Adaptado de SESPA (2012).



Mapa 13 - Castanhal: deslocamento da população de Castanhal em busca de Serviços de Saúde na RMB (Jan/08 a Ago/11).

O número de deslocamentos realizados pela população dos municípios da RMB, em busca por serviços de saúde, em direção a Castanhal foi de 2.919 deslocamentos (o que representa 4,1% do total), considerando todos os municípios paraenses. Os 2.919 deslocamentos foram distribuídos da seguinte forma: Santa Izabel do Pará representou 61,32%, seguido por Belém (18,91%), Marituba (14,63%), Benevides (2,6%) e Ananindeua (2,2%) (mapa 14).

Percebeu-se que dentre os municípios que compõem a RMB, Santa Izabel do Pará apresentou o maior fluxo de deslocamento em direção a Castanhal. Afirma-se que tal relação esteja associada à proximidade entre esses espaços.

Observou-se que a dinâmica de fluxos socioespaciais voltados a serviços de saúde entre Santa Izabel do Pará e Castanhal, no período de Janeiro de 2008 a Agosto de 2011, apresentaram tendências semelhantes.

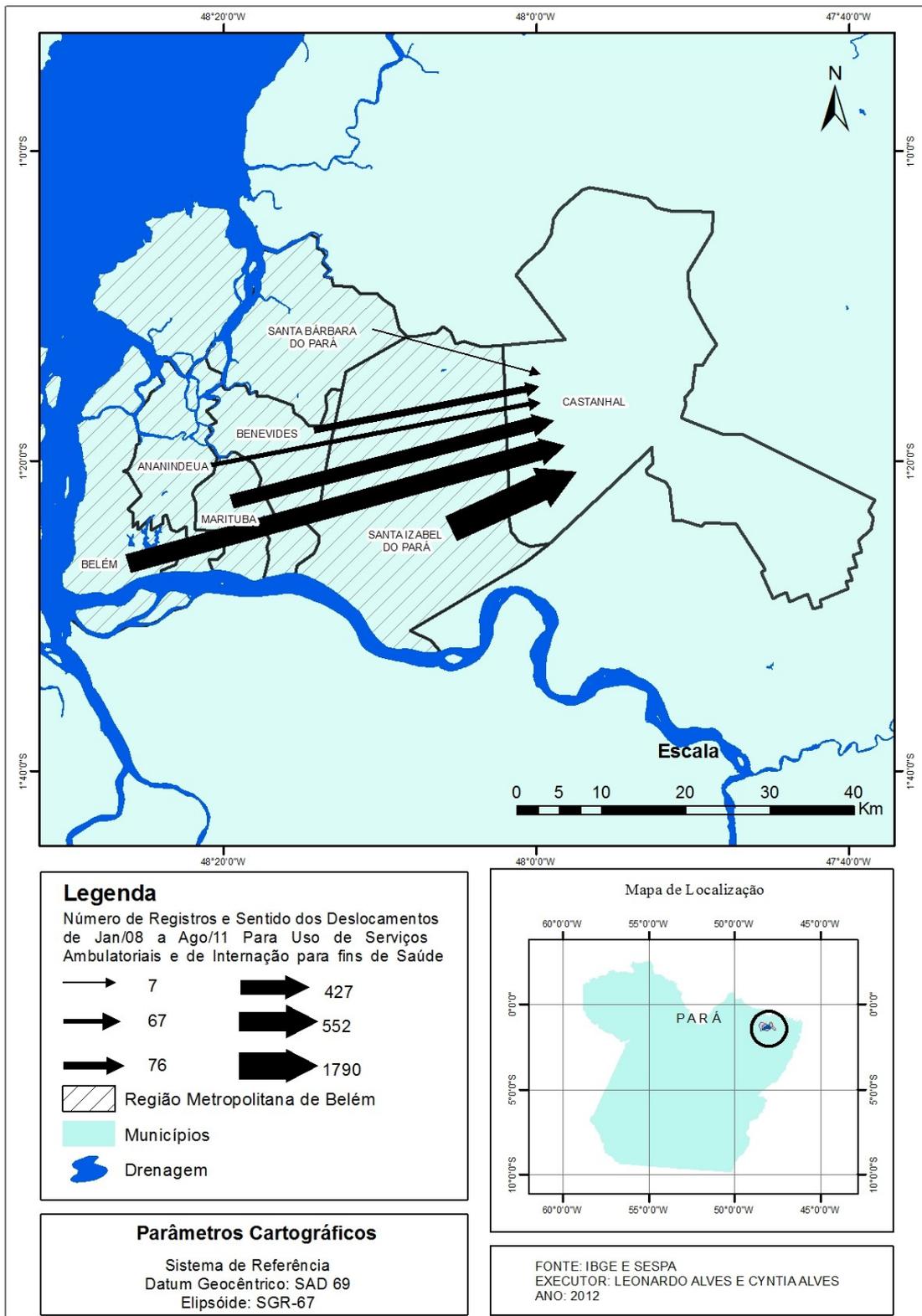
Segundo dados da SESP (2012), o número de registros para fins de saúde, realizados para atender a população de Santa Izabel do Pará, no período de janeiro de 2008 a agosto de 2011, foi de 1.400.719, desse total, 1.315.725 (93,93%) foram realizados no próprio Município, seguido de deslocamentos para Belém, representando 5,55% (77.799 atendimentos). Tais dados demonstraram uma certa relação entre o Município de Santa Izabel do Pará e Belém na busca por serviços de saúde mais especializados, uma vez que Santa Izabel do Pará possui, segundo dados da SESP (2012) apenas 2 clínicas/ambulatórios especializados e nenhum hospital especializado (tabela 16).

Anteriormente já se constatou que essa mesma tendência ocorreu com Castanhal, pois nesse mesmo período foram registrados 6.266.683 atendimentos em busca por serviços de saúde por parte da população de Castanhal, sendo que aproximadamente 96,68% dos atendimentos foram realizados no próprio Município, seguidos de deslocamentos para Belém e Ananindeua, com aproximadamente 3,24% (203.170 atendimentos) e 0,05% (3.573 atendimentos) respectivamente.

Dessa forma, foi possível constatar que há uma certa relação entre Castanhal e Belém na busca por serviços de saúde, bem como, que esse Município apresenta tendências semelhantes a de municípios que pertencem a RMB, quanto à dinâmica de fluxos socioespaciais voltados à saúde, nesse caso o Município de Santa Izabel do Pará.

No entanto, com o intuito de compreender a dinâmica socioespacial do Município de Castanhal em face do processo de dispersão metropolitana de Belém,

torna-se necessário analisar também o papel que Castanhal desempenha no contexto regional.



Mapa 14 - Castanhal: deslocamento da população da RMB em busca de Serviços de Saúde no Município de Castanhal (Jan/08 a Ago/11).

5.2 - O papel de Castanhal no contexto regional: dinâmica de fluxos socioespaciais voltados a serviços de saúde

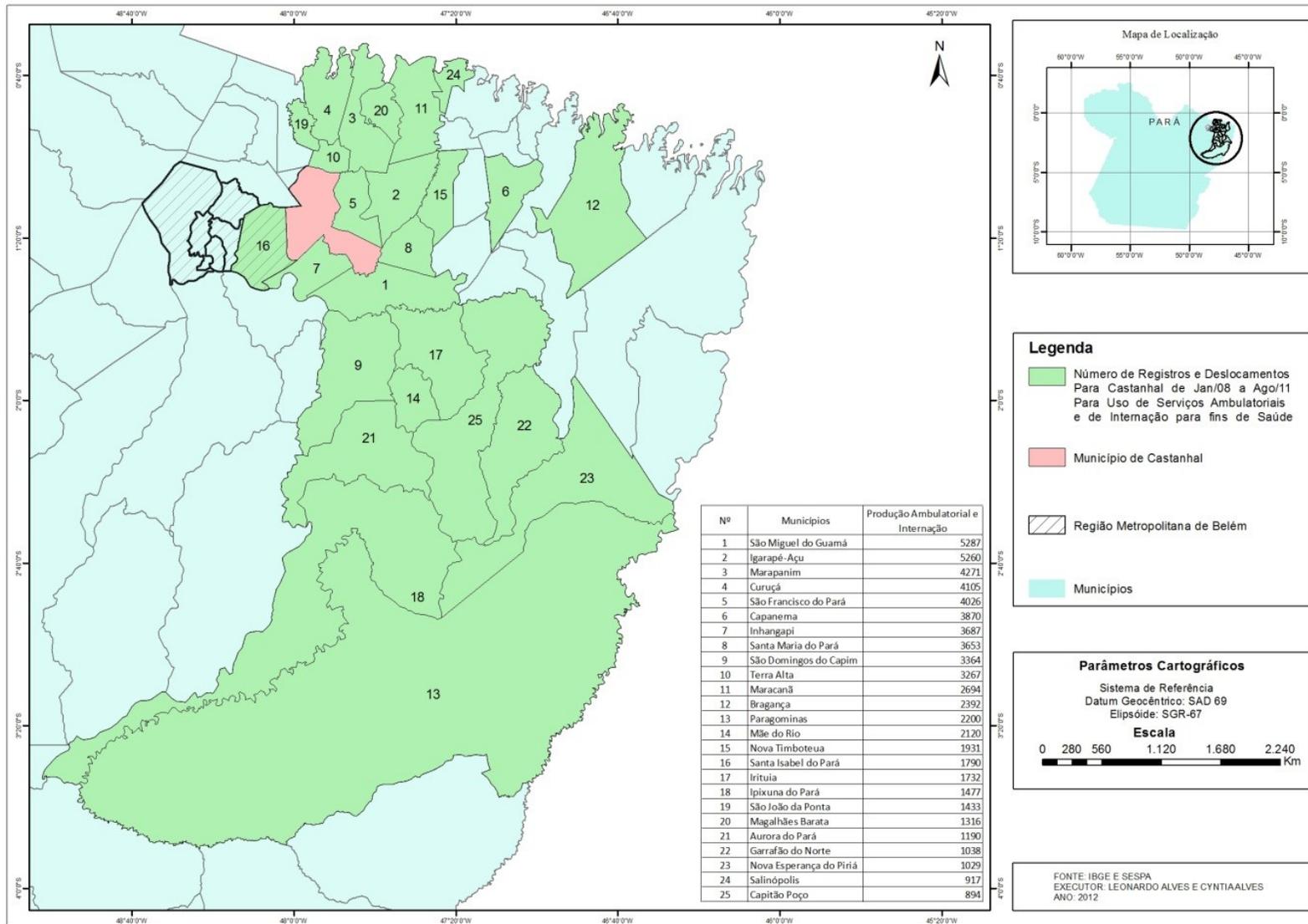
Para analisar o papel que Castanhal desempenha no contexto regional com relação a sua dinâmica de fluxos socioespaciais voltados a serviços de saúde, utilizou-se os dados da SESPA (2012), no que se refere ao quantitativo desses fluxos em direção a Castanhal.

Para tanto, tirou-se uma média do número de deslocamentos em busca de serviços de saúde dos municípios do Estado do Pará em direção a Castanhal, sendo representada pelo número de 843 registros no período de janeiro de 2008 a agosto de 2011.

Segundo dados da SESPA (2012), verifica-se que do quantitativo de municípios do Pará, cuja população buscou serviços de saúde em Castanhal, no período de janeiro de 2008 a agosto de 2011, vinte e cinco municípios apresentaram mais de 843 registros.

Destacam-se municípios como São Miguel do Guamá, Igarapé-Açu, Marapanim, Curuçá, São Francisco do Pará, Capanema, Inhangapi, Santa Maria do Pará, São Domingos do Capim, Terra Alta, Maracanã, Bragança, Paragominas, Mãe do Rio, Nova Timboteua, dentre outros (mapa 15).

De acordo com os dados da SESPA (2012) Castanhal apresenta a quarta maior infraestrutura do Estado, ficando atrás apenas de Belém, Santarém e Marabá. Em 2011 o Município de Castanhal já contava com 132 tipos de estabelecimentos de serviços de saúde, distribuídos da seguinte forma: 34 centros de saúde/unidades básicas, 22 clínicas/ ambulatório especializados, 33 consultórios, 2 hospitais especializados, 3 hospitais gerais, 7 policlínicas, 11 postos de saúde, 10 unidades de serviços de apoio de Diagnose e Terapia e 10 outros estabelecimentos (tabela 16).



Mapa 15 - Mapa de Deslocamento da população do Estado do Pará em busca de Serviços de Saúde no Município Castanhal, que apresentaram registros de atendimentos acima de 843 (Jan/08 a Ago/11).

Nesse momento, para compreender a relação dos municípios do entorno de Castanhal que se destacaram com relação à busca por serviços de saúde, comparar-se-á a relação desses mesmos municípios também com Belém, buscando analisar o papel que Castanhal desempenha nesse contexto.

Em especial serão destacados os Municípios de São Miguel do Guamá e Igarapé Açu por terem apresentado, dentre os vinte e cinco municípios, o maior número de deslocamentos em direção a Castanhal, representando, respectivamente, 5.287 e 5.260 deslocamentos em busca de serviços de saúde, no período entre janeiro de 2008 a agosto de 2011.

Verificou-se que o número de deslocamentos em busca por serviços de saúde por parte da população do Município de São Miguel do Guamá em direção aos outros municípios paraenses, foi 37.960, sendo que 31.365 dos deslocamentos foram em direção a Belém (82%) e 5.287 (14%) em direção a Castanhal.

Do mesmo modo, comparando o número de deslocamentos da população de Igarapé-Açu, ligados a serviços de saúde, em direção aos outros municípios paraenses, que somou o montante de 44.826 deslocamentos, constatou-se que em direção a Castanhal ocorreram 5.260 (12%) enquanto que para Belém foi de 36.787 (82%) deslocamentos, quase sete vezes superior em relação a Castanhal.

Portanto, a partir da comparação entre a dinâmica de fluxos socioespaciais de São Miguel do Guamá e de Igarapé-Açu com relação ao quantitativo de fluxos voltados a saúde em direção a Belém e a Castanhal, verificou-se que Belém não perde o seu caráter polarizador no contexto regional com relação à concentração de serviços de saúde.

Por outro lado, percebeu-se que Castanhal não apresenta importância significativa no contexto regional nesse aspecto. Sendo assim, o papel de Castanhal como cidade média é relativamente neutralizado pela proximidade com Belém, reafirmando assim a tese já defendida por Sposito (2007), ao afirmar que maior será a importância de uma cidade média quanto mais afastada estiver das regiões metropolitanas.

5.3 - Dinâmica de fluxos socioespaciais voltados à saúde em cidades médias: Marabá e Santarém

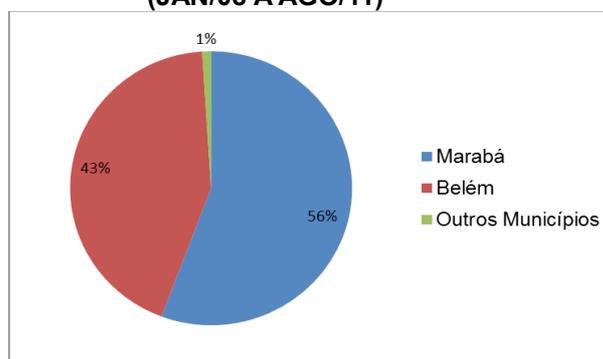
Com o intuito de compreender se a dinâmica de fluxos socioespaciais voltados a serviços de saúde em Castanhal acompanha a mesma tendência de cidades médias no contexto amazônico ou se guarda mais relação com Belém, analisar-se-á como se apresenta a dinâmica de duas cidades médias na Amazônia a saber: Marabá e Santarém, bem como sua relação com Belém e em seguida comparar-se-á com Castanhal.

Para verificar a dinâmica de fluxos socioespaciais voltados a serviços de saúde no Município de Marabá e de Santarém, utilizou-se também os dados da SESPA (2012).

Contatou-se que no caso do Município de Marabá, dos municípios paraenses os que mais apresentaram fluxos de deslocamento em busca por serviços de saúde foi o Município de Parauapebas seguido do Município de Brejo Grande do Araguaia.

Segundo dados da SESPA (2012), entre janeiro de 2008 e agosto de 2011, o Município de Parauapebas apresentou um total de 82.920 deslocamentos em busca de serviços de saúde em direção aos municípios paraenses. Sendo que 46.199 foram realizados em direção a Marabá e 35.878 em direção a Belém (gráfico 2).

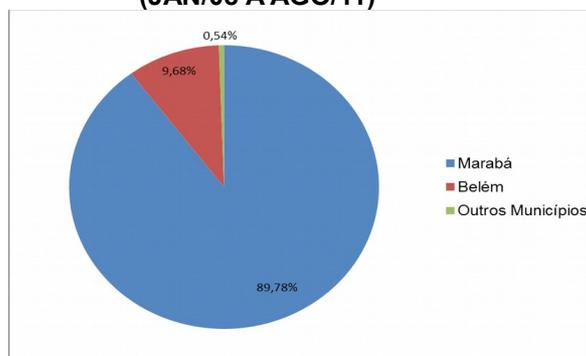
GRÁFICO 2 – PARAUAPEBAS: PORCENTAGEM DE REGISTROS E DESLOCAMENTOS PARA OS MUNICÍPIOS PARAENSES EM BUSCA DE SERVIÇOS DE SAÚDE (JAN/08 A AGO/11)



No caso do Município de Brejo Grande do Araguaia, nesse mesmo período, do total de 29.327 deslocamentos em busca por serviços de saúde em direção aos

municípios paraenses, 26.329 foram realizados em direção a Marabá e 2.839 em direção a Belém (gráfico 3).

GRÁFICO 3 – BREJO GRANDE DO ARAGUAIA: PORCENTAGEM DE REGISTROS E DESLOCAMENTOS PARA OS MUNICÍPIOS PARAENSES EM BUSCA DE SERVIÇOS DE SAÚDE (JAN/08 A AGO/11)

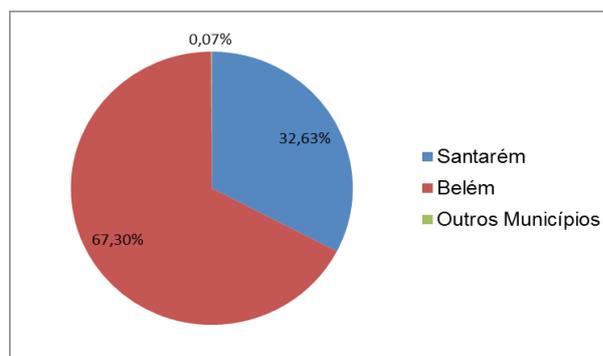


Dessa forma, observa-se a importância que Marabá desempenha em seu contexto regional, por ser uma cidade média. Constatou-se, a partir desses dois exemplos, que Marabá atende, em grande parte, à sua demanda com relação aos serviços prestados ligados a saúde, seguido por Belém.

Em Santarém os municípios paraenses que mais apresentaram fluxos de deslocamento em busca por serviços de Saúde, entre janeiro de 2008 e agosto de 2011, foram os Municípios de Oriximiná e Alenquer.

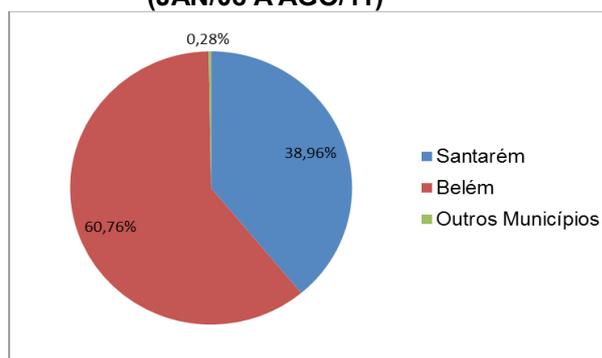
De acordo com os dados da SESPA (2012), o Município de Oriximiná apresentou um total de 54.053 deslocamentos em busca por serviços de saúde em direção aos municípios paraenses. Sendo que 36.377 foram realizados em direção a Belém e 17.638 em direção a Santarém (gráfico 4).

GRÁFICO 4 – ORIXIMINÁ: PORCENTAGEM DE REGISTROS E DESLOCAMENTOS PARA OS MUNICÍPIOS PARAENSES EM BUSCA DE SERVIÇOS DE SAÚDE (JAN/08 A AGO/11)



O Município de Alenquer, nesse mesmo período, apresentou um total de 36.505 deslocamentos em busca por serviços de saúde em direção aos municípios paraenses, sendo que 22.180 foram realizados em direção a Belém e 14.224 em direção a Santarém (gráfico 5).

GRÁFICO 5 – ALENQUER: PORCENTAGEM DE REGISTROS E DESLOCAMENTOS PARA OS MUNICÍPIOS PARAENSES EM BUSCA DE SERVIÇOS DE SAÚDE (JAN/08 A AGO/11)



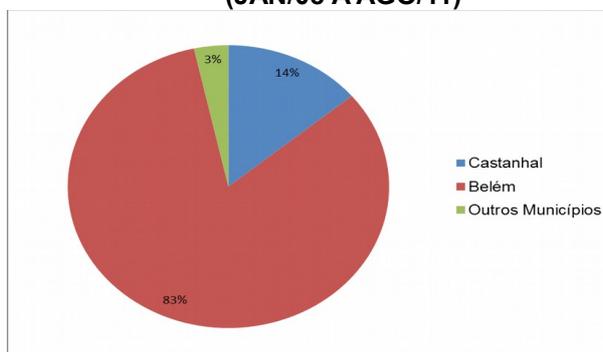
No caso do Município de Santarém, percebeu-se, que apesar de este atender importante demanda dentro de seu contexto regional, Belém, de acordo com os dois exemplos, apresentou maior participação. Diferente do que ocorreu com relação a Marabá e seu entorno.

No entanto, comparando a dinâmica de fluxos socioespaciais voltados a saúde dessas duas cidades médias com Castanhal, verificou-se que esse Município apresentou tendências diferentes com relação ao seu entorno quando comparado com Marabá.

Quando comparado com Santarém constatou-se que, apesar de Castanhal ter apresentado uma tendência similar a de Santarém, proporcionalmente Castanhal apresentou uma menor influência no contexto regional em que está inserido.

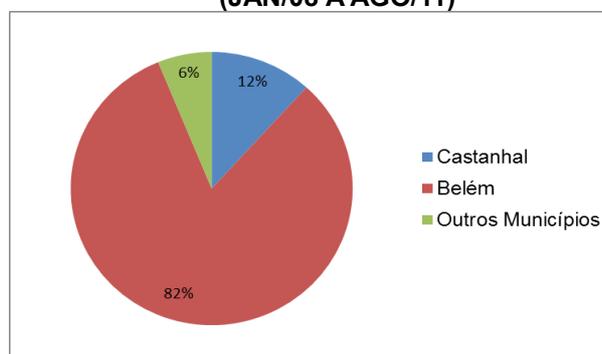
Analisando os dois Municípios que apresentaram maior intensidade de fluxos em direção a Castanhal, São Miguel do Guamá e Igarapé-Açu, verificou-se que no caso de São Miguel do Guamá apenas 14% dos deslocamentos, considerando todos os municípios paraenses, ocorreram em direção a Castanhal e 83% em direção a Belém, seis vezes superior em relação a Castanhal (gráfico 6).

GRÁFICO 6 – SÃO MIGUEL DO GUAMÁ: PORCENTAGEM DE REGISTROS E DESLOCAMENTOS PARA OS MUNICÍPIOS PARAENSES EM BUSCA DE SERVIÇOS DE SAÚDE (JAN/08 A AGO/11)



Da mesma forma, ocorreu em Igarapé-Açú, onde se constatou que, considerando todos os municípios do Pará, Castanhal representou 12% dos deslocamentos enquanto que Belém representou 82%, quase sete vezes superior em relação a Castanhal (gráfico 7).

GRÁFICO 7 – IGARAPÉ-AÇÚ: PORCENTAGEM DE REGISTROS E DESLOCAMENTOS PARA OS MUNICÍPIOS PARAENSES EM BUSCA DE SERVIÇOS DE SAÚDE (JAN/08 A AGO/11)



Verificou-se que embora nas cidades médias essa dinâmica de fluxos voltados a serviços de saúde tenha apresentado relação com Belém, constatou-se que proporcionalmente os municípios do entorno de Castanhal acabam tendo uma maior ligação com Belém do que com Castanhal. É importante ressaltar que não se pode deixar de considerar a proximidade que este apresenta com relação à Belém, o que de certa forma neutraliza nesse aspecto o papel desse Município como cidade média. Dessa forma novamente se confirma a tese defendida por Sposito (2007), que afirma que maior será a importância de uma cidade média quanto mais afastada

estiver das maiores representações da hierarquia urbana, uma vez que poderão oferecer mais bens e serviços, influenciando mais intensamente seu entorno, aumentando, assim, seu grau de importância.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo do fenômeno urbano ganha, cada vez mais, importância em escala nacional, haja vista a complexidade e as múltiplas dimensões que envolvem esse processo. Estudar a cidade apresenta o desafio de se entender a dinâmica atual do processo de reprodução social do espaço urbano, condição essa indispensável para a reprodução das relações sociais. A compreensão de tais processos implica no entendimento da forma-conteúdo que o espaço urbano apresenta na contemporaneidade, juntamente com o processo de expansão urbana que tem na metrópole sua maior visibilidade.

O processo de reprodução do espaço urbano vem, em âmbito nacional, assumindo novas formas através de sua dinâmica de dispersão espacial; daí a importância de se analisar os novos (re)arranjos que surgem diante desse contexto.

A dinâmica de dispersão metropolitana na Amazônia, mais especificamente o caso da metrópole Belém, é marcada por uma intensidade de fluxos socioespaciais existentes entre essa metrópole e outros municípios que não constituem institucionalmente a Região Metropolitana de Belém (RMB), a exemplo do Município de Castanhal (PA).

Desse modo, buscou-se analisar a atual dinâmica socioespacial desse Município em face do atual processo de metropolização dispersa de Belém, a partir das práticas espaciais urbanas existentes em Castanhal, voltadas aos espaços de assentamentos residenciais e industriais e aos fluxos de deslocamento em busca de serviços de saúde.

Sem dúvida, os fluxos socioespaciais existentes entre esses espaços estabelecem relações que necessitam ser analisadas para que, assim, possa-se compreender os novos (re)arranjos socioespaciais urbanos presentes na atual dinâmica urbana amazônica.

Para a realização de tal análise, optou-se pelo método de interpretação com base em uma leitura Lefebvrina (1973), uma vez que esta permite uma reflexão baseada no movimento, na fluidez, que acompanha o processo de (re)produção socioespacial (à luz de uma leitura dialética da realidade) e que caracteriza a relação de interdependência entre os espaços.

O estudo do fenômeno urbano exige uma compreensão que ultrapassa as formas aparentes, devendo-se considerar também os processos socioespaciais que o envolvem. Apresenta o desafio de se entender a dinâmica atual de reprodução social do espaço urbano. Dessa forma, os conceitos de metrópole, metropolização e dispersão metropolitana foram indispensáveis à realização dessa pesquisa.

Diante desse contexto, a metrópole, a partir da perspectiva histórico-dialética, deve ser compreendida como produto sociohistórico resultante de um movimento dialético das práticas espaciais da sociedade. Daí Lencioni (2008), chama a atenção para o conceito de metropolização que, por sua vez, compreende os processos socioespaciais que dota o espaço de características metropolitanas que, até então, eram específicos da metrópole.

O entendimento do processo de metropolização é fundamental, pois, apesar de o Município de Castanhal não pertencer oficialmente à RMB, percebeu-se que os processos urbanos que interligam esses espaços caracterizam uma relação de interdependência e unidade que se consolida a partir de fluxos socioespaciais.

É notória a importância cada vez mais significativa que o Município de Castanhal assume no contexto regional, a partir das novas funções que lhe foram atribuídas ao longo de sua consolidação urbana. E essas funções e interações espaciais, que hoje esse Município apresenta, podem ser fruto de uma nova configuração metropolitana, com base em uma dinâmica de fluxos que aponta para a existência de uma unidade urbana mais ampliada, fragmentada, dispersa e descontínua.

Sendo assim, buscou-se analisar se a relação entre Castanhal e o espaço metropolitano de Belém oficialmente reconhecido revela uma unidade espacial, definida pelo processo de metropolização em curso, a partir das práticas espaciais urbanas existentes em Castanhal, voltadas aos espaços de assentamentos residenciais e industriais e aos fluxos de deslocamento em busca de serviços.

Pôde-se perceber que a reestruturação urbana possui estreita relação com o processo de dispersão dos assentamentos residenciais. Constatou-se que o padrão disperso dos novos espaços de assentamentos residenciais, no caso da RMB configura-se para além desta, a partir da expansão da fronteira urbano-imobiliária, que agora parece incluir também, nesse novo contexto, o Município de Castanhal.

No caso de Castanhal, os dados analisados, com relação à produção do espaço habitacional desse Município, apontam para uma possível inserção de Castanhal no processo de dispersão metropolitana belenense. A análise do processo de expansão da metrópole Belém a partir da dinâmica dos assentamentos habitacionais, bem como, da dispersão dos assentamentos “espontâneos” e da ação da iniciativa privada na área da construção civil, incluindo habitação, permitiu verificar que o Município de Castanhal, apesar de institucionalmente não fazer parte da RMB, apresenta uma dinâmica socioespacial semelhante aos municípios que a compõem e diferente de cidades médias no contexto amazônico, como, por exemplo, Santarém e Marabá.

Outro aspecto analisado, que também constitui importante ponto para reflexão, diz respeito à origem das empresas imobiliárias que atuam em Castanhal. A partir desse aspecto, verificou-se que a maioria das empresas imobiliárias que atuam nesse Município tem sua origem em Belém, bem diferente da dinâmica que ocorre, por exemplo, na cidade média Marabá, conforme trabalho de Amaral (2010).

Quando se procurou analisar as relações estabelecidas entre a dinâmica urbana de Castanhal a partir da atividade industrial e o espaço metropolitano de Belém, percebeu-se que, apesar de o surgimento da base industrial do Município de Castanhal estar associada ao fato da origem dos investidores ser do próprio Município e/ou porque receberam incentivos por parte do governo federal, constatou-se que existe uma relação de forte interdependência entre Castanhal e o espaço metropolitano belenense, uma vez que todos os representantes das principais indústrias e distribuidoras de Castanhal que foram entrevistados ressaltaram a importância de possuírem suas empresas localizadas próximo da capital e dos demais municípios metropolitanos.

A relação de interdependência entre Castanhal e o espaço metropolitano belenense, a partir da atividade industrial, dá-se, dentre outros aspectos, ao fato de a RMB representar um importante mercado consumidor (sobretudo a capital), a localização estratégica que facilita o escoamento da produção, a proximidade com o centro de decisões burocráticas e a visibilidade comercial proporcionada pela proximidade dessas empresas junto à capital.

Essa relação entre a RMB e o Município de Castanhal também pôde ser verificada a partir dos fluxos de deslocamentos em busca de serviços de saúde entre esses espaços.

Foi possível constatar que há uma certa relação entre Belém e Castanhal na busca por serviços de saúde, bem como, que esse último apresenta tendências semelhantes a de municípios que pertencem a RMB, quanto à dinâmica de fluxos socioespaciais voltados à saúde, nesse caso o Município de Santa Izabel do Pará. Verificou-se também que Belém não perde o seu caráter polarizador com relação à concentração de serviços de saúde e que Castanhal não apresenta importância significativa no contexto regional nesse aspecto. Dessa forma o papel de Castanhal como cidade média é relativamente neutralizado, o que confirma, a tese já defendida por Sposito (2007), salvaguardando as devidas particularidades, de que maior será a importância de uma cidade média quanto mais afastada estiver das maiores representações da hierarquia urbana, uma vez que poderão oferecer mais bens e serviços, influenciando mais intensamente seu entorno, aumentando, assim, seu grau de importância.

Ressalta-se, portanto a necessidade de se estimular serviços e infraestrutura em Castanhal para atender não só o entorno (Nordeste Paraense), mas também aos municípios da RMB, desconcentrando serviços que estão concentrados na metrópole Belém, bem como a necessidade de se reconhecer oficialmente e do ponto de vista das políticas territoriais uma forma metropolitana dispersa e descontínua, que parece incluir o Município de Castanhal, bem como Barcarena que a exemplo de Castanhal precisa ser estudada.

A análise das práticas espaciais urbanas de Castanhal, voltadas aos espaços de assentamentos residenciais e industriais e de serviços (ligados à saúde), revelaram que esse Município se apresenta intensamente integrado com a RMB e/ou no caso dos serviços de saúde com Belém.

Vislumbra-se, portanto, a necessidade de se compreender o atual processo de reestruturação que ocorre na realidade da metrópole belenense, considerando, dessa forma, as mudanças que caracterizam o espaço amazônico, possibilitando uma análise que considere os novos (re)arranjos espaciais surgidos no contexto da urbanização na Amazônia, na qual a forma dispersa e descontínua da configuração

metropolitana parece ser também uma realidade que se manifesta, a exemplo do que já acontece em outras realidades do território brasileiro.

REFERÊNCIAS

BECKER, B. K. Os eixos de integração e desenvolvimento e a Amazônia. **Revista Território**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 6, p. 29-42, jan./jun. 1999.

_____. Revisão das políticas de ocupação amazônica: É possível identificar modelos para projetar cenários? **Parcerias Estratégicas**, Brasília, v. 12, p. 135-159, 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. **Instituições de educação superior e cursos cadastrados**. Disponível em: < <http://emec.mec.gov.br/>>. Acesso em: 7 fev. 2011.

CANO, W. Perspectivas do desenvolvimento econômico do interior paulista. In: TARTAGLIA, J. C.; OLIVEIRA, O. L. **Modernização e desenvolvimento do interior de São Paulo**. São Paulo: ed. Unesp, p. 39-68, 1988.

CARLOS, A. F. A. A Geografia crítica e a crítica da geografia. **Scripta Nova**, Barcelona, v. 11, n. 245 (03), 2007.

CATALÃO, I. F. **Brasília: metropolização e espaço vivido – práticas espaciais e vida cotidiana na periferia goiana da metrópole**. 2008. 166 f. Dissertação (Mestrado) – Pós-graduação em Geografia, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Presidente Prudente, 2008.

CAVALCANTE, Flávia Costa. **METROPOLIZAÇÃO E DISPERSÃO URBANA NA AMAZÔNIA: a dinâmica socioespacial do Município de Santa Izabel do Pará no contexto da urbanização belenense**. 2011. 185 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós-graduação em Geografia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2011.

COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO ESTADO DO PARÁ. **Lotes Urbanizados e Unidades habitacionais no Pará (1997-2009)** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <csdgeo@hotmail.com> em 15 jan. 2012.

CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA. Resolução Nº 425, de 18 de dezembro de 1998. Dispõe sobre a Anotação de Responsabilidade Técnica e dá outras providências. **Legislação**. Disponível em: <<http://normativos.confex.org.br/ementas/visualiza.asp?idEmenta=473&idTipoEmenta=5&Numero=>>>. Acesso em: 22 dez. 2011.

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA. **Dados da base de ART** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <csdgeo@hotmail.com> em 24 abr. 2012.

CORRÊA, R. L. A periodização da rede urbana da Amazônia. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 3, p. 39-68, jul./set. 1987.

_____. A organização urbana. In: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Geografia do Brasil: região Norte**. Rio de Janeiro, v. 3, p.255-71, 1989.

_____. Espaço: um conceito chave na Geografia. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. G.; CORRÊA, R. L. (Orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 15-47.

_____. **Trajetórias geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

CRUZ, E. **A estrada de ferro de Bragança: visão social, econômica e política**. Belém: Falangola, 1955.

DAMIANI, A. L. et. Urbanização Crítica: periferias urbanas com base na metrópole de São Paulo. In: OLIVEIRA, J. A. (Org.). **Cidades Brasileiras: territorialidades, sustentabilidade e demandas sociais**. 1.^a ed. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2010, v. II, p. 305-320.

FONTES, R. G. **Expansão urbana no Município de Castanhal: o caso do bairro da Jaderlândia III**. 2006. 55 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia) – Curso de Geografia, Faculdade de Geografia e Cartografia, Universidade Federal do Pará, Belém, 2006.

GOTTDIENER, M. **A produção social do espaço urbano**. São Paulo: Edusp, 1993.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Regiões de Influência das Cidades, 2007**. Rio de Janeiro, 2008. 201 p.

_____. Banco de Dados. **Cidades**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 04 mai. 2012.

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL E AMBIENTAL DO PARÁ. Estado do Pará. **Serviço de Informação do Estado - SIE**. Disponível em <<http://www.idesp.pa.gov.br/>>. Acesso em: 04 mai. 2012.

KAMPEL, S. A.; CÂMARA, G.; MONTEIRO, A. M. V. **Análise espacial do processo de urbanização da Amazônia**. 2001. Disponível em: <http://www.dpi.inpe.br/geopro/modelagem/relatorio_urbanizacao_amazonia.pdf>. Acesso em: 19 dez. 2009.

LEFÈBVRE, H. **A re-produção das relações de produção**. Tradução Antônio Ribeiro e M. do Amaral. Porto (Portugal): Publicações Escorpião - Cadernos O Homem e a Sociedade, 1973. p. 115.

_____. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

PENTEADO, A. R. **Problemas de colonização e de uso da terra na região bragantina do Estado do Pará**. Belém: UFPA, 1967.

PEREIRA, José Carlos Matos. **Importância e Significado das Cidades Médias na Amazônia**: uma abordagem a partir de Santarém (PA). 2004. 114 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Belém, 2004.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**: técnica e tempo: razão e emoção. 4. ed. São Paulo: EDUSP, 2006.

_____. **A urbanização brasileira**. 9ª ed. São Paulo: Edusp, 2009.

_____. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1985.

_____. **Pensando o espaço do homem**. 5. ed. São Paulo: Edusp, 2004a.

_____. **Por uma economia política da cidade**: o caso de São Paulo. São Paulo: Hucitec, 1994.

_____. **Por uma geografia nova**: Da Crítica da Geografia a uma Geografia Crítica. São Paulo: EDUSP, 2004b.

_____. **Técnica, espaço e tempo**: Globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo: Hucitec, 1997.

SOJA, E. W. **Geografias pós-modernas**: a reafirmação do espaço na teoria social crítica. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

SANTOS, M. A. e SILVEIRA, M. L. O Brasil: Território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA DO PARÁ. [TabNet SESPA](http://www.saude.pa.gov.br). Disponível em: <<http://www.saude.pa.gov.br>>. Acesso em: 04 mai. 2012.

SOUZA, M. A. A. Reconstituindo a história da região metropolitana: processo, teoria e ação. In: SILVA, C.; FREIRE, D.G.; OLIVEIRA, F. J. G. (Orgs.). **Metrópole**: governo, sociedade e território. Rio de Janeiro: DP&A Editores/Faperj, 2006. p. 27-40.

SPOSITO, E. S. **Contribuição à metodologia do pensamento geográfico**. Tese (Livre Docência). – UNESP, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente, 2000.

_____. **Geografia e filosofia**: contribuição para o ensino do pensamento geográfico. São Paulo: UNESP, 2004.

SPÓSITO, M. E. B. **Capitalismo e urbanização**. 5. ed. São Paulo: Contexto, 1994.

_____. As cidades médias e os contextos econômicos contemporâneos. In: SPÓSITO, M. E. B. (Org.). **Urbanização e cidades**. Perspectivas Geográficas. São Paulo: Gaspar/EDUSP, 2001. p. 609-643.

_____. **Para pensar as pequenas e médias cidades brasileiras**. Belém: ISCA-UFPA, 2009.

SPOSITO, M. E. B. et al. O Estudo das cidades médias brasileiras: um proposta metodológica. In: SPOSITO, M. E. B. (Org.). **Cidades médias**: espaços em transição. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p. 35-67.

SIQUEIRA, J. L. F. **Trilhos**: o caminho dos sonhos (memorial da Estrada de Ferro de Bragança). Bragança, PA: [s.n.], 2008.

TRINDADE JR., S. C. **A cidade dispersa**: os novos espaços de assentamentos em Belém e a reestruturação metropolitana. 1998. 395f. Tese (Doutorado em Geografia)-Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

_____. A natureza da urbanização na Amazônia e sua expressão metropolitana. **Humanitas**, Belém, v. 15, n. 1, p. 43-60, 1999.

_____. Grandes projetos, urbanização do território e metropolização na Amazônia. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 10., 2005, São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, 2005.

_____. Malhas sócio-espaciais e desafios da gestão metropolitana no Brasil: reflexões a partir da Região Metropolitana de Belém (RMB). In: OLIVEIRA, J. A. (Org.). **Cidades brasileiras**: territorialidades, sustentabilidade e demandas sociais. Manaus: EDUA, 2010. 574 p.

VILLAÇA, F. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel, 1998.

APÊNDICE

APÊNDICE A – Roteiro de entrevista semiestruturada realizada com os representantes das principais indústrias e distribuidoras de Castanhal.

LENCIONI, S. A emergência de um novo fato urbano de caráter metropolitano em São Paulo. A particularidade de seu conteúdo sócio-espacial, seus limites regionais e sua interpretação teórica. ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 10., 2003. Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: ANPUR, 2003. 1 CD-ROM.

_____. Reconhecendo metrópoles: território e sociedade. In: SILVA, C.; FREIRE, D.G.; OLIVEIRA, F. J. G. (Orgs.). **Metrópole: governo, sociedade e território**. Rio de Janeiro: DP&A Editora/Faperj, 2006. p. 41-57.

_____. Concentração e centralização das atividades urbanas: uma perspectiva multiescalar. Reflexões a partir do caso de São Paulo. **Revista de Geografia Norte Grande**. n. 39, p. 7-20, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0718022008000100002&lng=es&nrm=iso>. Acesso em: 10 fev. 2011.

_____. Redes, coesão e fragmentação do território metropolitano. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GEOCRÍTICA, 11., 2010, Buenos Aires. **Anais...** Buenos Aires: UBA, 2010.

MACHADO, L. O. Sistemas 'longe do equilíbrio' e reestruturação espacial na Amazônia. **Cadernos IPPUR/UFRJ**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 14, p. 83-106, 1995.

MARTINS, J. S. As temporalidades da história na dialética de Lefèbvre. In: MARTINS, J. S. (Org.) **Henri Lefèbvre e o retorno à dialética**. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 13-23.

MATOS, J. S. **Uma análise do uso do solo urbano na Avenida Barão do Rio Branco em Castanhal-PA**. 2003. 61 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia)-Faculdade de Geografia e Cartografia, Universidade Federal do Pará, Belém, 2003.

MAY, T. **Pesquisa Social: questões, métodos e processos**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2004. p 467.

MIRANDA, R. R. **Interfaces do rural e do urbano em áreas de colonização antiga na Amazônia: estudo de colônias agrícolas em Igarapé-Açu e Castanhal (PA)**. 2009. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2009.

PARÁ (Estado). Governo do Estado. **Diagnóstico habitacional** – versão para discussão. Plano Estadual de Habitação de Interesse Social. Belém: setembro de 2009. CD-Rom.

_____. Secretaria Executiva de Planejamento Orçamento e Finanças. **Estado do Pará em números**. Disponível em <www.sepof.pa.gov.br>. Acesso em 18 mai. 2011.

1. Qual a importância de sua empresa para o crescimento econômico de Castanhal?
2. Onde surgiu?
3. Por que se instalou em Castanhal?
4. A localização de Castanhal foi/é importante para a instalação e o funcionamento da empresa. Por quê?
5. Qual a origem do capital de sua empresa?
6. Onde se localiza(m) o(s) centro(s) de distribuição dos produtos?
7. Quantos funcionários existem nesta empresa? Onde moram?
8. Onde se localiza a matriz dessa empresa?
9. Possui filiais? Quantas? Onde se localizam?
10. Em caso de não ter matriz ou filial em Belém e na Região Metropolitana de Belém, explique os motivos que levam a essa opção da empresa.
11. Onde se situa a clientela desta empresa?
12. Existem outras empresas deste mesmo setor em Castanhal? Quais (exemplos)?
13. A proximidade da cidade de Belém e da Região Metropolitana de Belém foi/é importante para a instalação e o funcionamento da empresa. Por quê?
14. A empresa tem ou já teve a intenção de sair daqui e se instalar em outro lugar? Por quê? (Onde?).
15. Há concorrência de empresas de Belém e da Região Metropolitana de Belém com a sua? Explique.
16. Para os próximos anos quais são as expectativas de expansão da empresa? Que cidades ou municípios tem em vista se instalar? Por quê?
17. Cidades como Santarém e Marabá são cidades importantes para os objetivos de expansão da empresa e para a instalação de novas filiais? Por quê?